



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

GABRIELA REGINA SILVA CORDEIRO

**“NÃO TRABALHAMOS PELO SALÁRIO, E SIM PELA CAUSA”:
RELATOS DE MULHERES PROFISSIONAIS DO CENTRO DE
REFERÊNCIA E ATENDIMENTO À MULHER MÁRCIA DANGREMOND**

RECIFE
2016

GABRIELA REGINA SILVA CORDEIRO

“NÃO TRABALHAMOS PELO SALÁRIO, E SIM PELA CAUSA”: RELATOS DE
MULHERES PROFISSIONAIS DO CENTRO DE REFERÊNCIA E ATENDIMENTO À
MULHER MÁRCIA DANGREMOND

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Marion Teodósio de Quadros

RECIFE
2016

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

C794n Cordeiro, Gabriela Regina Silva.
“Não trabalhamos pelo salário, e sim pela causa” : relatos de mulheres profissionais do Centro de Referência e Atendimento à Mulher Márcia Dangremond / Gabriela Regina Silva Cordeiro. – 2016.
134 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Marion Teodósio de Quadros.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2016.
Inclui Referências, apêndices e anexos.

1. Antropologia. 2. Trabalhadoras. 3. Violência contra as mulheres. 4. Mulheres – Vítimas de violência familiar. 5. Violência doméstica. 6. Redes de atendimento. I. Quadros, Marion Teodósio de (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-166)

GABRIELA REGINA SILVA CORDEIRO

**“NÃO TRABALHAMOS PELO SALÁRIO, E SIM PELA CAUSA”: RELATOS DE
MULHERES PROFISSIONAIS DO CENTRO DE REFERÊNCIA E ATENDIMENTO
À MULHER MÁRCIA DANGREMOND**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia.

Aprovada em 30/08/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Marion Teodósio de Quadros (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Russel Parry Scott (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Maria Grazia Cribari Cardoso (Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Dedico este trabalho a minha querida mãe,
Jadinha (*in memoriam*) e a minha irmã Carol.
As mulheres mais admiráveis que já conheci
e as melhores amigas da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, amigas e amigos espirituais. Agradeço por tudo de bom que já recebi, pela boas oportunidades e força que recebo no dia-a-dia.

A minha irmã, Carolzinha, por todo apoio, companheirismo e por nossa amizade. Obrigada pelos bons conselhos, orientações, revisões no texto e pela oportunidade de cursarmos disciplinas juntas durante o mestrado, foram momentos muito especiais. Sem você não teria começado e nem continuado essa pesquisa.

A meu pai, Ederobson, que junto com minha mãe sempre se esforçaram para investir na educação de todos os seus filhos. As minhas queridas tias maternas, em especial a Zazá e Cecinha, por terem nos apoiado na conclusão das nossas graduações, em momentos tão difíceis. A Edinho, por existir na minha vida. Amo vocês.

A professora Marion, por ter colaborado para que esses dois anos de pesquisa se tornassem tão leves e interessantes. Obrigada por me passar confiança, flexibilidade e boas orientações. A todos os docentes, funcionários e discentes do PPGA, especialmente Gilson Rodrigues. Obrigada por me receberem tão bem como estudante e admiradora da Antropologia e proporcionar tão bons momentos de discussão, conhecimento e amizade. Meus agradecimentos a CAPES, por viabilizar a bolsa durante os meus dois anos de mestrado. Foi algo muito importante para o prosseguimento e manutenção dos meus estudos.

A todas e todos do Departamento de Psicologia da UFPE. As minhas amigas psicólogas, aos professores e professoras. Em especial as amigas Cintia Nascimento, Hamanda Almeida, Jacele Vasconcelos e Jéssica Castro. Meus agradecimentos ao Núcleo de Estudos em Gênero e Masculinidades (GEMA/UFPE). Agradeço também ao professor Jorge Lyra e Benedito Medrado.

Aos membros da minha banca de qualificação e banca de defesa. A professora Rosineide Cordeiro, ao professor Parry Scott, a professora Maria Grazia Cardoso, a profa. Ana Cláudia Rodrigues da Silva e a Carmem Silva. Obrigada por aceitarem o convite de participarem da banca, pelas contribuições valiosas e fundamentais para a continuidade e conclusão deste trabalho.

As minhxas amigxs: Ana Letícia Beltrão, Gabi Oliveira, Jéssica Coelho, Lari Canel, Mariane Cândido, Mariane Santana, Neidinha e Rafael Silva. Obrigada por estarem sempre por perto e por podermos vivenciar tantos momentos juntxs. Adoro vocês, gatxs garotxs. E a todxs outrxs amigxs queridxs que fazem parte e enriquecem minha vida com suas histórias, amizade e lutas.

Obrigada a todas profissionais e usuárias do CRAM Márcia Dangremond. Exercitei meu olhar de pesquisadora, me aproximei do trabalho e dos desafios que vocês vivenciam, mas sobretudo, aprendi a admirar e respeitar todas vocês como mulheres e profissionais. Obrigada!

RESUMO

Este trabalho busca analisar como as profissionais que atuam no Centro de Referência e Atendimento à Mulher Márcia Dangremond compreendem o exercício de suas atividades em seu campo profissional; como integram a equipe interdisciplinar e os significados que compartilham sobre a violência contra as mulheres. O CRAM é um serviço integrante da rede de enfrentamento e atendimento às mulheres vítimas de violência no município de Olinda, Pernambuco. As interlocutoras atuam em cargos ocupados exclusivamente por mulheres atendendo outras mulheres, estas últimas vítimas de violência doméstica. Foi a partir da observação participante desenvolvida de maio a novembro de 2015, que me inseri no cotidiano desse serviço. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com treze profissionais com as quais mantive constante interlocução ao longo da pesquisa. A partir das observações do cotidiano das profissionais pude constatar que são muitos os conflitos presentes, onde as tensões provenientes das demandas do enfrentamento à violência contra as mulheres parecem gerar um maior esforço de se trabalhar, mesmo em condições precárias, em nome de uma causa e militância. Também foi observado que a partir de algumas dificuldades na relação entre o CRAM, às redes de atendimento e as ações do Estado; as profissionais denunciam essas “faltas” no Centro e na Rede como forma de resistência ao que é posto e na persistência da busca por mudanças.

Palavras-chave: Mulheres profissionais. Violência contra as mulheres. Redes de atendimento. Trabalho feminino.

ABSTRACT

This work analyses how workers of the Márcia Dangremond Women's Care and Reference Centre (CRAM) understand the performance of their activities in their professional field; how they integrate the multidisciplinary team and the shared meanings of violence against women. CRAM service is part of the city's women victim of violence care and addressing network of Olinda, Pernambuco. The subjects act in positions exclusively occupied by women aiding other women, those who were victims of domestic violence. The participative observation carried out between May and November of 2015 allowed me to enter the daily life of this service. Thirteen semi-structured interviews were conducted with the professionals I have been more closely following throughout the research. I have concluded from the daily observation of those professionals that there are many present conflicts, where the tensions emerged from the demands of violence against women's addressing seems to generate a higher work effort, even in precarious conditions, in the name of a cause and militancy. It was also observed that, facing the hardships in the relation between CRAM, the care networks and the State actions, the professionals denounce those "shortages" at the Centre and the Network as a form of resistance to what is given and of a persistent pursue of change.

Key-words: Professional women. Violence against women. Care networks. Women labor.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados de identificação das profissionais do CRAM Márcia Dangremond.....	99
Tabela 2 - Dados referentes à escolaridade e cargo ocupado no CRAM.....	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

B. O.	Boletim de Ocorrência
CAPS	Centro de Assistência Psicossocial de saúde Mental
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRAM	Centro de Referência e Atendimento à Mulher
CRAM-MD	Centro de Referência e Atendimento à Mulher Márcia Dangremond
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DEAMs	Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher
DPMUL	Delegacia de Polícia da Mulher
FUNASE	Fundação de Atendimento Sócio Educativo de Pernambuco
IML	Instituto Médico Legal
ONG	Organização Não-Governamental
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
RG	Registro Geral
SDSCDH	Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos de Olinda
SecMulher	Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco
SPM	Secretaria de Políticas para Mulheres
VCM	Violência contra as Mulheres
VD	Violência Doméstica
VG	Violência de Gênero

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	AS RELAÇÕES DE GÊNERO, O TRABALHO DAS PROFISSIONAIS E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.....	15
2.1	UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO E AGÊNCIA.....	15
2.2	SOBRE O TRABALHO FEMININO.....	19
2.3	RELAÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.....	25
3	SOBRE OS CRAMS.....	33
3.1	CONHECENDO O CENTRO DE REFERÊNCIA E ATENDIMENTO À MULHER MÁRCIA DANGREMOND.....	34
3.1.1	Apresentando as profissionais.....	35
3.1.2	O Espaço físico e localização do CRAM Márcia Dangremond.....	41
3.2	INÍCIO DO TRABALHO DE CAMPO.....	43
3.2.1	O processo das entrevistas.....	48
4	REGIMENTOS, “REDES DE APOIO” E O ESTADO SEGUNDO AS PROFISSIONAIS.....	51
4.1	“O QUE A GENTE SEGUE É O REGIMENTO INTERNO”.....	51
4.2	A VISÃO DAS PROFISSIONAIS DO CRAM SOBRE A ARTICULAÇÃO COM OUTROS SERVIÇOS DA REDE DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA – AS REDES DE APOIO.....	57
4.3	AS PROFISSIONAIS E O ESTADO.....	68
4.3.1	“A boa parceria”.....	69
4.3.2	“A mão direita” e “mão esquerda” do Estado.....	71
4.3.3	“Mas o quê que a gente faz com essa mulher?” ou “A principal lacuna do Estado”.....	77
5	EQUIPES E SETORES NO CRAM: O TRABALHO DE CADA E O TRABALHO EM EQUIPE.....	83
5.1	O LUGAR DE CADA UMA.....	87
5.2	O “OLHAR GERAL” E O ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR.....	92
5.3	TRAJETÓRIAS E O TRABALHO NO CRAM PARA AS PROFISSIONAIS.....	99
6	A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES NO COTIDIANO DO	

CRAM.....	109
6.1 A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO COTIDIANO DO CRAM.....	111
6.1.1 A Violência Doméstica e suas Tipificações.....	115
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS.....	122
APÊNDICE A - APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PESQUISA.....	130
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA –	
PROFISSIONAIS DO CRAM MÁRCIA DANGREMOND.....	131
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	133

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa como as profissionais que atuam no Centro de Referência e Atendimento à Mulher Márcia Dangremond compreendem as suas atuações profissionais; como lidam com o trabalho em equipe e na articulação com as redes de atendimento, e também, como significam valores relacionados a violência contra as mulheres.

Minha trajetória até o início dessa pesquisa partiu da minha relação com o feminismo – teoria e militância - e minhas práticas acadêmicas. Desde a graduação, participei de grupos de pesquisa e estágios em que os trabalhos eram discutidos, sobretudo, por uma análise das relações de gênero. Quando estudante de psicologia, participei do Núcleo de Estudos sobre Gênero e Masculinidades (GEMA-UFPE) e realizei meu estágio curricular em uma organização não governamental que atua no enfrentamento à violência contra as mulheres. Durante o mestrado, fui integrante do Núcleo de Pesquisas em Família, Gênero e Sexualidade (FAGES-UFPE).

As discussões são realizadas através da relação entre gênero, trabalho e violência contra as mulheres. As relações de gênero são consideradas como a categoria (SCOTT, 1995) que permeia tanto as relações das profissionais entre elas, no CRAM, e também ao observar quais as dificuldades e impasses que elas vivenciam na articulação com outros serviços das redes de atendimento. A agência (ORTNER, 2007) presente nas iniciativas e intervenções dessas mulheres é relacionada às estratégias para enfrentarem um sistema que impõem barreiras à sua permanência no campo profissional e no exercer de suas atribuições.

No debate sobre trabalho, é sugerida uma percepção do trabalho feminino que relacione as mudanças ocorridas nesse cenário com a leitura crítica dos valores que impulsionaram e impulsionam esses processos e deslocamentos. Já a violência contra as mulheres é abordada a partir de uma perspectiva da dominação masculina (BOURDIEU, 2007), mas com a constante presença da resistência (FOUCAULT, 1982; ORTNER, 2007), por parte das mulheres.

Os dados dessa observação participante foram obtidos durante a realização do trabalho de campo no CRAM Márcia Dangremond, entre os meses de maio e início de novembro de 2015. Durante esse tempo de pesquisa, mantive interlocução constante com treze profissionais integrantes desse serviço, além de ter realizado entrevistas semiestruturadas. Para melhor contextualização, do lócus de trabalho que as profissionais atuam, cabe realizar uma breve contextualização da história e implementação do Centros de

Referências e Atendimento à mulheres vítimas de violência no Brasil.

No livro “Vinte e Cinco Anos de Resposta a Violência contra a Mulher no Brasil” um pouco dessa história é relatada e problematizada. São relatados alguns aspectos em torno das diferentes desigualdades, distribuições e reflexões dos serviços entre as diferentes regiões brasileiras (SILVEIRA, 2006).

A autora pontua que, entre os anos 1980 e 2005, o crescimento dos serviços adotados foi majoritariamente a implementação de delegacias da mulher, e que de 1998 para 2005 passou a ocorrer um aumento dos centros de referências e das casas-abrigo. Na apresentação dos CRAMs, ela afirma que os centros de referência atuam como apoio psicológico e sociojurídico às mulheres atendidas e cita as casa-abrigo como locais para resguardar mulheres que apresentam risco de morte. Silveira indica que tanto o primeiro como o segundo apresentam dificuldades para serem mantidos devido a falta de articulação das políticas públicas locais.

O marco para a criação dos CRAMs foi a fundação do primeiro SOS Mulher, no início dos anos 1980. Ao apontar os problemas apresentados durante o desenvolvimento desse serviço, Silveira os relaciona com os futuros serviços implementados à rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Com isso pretende demonstrar que algumas dificuldades permaneceram, e como exemplo cita a diferença do posicionamento das mulheres que trabalhavam nos SOS e das usuárias do serviço em relação a violência e o tratamento ao agressor (SILVEIRA, 2006).

Além da relação entre as dificuldades, Silveira (2006) também ressalta o início da elaboração de uma escuta à mulher de forma qualificada a partir do SOS Mulher. Como o CRAMs passaram a ser construídos no final da década de 1980, esse tipo de proposta de escuta pôde ser adotada, como também passou a ser um local de escuta multidisciplinar e de encaminhamentos necessários a serem realizados.

Após essa contextualização, apresento de que forma essa dissertação foi organizada. O primeiro capítulo, reflete sobre as contribuições da perspectiva de gênero como categoria de análise, a discussão sobre o trabalho feminino e uma abordagem relacional que permite problematizar a violência contra as mulheres, a partir de análises das relações de gênero.

O segundo capítulo relata sobre a observação de campo, destacando a apresentação das profissionais do CRAM Márcia Dangremond, a caracterização do espaço físico do serviço e o processo das entrevistas.

O terceiro capítulo está dividido em três principais tópicos. O primeiro, discute quais regimentos e normas embasam o funcionamento do CRAM e quais estratégias as profissionais

adotam para adequar essas regras ao cotidiano de trabalho. No segundo tópico, a relação entre o CRAM e as redes de atendimento são discutidas pelas profissionais, e no terceiro, as dificuldades e “parceria” com o Estado.

Já o quarto capítulo descreve as atribuições de cada profissional nas equipes, o atendimento interdisciplinar e as análises das trajetórias profissionais e a compreensão do trabalho que exercem no CRAM.

No quinto capítulo, são postos, em debate, os conceitos de violência contra as mulheres. Ao seu final, a tipificação da violência doméstica também é abordada nos relatos das profissionais. E por fim, nas considerações finais, apresento principalmente as conclusões deste presente trabalho.

2 AS RELAÇÕES DE GÊNERO, O TRABALHO DAS PROFISSIONAIS E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Neste capítulo, apresento os principais conceitos e teorias que foram utilizados para as análises dos relatos e conteúdos obtidos durante o trabalho de campo no CRAM Márcia Dangremond. As interlocutoras foram as profissionais que atuavam nesse Centro de Referência, que atendem mulheres vítimas de violência doméstica. O trabalho é realizado por mulheres e para atender outras mulheres, e algumas vezes, crianças e adolescentes, filhos e filhas de mulheres que são abrigadas por esse serviço.

No cotidiano dessa instituição, muitas discussões são levantadas principalmente sobre as relações desiguais de gênero; a violência que é praticada por homens que apresentam vínculo afetivo com essas mulheres, como seus companheiros ou filhos; dificuldades na busca de melhorias nos atendimentos e organização do CRAM, entre outras questões, posteriormente abordadas.

A discussão no primeiro tópico será em torno do conceito de gênero como categoria de análise (SCOTT, 1995) e a definição de “agência de poder” e “agência de projetos” (ORTNER, 2007). No segundo tópico, o trabalho feminino será analisado por uma perspectiva que considera as contradições (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2001; CAPELLIN, 2008) de um mercado de trabalho e campo profissional, e as intersecções entre os marcadores sociais de gênero, raça e classe (LIMA, 1994; SOARES, 2000). Já no terceiro e último tópico, a violência contra as mulheres é debatida embasada em uma breve apresentação de pontos de vista referentes às construções das feminilidades e masculinidades. Como principais autoras nesse debate, cito Mirian Grossi (1995), Henrietta Moore (2000) e Heleieth Saffioti (2001).

2.1 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO E AGÊNCIA

Neste trabalho, utilizo gênero como categoria de análise (SCOTT, 1995) em uma perspectiva relacional, considerando também as interconexões principalmente entre gênero, raça e classe. Assim, os relatos, as vivências e experiências analisadas partem das profissionais, que estão inseridas em um *locus* no mercado de trabalho, nas “redes de apoio” - as redes de atendimento às mulheres vítimas de violência - da instituição, nos contextos da violência contra as mulheres e, nesses espaços, os homens também estão presentes em vários

arranjos de poder e gênero.

Para Scott (1995), o gênero é o “elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e também “uma forma primeira de significar as relações de poder”. Ao desenvolver esse conceito, ela enfatiza que o núcleo dessa definição é justamente a ligação entre essas duas ideias, ou seja, nenhuma dessas “sub-partes” expressam mais o que é gênero, nem significam primeiramente esse termo. A autora reconhece que estas poderiam e deveriam ser analisadas distintamente. Também acrescenta que quando há mudanças nas relações sociais, elas ocorrem no âmbito das relações de poder (BOURDIEU, 2004, 2009; ELIAS, 2000; FOUCAULT, 1982, 1989), mas essas mudanças podem ocorrer por diferentes processos e caminhos.

O gênero é composto por quatro elementos, como constitutivo das relações sociais. O primeiro deles são os símbolos que são existentes nos grupos, que representam as diferenciações entre os sexos, muitas vezes, representações binárias e contraditórias. O segundo são os conceitos que normatizam as interpretações relacionadas a esses símbolos, sendo produzidas e mantidas pelas instituições sociais. O terceiro é o aspecto político, e o quarto, a identidade subjetiva, onde há a legitimação (SCOTT, 1995).

Apesar dos processos e momentos históricos se desenrolarem a partir de conflitos e dissensos, a história da dominação e dos dominantes nos é apresentada como algo “natural”, um consenso social que a mantém como única forma possível de organização e estrutura. Essa discussão também é realizada no livro *A dominação masculina*, de Pierre Bourdieu. Nesse ponto ele coloca que “a divisão entre os sexos parece estar na “ordem das coisas” como se diz por vezes para falar do que é normal, natural a ponto de ser inevitável” (2007, p. 17).

O sentido de dominação aqui utilizado, se refere a dominação social. Ela é exercida, sobretudo, pelos homens, devido a atribuição de dominante a elementos e comportamentos ditos masculinos. Na crítica realizada por Mariza Corrêa (1999), ela aponta tanto para a universalização da dominação feita por Bourdieu (2007) como também a atribuição da dominação exercida somente por homens, ou seja, uma dominação atribuída ao sexo. Este trabalho parte de uma perspectiva de construção de gênero e suas desigualdades como construções sociais, e que os contextos precisam ser analisados para se compreender as relações de poder estabelecidas.

Bourdieu (2007) também argumenta que a dominação é resultado do trabalho constante de reprodução e para ser mantida é necessário que instituições como família, escolas e Estado continuem produzindo discursos, bem como a manutenção das estratégias utilizadas pelos homens, como a violência simbólica e a violência física. Ele também

acrescenta que no nível simbólico a dominação é exercida pelos esquemas de percepção, avaliação e de ação que compõem o *habitus* que a fundamenta, e também pelo controle da vontade e decisões de consciência, ou seja, de formas muitas vezes não conscientes.

As interlocutoras, profissionais de um Centro de Referência e Atendimento à Mulher, apresentam seus valores sobre as relações de gênero e das dominações e resistências vivenciadas por elas e por outras mulheres, usuárias do serviço. Elas produzem e reproduzem esses valores, bem como lidam com o que é posto pela instituição onde exercem seus cargos ocupacionais, além de se relacionarem com outras instituições dos setores da assistência social, saúde e educação - também integrantes das redes municipais e estaduais. Dessa forma, são partes da sociedade que representam o gênero e o utilizam para articular as relações sociais e também significar suas experiências (SCOTT, 1995).

Nesse ponto, Scott também ressalta que é importante nos perguntarmos constantemente como esses significados foram construídos, para saber por que foram construídos; e assim, outros questionamentos também virem à tona, inclusive os que ela lançou em seu trabalho e que se aproximam desta pesquisa:

Qual é a relação entre as leis sobre as mulheres e o poder do Estado? Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, quando sabemos que elas participaram dos grandes e pequenos eventos da história humana? O gênero legitimou a emergência de carreiras profissionais? (...) Como as instituições sociais têm incorporado o gênero nos seus pressupostos e na sua organização? Essas e outras questões podem ser realizadas com o intuito de nos aproximarmos de respostas relacionadas a como e quando as percepções implícitas de gênero são invocadas ou reativadas. (SCOTT, 1995, p. 28)

Ao pensarmos em dominação e resistência, no trabalho de Sherry Ortner (2007) é apresentada a discussão em torno do conceito de agência com significados atribuídos ao poder e a intencionalidade das pessoas em perseguir, realizar seus projetos. A “agência de poder” e a “agência de projetos” são categorias conceituais que quase sempre estão juntas. A autora apresenta essas ideias a partir da teoria da prática, mostrando que nem os “indivíduos” e nem as “forças sociais” têm precedência, e sim que apresentam uma relação forte e transformadora, entre as práticas das pessoas e as estruturas da sociedade e da cultura.

Dessa forma, “agência” não será utilizada de um ponto de vista em que os/as “agentes” possuem uma autonomia que os/as deixem desprovidos/as de restrições, já que esse fato não seria possível. Por outro lado, e de diferentes formas, todas as pessoas “têm” agência, o que não implica sua distribuição igualitária. Essa distribuição de poder, o empoderamento, é

realizada a partir de processos que criam pessoas apropriadamente a partir dos termos de gênero, e esse processo se dá pelo que se chama de política de agência.

Ao analisar os contos de fada dos irmãos Grimm, Ortner (2007) observou que as formas de agência eram distribuídas de maneira bastante desigual para as personagens femininas e masculinas. As primeiras quase não apresentavam agência, e quando realizavam algum tipo de feito, eram castigadas e sofriam até o fim da história. Nesses contos, por mais que a princesa demonstrasse doçura e boas intenções, ao demonstrar algum tipo de iniciativa ou ação, os acontecimentos drásticos e infelizes, consequentes da sua atitude, reforçavam que o “ideal”, o “certo” seria não apresentar agência, e se apresentasse, que ela fosse apenas de obediência. Por outro lado, as personagens masculinas realizavam grandes conquistas, salvando pessoas, enfrentando monstros, e sempre recebendo boas recompensas pelos seus feitos heroicos.

A agência de poder (desigual), tanto da dominação como da resistência, pode ser contrastada com o segundo modo principal de agência anteriormente apontado: o de intenções, propósitos e desejos formulados em termos de “projetos” culturalmente estabelecidos. Essa agência de projetos é, sob certos ângulos, a dimensão mais fundamental da ideia de agência. É isso que é perturbado e desaprovado para subordinados, como no exemplo do que acontece com as meninas ativas e com intenção nos contos de fadas de Grimm. Também é isto que floresce como poder para os poderosos cuja dominação sobre outros raramente é um fim em si, mas está, antes, a serviço da realização de projetos. (ORTNER, 2007, p.65)

A partir desse ponto também podemos relacionar agência à identidade de gênero, como colocada por Moore (2000), que é uma identidade vivida e construída socialmente. Dessa forma, por mais que não conheçamos a história de vida das pessoas, dos/as “agentes”, podemos inferir que suas formas de resistir, obedecer ou dominar, por exemplo, são referentes a contextos culturais e subjetividade, além das relações de gênero e poder que o/a perpassam. E que também por ser passível de mudanças e transformações, o contexto e situações que se encontra em determinados momentos também colaboram para ter ou não agência.

As mulheres profissionais do CRAM trabalham com as políticas sociais relacionadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Nos planos municipais e estaduais há diretrizes a serem seguidas. No próprio Centro de Referência há regras e condições impostas e que, ao mesmo tempo, são negociadas e construídas no cotidiano do trabalho. Pensar na “agência de poder e de projeto” dessas profissionais também seria questionar como elas lidam com as condições de trabalho no CRAM e fora dele. Como se relacionam com a violência e as experiências de outras mulheres? Com o quê ou quem as profissionais se rebelam (ou não) e o que elas incorporam no discurso que podemos entender como agência? Como se relacionam

com as “redes de apoio” e os órgãos representantes do Estado?

Então, é a partir da ideia de que as interlocutoras “têm” agência e de que nas suas realizações, atitudes, valores, “o poder raramente é um fim em si mesmo” (ORTNER, 2007, p. 73) que destaco o quanto é importante pensarmos em agência como poder e no sentido de dominação/resistência. Mas que também, diante das desigualdades e diferentes situações, as emoções e singularidades dos seres humanos são sempre mais complexas e contraditórias, apresentando múltiplas possibilidades de leituras dos seus comportamentos.

2.2 SOBRE O TRABALHO FEMININO

Neste trabalho, as interlocutoras trabalham em um Centro de Referência inserido em uma rede de atendimento às mulheres vítimas de violência em cargos ocupacionais como pedagoga, psicóloga, advogada, auxiliar de serviços gerais e educadora social. Essas profissões apresentam suas histórias de desenvolvimento no mercado de trabalho, inclusive de inserção das mulheres em cada uma dessas categorias, algumas fazendo parte do processo denominado “feminização da profissão” (ANTUNES; DEMARTINI, 1993; MARTUCCI, 1996; MATOS, OLIVEIRA; TOASSI, 2013; YANNOULAS, 2011).

Ao tratar desse tema, Yannoulas (2011) diferencia a feminilização da feminização das profissões. O primeiro processo corresponde ao aumento do trabalho feminino em termos quantitativos, tendo como principal forma de conhecimento desses dados às análises estatísticas dos cargos ocupacionais. Já a feminização tem o sentido direcionado às mudanças dos significados e valores sociais referentes a uma dada profissão, sendo relacionada ao grau de feminilização e às concepções de gênero de um determinado contexto e momento histórico. Matos, Oliveira e Toassi (2013), relacionam a feminilização a saúde das mulheres trabalhadoras. Elas pontuam que analisar a feminilização nas profissões implica refletir sobre a saúde e a qualidade de vida de profissionais nos seus contextos de trabalho e de formação, além das indagações referentes aos papéis de gênero na vida destas mulheres. O que pode acarretar obstáculos e comprometimento do trabalho são os desafios para lidar com as desconstruções de estereótipos, salários desiguais, a necessidade de escolher ou conciliar a maternidade e a profissão, como exemplos. O termo feminização para elas significa um crescimento considerável da população feminina em algumas profissões que foram predominantemente ocupadas por homens, como a medicina e odontologia.

Ao apresentar dados e problematizar questões sobre relações de gênero e poder,

buscou-se uma compreensão de alguns desses movimentos e percepções em um locus de trabalho, no CRAM Márcia Dangremond. Nesta pesquisa está pressuposto que por essas e outras questões - a forma de organização, a “natureza” dos problemas encontrados frente à relação com outras instituições, a média salarial das profissionais, as dificuldades de ocorrer mudanças e conquistas nesse serviço - podem estar implicados os valores atribuídos ao fato dos cargos serem ocupados *por* mulheres e *para* assistir outras mulheres.

Com isso, será considerado o campo profissional, bem como as redes de atendimento como campos de poder, por uma perspectiva de Bourdieu (2009). As profissões exercidas como subcampo, que são marcadas pelos lugares ocupados no CRAM Márcia Dangremond e as relações que envolvem outras instituições dentro dessa rede, como também, no campo profissional de forma geral, sendo que as restrições serão feitas de acordo com as possibilidades das mulheres profissionais de intervirem, causarem e sofrerem os efeitos desse campo, e neste trabalho foram analisados os “efeitos mais diretos”. Ou seja, os processos e relações que mais interferem na atuação das interlocutoras como profissionais e como mulheres. Para contextualizar e discutir diferentes questões das mulheres nos campos profissionais utilizei alguns trabalhos e levantamentos sobre escolaridade feminina, inserção das mulheres no mercado de trabalho e precariedade das condições do trabalho feminino.

Bruschini (2007) apontou a expansão da escolaridade feminina como um dos principais fatores para o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Ainda coloca que a escolaridade feminina é bem mais superior do que a masculina, apontando que em 2005, entre trabalhadores e trabalhadoras, 32% delas e 25% deles, apresentavam mais de onze anos de estudo. Em uma pesquisa anterior, Bruschini e Lombardi (2001) apontam estatísticas que mostram o avanço das mulheres na escolaridade como fato inegável, já que apresentam um número crescente no decorrer de alguns anos, e também declaram esse fator como o que colaborava com maiores credenciais para a permanência em setores do mercado de trabalho. Os *guetos ou nichos femininos* são áreas do ensino técnico e profissional - e de trabalho também - em que há uma maior predominância das mulheres (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001; LIMA, 1994; NOBRE, 2004), sendo destacado pelas autoras que até 2001 as mulheres representavam 83% nas áreas de linguística, letras e artes, 82% nas ciências humanas, 74% nas ciências biológicas e 67,6% nas ciências da saúde.

Também há outros enfoques a respeito da escolaridade feminina (AMADO; ROSEMBERG, 1992; LIMA, 1994). Ao comparar grupos de homens e mulheres negras e grupos de homens e mulheres brancas, Lima (1994) observou que o investimento educacional e a realização ocupacional ocorrem de forma diferenciada para esses diferentes grupos sociais.

O gênero e a raça influenciariam o acesso e a ascensão de alguns segmentos sociais, sendo as mulheres negras as que mais se prejudicariam com o mercado de trabalho extremamente discriminatório e excludente. Ela analisa que os negros e negras são os grupos que mais se encontram em áreas com maior índice de analfabetismo e com maior número de evasão e repetência escolar, afirmando que essas análises precisam sempre considerar as relações de gênero e raciais.

Ao pesquisar mulheres analfabetas e residentes em arranjos familiares sem cônjuges, Scott (2004) observou alguns dos desafios que elas vivenciam ao retomarem os seus estudos e permanecerem na escola, após iniciarem a vida adulta. Como principais dificuldades foram relatadas o sentimento de inferioridade, o medo e angústia de não se sentirem capazes de aprender, familiares e principalmente companheiros que se opõem a continuidades dos seus estudos, as tarefas domésticas e o trabalho fora de casa que também comprometem o tempo para o estudo.

Em mais de um trabalho, Bruschini (BRUSCHINI,1994;2001;2007) discute algo bastante relevante para as mulheres, algo que ela denomina de *bipolaridade do trabalho feminino*. Ela aponta quais os movimentos relacionados a ocupações de cargos de maior prestígio e boas condições trabalhistas, e por outro lado, as dificuldades relacionadas ao desemprego, e cargos que apresentam precariedade e subvalorização ocupados por mulheres. Capellin (2008) também considera a bipolaridade do mercado de trabalho feminino, enfatizando os lugares e as condições de não qualificação, por um lado, e os de alta formação, por outro. Ela também acrescenta que mesmo as mulheres avançando na pirâmide ocupacional, há algumas restrições nessa ascensão, como o fato de não obterem maiores ganhos de oportunidades para avançarem em espaços e responsabilidades nos cargos de liderança.

Mas, pela perspectiva da bipolaridade do trabalho feminino, a ocupação feminina em profissões de nível superior de prestígio, como a arquitetura, o direito, a medicina e a engenharia, áreas que eram quase exclusivas do exercício dos homens, também tem sofrido mudanças. (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2000). Também citam as ocupações nos trabalhos artísticos, e que mesmo assim dentre esses campos, as mulheres ainda ocupam profissões tradicionalmente femininas, como as docentes que atuam em cargos auxiliares do ensino e especializações tipicamente femininas na odontologia e medicina. Depois de apontarem tanto o crescimento do número de mulheres em profissões que antes eram ditas masculinas quanto em ocupações em profissões ditas femininas, ao longo do tempo, elas destacam o crescente avanço nas ocupações jurídicas de nível superior, destacando as mulheres nos cargos de juízas

e procuradoras, promotoras e consultoras jurídicas (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2000).

Por outro lado, em ocupações nas quais a presença das mulheres tem se dado tradicionalmente tem ocorrido um movimento oposto ao das ocupações de cargos de prestígio (LAVINAS, 1997; MARTUCCI, 1996; MATOS, OLIVEIRA e TOASSI, 2013; NOBRE, 2004). Como o trabalho doméstico, as atividades sem remuneração e atividades de produção para consumo próprio e do grupo familiar, bem como profissões na área de ensino, como as principais áreas desse polo. Estas áreas têm também tido uma crescente inserção de mulheres, contudo, tratam-se de atividades cuja valorização repousa na ocupação tradicional por mulheres, e não pela exigência de escolarização mais elevada, e configuram profissões e ocupações marcadas pela precarização do trabalho.

Para a discussão, foi trazido o emprego doméstico por ser um dos maiores guetos femininos, além disso, apontam o peso do trabalho feminino, já que ainda representam boa parte das mulheres que trabalham atualmente nessa área (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2000). Nessa mesma pesquisa, as autoras acrescentam que a maioria das mulheres empregadas domésticas que dormem em seus empregos são jovens, solteiras, e a maioria é preta ou parda. E concluíram que isso ocorre por serem pobres, negras, migrantes, não terem sua própria moradia e muitas vezes não possuem rede familiar próxima. Assim, elas ficam mais passíveis de exploração do trabalho em maiores jornadas e com restrições de sua liberdade de circulação. (LIMA, 1994; SOARES, 2000).

Atualmente, alguns dessas questões permanecem, porém, após as últimas leis - Lei n o 11.324/2006 e a PEC 66/2012, mais direitos foram garantidos para as/os empregadas/os domésticas. Alguns deles como a inclusão ao direito da jornada de trabalho definida para oito horas diárias e 44 horas semanais e o pagamento de horas extras. O trabalho de Barbosa, Costa e Hirata (2016) apontou para algumas mudanças no perfil da empregada doméstica, sobretudo em relação a faixa etária. Elas apresentam uma idade média de quarenta e um anos, possuem baixa escolaridade, 60% são pretas ou pardas e residem fora das regiões metropolitanas. Além disso, encontraram dados que demonstram que depois de um ano da PEC 66/2012, houve uma maior formalização das empregadas domésticas mensalistas, uma redução da jornada semanal de trabalho e um aumento no salário horário.

Em relação ao perfil das mulheres trabalhadoras, elas estão se tornando mais velhas, casadas e mães, e também permanecendo com as responsabilidades pelas atividades domésticas e os cuidados com os filhos e outros familiares (BRUSCHINI, 2007). Isso revela e reforça também a dupla jornada de trabalho das mulheres, que as ocupa integralmente ao trabalho, seja o produtivo ou o reprodutivo, apresentando também as permanências nos

valores das famílias, que continuam como modelos tradicionais onde as mulheres são as principais ou únicas encarregadas do trabalho doméstico e cuidado com os filhos. Yannoulas (2002) pontua que considerar o trabalho doméstico é fundamental no estudo do trabalho feminino, justamente por essa mudança de perfil: até os anos de 1970, o mercado era composto por mulheres em maioria jovens, solteiras e sem filhos; diferente do momento atual, que estão mais velhas, casadas e com filhos.

Em outros trabalhos a maternidade e o cuidado com os afazeres domésticos também são tratados como grandes dificuldades para as mulheres, sobretudo as chefes de família (BEIRÃO E PERUCCHI, 2007; GALEAZZI et al., 2011). Mas, como esse perfil de mulheres pode passar por exclusões, as estratégias para a manutenção do sustento são caracterizadas pela existência de trabalhos formais e informais, com e sem registro de carteira, e sendo a maioria na área de prestação de serviços. Esse fato não exclui que essa inserção também indica a conquista da mulher pelo espaço público e pela sua autonomia financeira, mas que as mudanças não significam a transformação dos valores relacionados às desigualdades de gênero.

Essa realidade pode ser reforçada ideologicamente para mascarar o que ainda ocorre em relação ao trabalho feminino, dando uma impressão de mudanças nos valores. Mesmo que haja diferenças entre as classes sociais, a responsabilidade pela casa e pelos filhos ainda é das mulheres, ela ocupando qualquer lugar nesse mercado, podendo ou não estar presente em casa, ela precisará ser a maior responsável, seja ao delegar o trabalho doméstico a outras mulheres, seja por administrá-lo ou executá-lo. (CHIES, 2010).

Mas ao procurar os motivos da formação desse perfil, percebe-se que ele também pode se encontrar na situação das famílias diante do cenário econômico e político. Segundo Bruschini e Lombardi, os motivos para motivos para que mulheres casadas e com filhos estejam adentrando ao mercado de trabalho com essa aceleração são:

“[...] a diversificação das pautas de consumo, gerando novas necessidades e desejos, o empobrecimento da classe média e a necessidade de arcar com os custos de educação e saúde, devido a precarização dos sistemas públicos de atendimento, fariam parte desse processo” (2001, p. 175).

Já Fontoura e Gonzalez (2009) explicam que esta mudança está relacionada à própria expansão do mundo do trabalho e das transformações culturais, que envolvem o direcionamento das mulheres a outros espaços, o aumento da escolarização feminina e a queda na taxa de fecundidade, como exemplos desses resultados.

Com um olhar mais retrospectivo, a consolidação das mudanças em relação às

mulheres e o trabalho vêm ocorrendo desde a década de oitenta devido às transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, causando mudanças significativas nos diferentes campos, como na identidade feminina (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2000). Os movimentos feministas estariam como a principal alavanca nesse processo, que contribuiu e contribui bastante para repensarmos os lugares e imposições postas a todas as mulheres, como também para se lutar por mudanças nessa realidade.

O que tem se conseguido é muito significativo, tanto pelas transformações como pela grande quantidade de mulheres que em diferentes contextos participam dessas mudanças; mas não podemos deixar de problematizar esses momentos históricos e observar quais os diferentes fatores contribuem para a inserção feminina no mercado de trabalho. Não seria a primeira vez na história das mulheres, nem das mulheres brasileiras, em que a força feminina de trabalho aumenta qualitativamente e quantitativamente. Porém, nem esse fato, nem os discursos produzidos – e reproduzidos – garantem que são mudanças que irão garantir essa inserção com equidade, boas condições de trabalho e outras garantias de direito, como o acesso às creches para os filhos na idade infantil ou igualdade salarial, como exemplos.

Ao retomarmos a perspectiva do campo profissional e redes de atendimento – “redes de apoio” - como campo, compreendemos que as

forças de relações entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital – de modo a que estes tenham a possibilidade de penetrar nas lutas pelo monopólio do poder, entre as quais possuem uma dimensão capital as que têm por finalidade a definição da forma legítima de poder (BOURDIEU, 2009 p. 28).

Para Bourdieu (2009), o limite de um campo é o limite dos seus efeitos, ou seja, uma profissional ou o próprio CRAM faz parte de um campo à medida que elas podem provocar, produzir ou sofrer os efeitos causados por ele.

A partir disso, é analisado neste trabalho, não só as relações entre as profissionais com o cargo que exercem e com as usuárias do CRAM; mas também, entre as equipes, entre as “redes de apoio” e entre as instituições que representam o Estado. Pois, considerando-os como integrantes de um mesmo campo, esses agentes - profissionais e instituições - disputam hegemonia, legitimidade nos seus discursos, modos de atuar e reivindicar mudanças.

Compreender a gênese social de um campo e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, *tornar necessário*, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. (BOURDIEU, 2009, p. 95).

Dessa forma, perceber processos institucionais e de cada interlocutora colabora para compreender mais o campo profissional e a partir desse contexto observar as contradições, e ao mesmo tempo, as complexidades geradas pela bipolaridade e fatores que envolve o trabalho feminino. Com todas as ambiguidades apresentadas, as mulheres estão em avanço no mercado de trabalho, mas ainda podem ser consideradas como minoria nos campos profissionais. Considera-se minoria como o grupo ou categoria que apresenta um status de minoria, ou seja, quando se compara o poder dos homens relacionados ao das mulheres, essas se encontram em um lugar desfavorável, sobretudo pela atribuição de qualidades inerentes ao grupo feminino, e justificando assim essas qualidades como se fossem o motivo para um tratamento desigual (SCOTT, 2005).

As profissões ocupadas pelas mulheres, principalmente as tradicionais e que possuem prestígio na sociedade são, em maioria, profissões de origem masculina. Assim, se formos adotar o termo 'identidade da profissão ou área', veremos que muitas dessas ocupações apresentam uma identidade de gênero masculina, como a engenharia e medicina, por exemplo. E para Chies (2010), nessas ocupações as mulheres foram se inserindo a partir de construções de especialidades. Dessa forma, mostra que pela presença da 'especialização' já se evidencia que foram necessárias mudanças para que as mulheres pudessem ocupar esses espaços.

Ao enfatizar justamente os motivos e origens dessas mudanças, algumas vezes a feminização de uma profissão pode implicar a desvalorização daquele cargo, ou então, já ser resultado de uma desvalorização anterior da profissão (BOURDIEU, 2007). Esse desvalor pode estar "disfarçado" por certa igualdade formal, dissimulando que as mulheres ocupam espaços em igualdade junto aos homens e não ocupando as profissões menos valorizadas, como as atividades informais e as voltadas para a assistência e cuidado. Dessa forma, sendo necessário sempre avaliarmos os processos e significados dentro do campo profissional, pelas inserções e exclusões que envolvem as relações de raça, geração e, sobretudo, gênero.

2.3 RELAÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A violência, de forma geral, pode ser registrada em datas remotas e em diferentes sociedades, mas ela sempre apresentou significados que variam de acordo com cada contexto histórico e grupo social. Isso não implica que ela é sempre problematizada, mas quando isso ocorre pode ser analisada de diferentes formas. Segundo Hayeck (2009), práticas violentas

passaram a ser discutidas a partir do século XIX, tornando-se um fenômeno social e despertando a preocupação do poder público e também de estudiosos de várias áreas. No Brasil, consolida-se um debate na década de 1980 que sublinha a normalidade e a banalização com que se tem tratado a violência como parte do problema a ser investigado.

Se para a autora a definição e discussão sobre violência foi iniciada de forma “tardia”, as concepções da violência contra as mulheres foram mais recentes ainda, precisando de um tempo de reflexões sobre a condição feminina, desigualdades e outras questões referentes a relações de gênero. Se a violência passou a ser debatida a partir de sua banalização, os movimentos de mulheres e feministas precisaram – e continuam precisando – lutar para além da banalização: lutam contra a invisibilidade, contra a omissão do Estado, a reprodução de valores que mantém a dominação e violência, entre outras questões.

A própria criação de um CRAM – Centro de Referência e Atendimento à Mulher – aponta que a violência tem sido problematizada e considerada como uma violência específica e perpassada pelas desigualdades de gênero. Obviamente, violência contra as mulheres não será extinta se a dominação masculina, bem como outros modelos hegemônicos de raça e classe, permanecerem vigentes em nossas sociedades. Mas, ao abordarmos uma instituição que atende mulheres - e que outras mulheres exercem seus cargos ocupacionais - pode nos fazer pensar como essas relações, que incluem significados da violência contra as mulheres e identidades femininas, estão presentes nos atendimentos às usuárias, entre as equipes e nos próprios relatos de suas trajetórias profissionais.

Tanto Santos (2002) como Arendt (2004) buscam definições para a violência, relacionando-a ao poder. Santos, com uma definição de violência voltada para o exercício da força e coerção e Hanna Arendt (2004) apresentando a violência como algo oposto ao poder. Pois, no seu significado, seria a desintegração desse que geraria a violência. Mas Arendt também reconhece a violência como um fenômeno e vê o poder e violência estão sempre juntos; a violência precisando de um fim que a justifique, e o poder precisando apenas de legitimidade.

Quando tratamos as relações de poder e gênero de forma inter-relacionada, podemos citar a dominação masculina como estratégia na justificativa para as práticas e manutenção da violência. Segundo Saffioti (2001), o poder masculino perpassa todas as relações sociais e se traduz em algo objetivo, em estruturas hierarquizadas, em valores e em senso comum. Nessas situações sociais onde os discursos dominantes sobre gênero constroem as categorias “mulher” e “homem”, atribuindo supremacia masculina, a representação da violência é altamente sexualizada, e também inseparável da noção de gênero e da diferença de gênero.

Mas outras formas de diferença também são empregadas na representação da violência, como as de raça e classe (MOORE, 2000).

Mas, ao discutirmos um pouco sobre a construção do gênero e das diferenças entre os gêneros, também podemos pensar como essa dominação e violência se relacionam com poder e agência, a partir da construção das subjetividades. Em um dos trabalhos de Grossi (1995), ela analisa as pesquisas realizadas por diferentes antropólogas e antropólogos que mostram como é pela violência e pela separação dos iniciados do mundo onde vivem que se constrói uma identidade grupal de gênero. Nesses trabalhos, é mostrado como há uma diferença radical entre os rituais de iniciação femininos e masculinos, sendo estes últimos marcados pela violência física.

Uma das perspectivas deste trabalho é a relação entre as diferenças de gênero com a permanência da violência contra as mulheres nas sociedades. Observar quais valores e mecanismos se apresentam nas constituições das feminilidades e masculinidades, pode nos favorecer uma análise não só referente a quais são essas diferenças atribuídas, mas também ao que é aceito, legitimado e reforçado como comportamento e atitudes “de mulher” e “de homem”.

Nesse ponto de vista, podemos pensar em uma multiplicidade de masculinidades e feminilidades construídas, mas que há, predominantemente, um “tipo ideal”, um modelo-norma de *masculinidade hegemônica* e *feminilidade enfatizada*. Sobre a constituição do modelo de masculinidade hegemônica em nossa cultura, vem sendo observado que no Brasil a atividade - o ser ativo - não diz respeito apenas à sexualidade, mas também é percebida como agressividade e apresenta uma conotação positiva. Já na constituição da identidade de gênero na infância, “pode ser vista como o masculino se constitui pela hiperatividade dos meninos, que muitas vezes se confunde seguidamente com agressividade” (GROSSI, 1995, p. 06).

Assim como a agressividade, a virilidade também é validada pelos outros homens, desde muito cedo no cotidiano dos meninos. A virilidade em sua “verdade de violência real ou potencial é atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de 'verdadeiros homens” (BOURDIEU, 2007, p. 64). Em *A dominação masculina* (2007), Bourdieu pontua os vários ritos de instituições, entre elas as escolares, que comportam provas de iniciação para que as solidariedades viris sejam reforçadas entre os meninos e homens. Ele também acrescenta nesse exemplo, os estupros coletivos praticados por adolescentes, reiterando a identidade masculina grupal. Assim, expõe que a virilidade é construída diante dos homens, para os outros e contra a feminilidade.

A pornografia também é citada por Grossi (1995) como um aprendizado para os

meninos que segue a linha desse processo de construção. Ela seria um aprendizado da sexualidade, que se passa em grupo, coletivamente, e não se faz individualmente. Com isso, eles também aprendem os valores atribuídos às mulheres, pois o próprio fato de se tratar de fotos de mulheres em revistas, em papel; a qual se toca, colabora e permite que o olhar masculino para as mulheres seja de objetificação, mulher como algo que se pode consumir.

A masculinidade hegemônica foi entendida como um padrão de práticas (i.e., coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse... mas apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens. (CONNELL e MESSERSCHIMDT, 2013, p. 245)

Ainda na perspectiva de Connell e Messerschmidt (2013), há pesquisas sendo realizadas que apontam as revelações dos mecanismos de hegemonia. Umas mais visíveis que outras, elas demonstram a existência e diferença dessa manutenção a partir de diferentes estratégias. Eles citam a “ostentação” da masculinidade nos programas televisivos de esportes, como também a “censura”, que seria o mecanismo social que busca a normatização a partir de xingamentos e outras formas de coerção a grupos subordinados.

Tanto para Grossi (1995) como para Connell e Messerschmidt (2013), o corpo tem um papel fundamental na constituição da identidade de gênero contemporânea, sendo um dos elementos centrais na constituição do sujeito. Ao falar da construção da identidade das mulheres, Grossi (1995) afirma que assim como no modelo tradicional era necessário que a mulher se produzisse regularmente no salão de beleza, e que atualmente ela deve se produzir na academia, enfatizando que a beleza é um dos principais elementos na constituição da feminilidade no Ocidente, pois será ela e sua vaidade que a permitirá se sentir desejada pelo homem.

Ao pensar nos rituais de iniciação feminina, ela aponta que eles são menos violentos que os masculinos, “pois eles não precisam separar as mulheres do mundo feminino, mas sim reforçar este vínculo pelo aprendizado das regras deste mundo” (GROSSI, 1995, p. 09). Ela cita o salão de beleza e a experiência da dor do parto no modelo mediterrâneo, como momentos que marcam essa construção.

Dessa forma, este presente trabalho considera as diferentes feminilidades e masculinidades, mas também destaca que muitas dessas construções se dão a partir de pressões para que um modelo específico ou outro predomine, por mais que haja vários modelos discursivos. Com isso, essa construção viria a ser “conflituosa, complexa e, às vezes,

uma precária construção” (CARVALHO FILHO, 2008, p. 03). A feminilidade e masculinidade como conceitos relacionais implica que não podemos entender esses processos separadamente, bem como outros aspectos das relações de gênero. A própria antropologia também já adotou, de forma geral, um modelo único de gênero, mas ao se aproximar dos pontos de vista mais complexos considerou – como ciência - que as pessoas passam a assumir posições marcadas por gênero através das relações com múltiplos discursos sobre gênero. (BOURDIEU, 2007).

Ao apresentar as três principais correntes que tratam da violência contra as mulheres, Izumino e Santos (2005) as denomina *dominação masculina*, *dominação patriarcal e relacional*. A primeira corrente define a violência contra as mulheres como a dominação das mulheres pelos homens, tendo sua autonomia anulada e tomando a posição de “vítima”, e ao mesmo tempo cúmplice dessa dominação. Chauí, em 1985, publicou seu trabalho “Participando do Debate sobre Mulher e Violência” e concebeu a violência como resultado de uma ideologia de dominação masculina que é produzida e reproduzida tanto por homens como por mulheres (IZUMINO e SANTOS, 2005). Ela define a violência como uma ação que transforma diferenças em desigualdades, e percebe que quando há dominação, a ação violenta trata o ser dominado como “objeto”, e assim, o silenciando e tornando-o passivo.

Já a segunda corrente, dominação patriarcal, é baseada nos pontos de vista feminista e marxista de Heleieth Saffioti, compreendendo a violência como expressão do patriarcado. Nessa perspectiva, as mulheres não são “cúmplices” da violência. As mulheres são vítimas da socialização, que as coloca em um lugar de submissão ao macho, enquanto estes no lugar de dominador, mas elas são “sujeitos” dentro de uma relação desigual e são forçadas a ceder a opressão, já que não apresentam poder suficiente para se libertar. A partir da terceira corrente, a relacional, tanto o conceito de dominação quanto o de vítima são relativizados. Maria Filomena Gregori concebe a violência como uma forma de comunicação e como um jogo, em que a mulher é “cúmplice”. Assim, ela parte da ideia da violência como um jogo relacional, e não, com uma luta de poder.

Neste trabalho, são consideradas concepções de violência que podem perpassar essas três principais correntes. Primeiramente é adotada a definição de violência como uma dominação imposta às mulheres, as oprimindo e causando danos ao colocá-las em locais de desigualdade e muitas vezes de exclusão. Mesmo estando em situação de opressão, as mulheres apresentam agência e parcelas de poder (ORTNER, 2007); umas mais, outras menos, dependendo do pertencimento a determinados grupos sociais, de suas trajetórias de vida e perspectivas diante da dominação que lhe é imposta.

Ou seja, ela não se torna um “objeto”, passivo e dependente, nem negocia “de igual para igual” as formas de como se relacionar com os homens e outras mulheres, desconsiderando a legitimidade do machismo e violência simbólica exercida sobre elas. Considero que essas duas visões subestimam as mulheres e as formas de constituição das subjetividades e estratégias de poder de diferentes grupos sociais também.

As mulheres podem reproduzem esses valores e, ao mesmo tempo, resistem a eles. Em uma visão de construção e relação de gênero, em que essas subjetividades não estão “prontas” e nem “finalizadas”, a forma de lidar com a dominação e violência também não se apresenta fixa, ela varia de acordo com momentos históricos, situações que favoreçam a busca por mudanças e fatores de empoderamento.

Para Moore, a “experiência pessoal do gênero e das relações de gênero está ligada ao poder e as relações políticas em diversos níveis” (2000, p. 35). Isso também é o que pode justificar a complexidade da construção de gênero em cada pessoa. Pelos muitos discursos e apropriações durante toda a vida; cada situação, variáveis e experiências podem interferir nessas construções. Como a violência ocorre ou permanece em um relacionamento? O que cabe de “contribuição” a mulher e ao homem – ou a mulher e outra mulher - para que numa relação haja violência? O que se fazer para sair de uma relação violenta? Essas questões podem ser recorrentes no cotidiano das profissionais que trabalham em um CRAM, pois lidam com esse fato – da VCM – todos os dias. Mas, a reflexão de como elas elaboram essas questões, bem como as respostas são analisadas a partir de uma perspectiva que considera essas diferenças de gênero para explicar a violência que elas presenciam e/ou enfrentam todos os dias, considerando que o gênero que se identificam (e são identificadas), suas trajetórias profissionais e agência de cada uma também apresenta 'parcelas' (delas) nessas construções.

Ao considerar o que precisa ser dito e analisado sobre a violência contra as mulheres, Gregori (1993) se aproxima de uma ideia de Moore que é utilizada neste trabalho como uma das principais referências para explicar a VCM. Gregori coloca que as cenas em que se desenrolam as agressões estão sujeitas a várias motivações e declara que elas podem ser as “disposições conflitivas de papéis cujos desempenhos esperados não são cumpridos, disposições psicológicas tais como esperar do parceiro certas condutas...” (GREGORI, 2012, p. 183). Esse trecho se aproxima da ideia de *frustração*, de Moore (2000). A frustração é conceituada exemplificando o caso da violência interpessoal e se basearia na “[...] incapacidade de manter ou assumir apropriadamente uma posição de sujeito marcada por gênero, o que resulta numa crise, real ou imaginária, da auto-representação e/ou avaliação social” (MOORE, 2000, p. 39).

Frustração também pode ser o resultado de contradições que surgem entre o assumir múltiplas posições de sujeito, e a pressão de expectativas múltiplas sobre a auto-identidade ou a apresentação social. Pode também vir como resultado da recusa de outras pessoas em assumir ou sustentar suas posições de sujeito em relação a nós mesmas, pondo assim em questão nossa auto-identidade... frustração pode caracterizar a incapacidade de receber as satisfações ou retribuições esperadas por ter assumido uma posição de sujeito ou modo de subjetividade particulares marcados pelo gênero. Não é necessário que o indivíduo tenha uma visão específica, consciente de quais deveriam ser as satisfações ou retribuições para que experimente a frustração. (MOORE, 2000, p.39).

No sentido utilizado por Henrietta Moore (2000), não é apenas no tipo de violência física ou nas agressões que a frustração estaria “presente”, bem como não é uma justificativa para a violência ser praticada. Como ela coloca, nem sempre se está consciente da frustração quando se pratica a violência, e sim que isso ocorre pela manutenção de ideias que sustentam fantasias do tipo de pessoa que gostaria de ser e de que tipo de pessoa gostaria que os outros acreditassem que se é.

Ao mesmo tempo, essa violência é embasada a partir de um plano de dominação das mulheres (SAFFIOTI, 2001) e a violência só é existente quando se pretende utilizá-la como estratégia de conquista ou manutenção de poder. Nesse caso, a violência física também não é considerada neste trabalho como a “violência-estopim”, nem a “violência de fato”. Ou seja, quando esta é cometida não significa que nesse momento se chegou ao limite da dominação ou opressão, pois essa extrapolação pode ter ocorrido antes mesmo dessa violência ter sido praticada. Outros tipos de violência, como a violência simbólica (BOURDIEU, 2007) também estão presentes desde muito cedo na vida das mulheres, e mesmo que não seja percebida, ou somente às vezes, causa tantos danos e sofrimento como outros tipos, como exemplo, o próprio fato das mulheres, muitas vezes acreditarem na própria inferioridade ou passividade diante dos homens e dos atos de violência.

As mulheres e homens podem vivenciar e experimentar diferentes posições nos modelos de feminilidades e masculinidades, mas se algum ou alguns modelos – em diferentes momentos da vida – forem percebidos como modelos-norma e a pessoa mantiver o desejo de alcançá-lo ou mantê-lo, ele poderá ser reivindicado por meio da violência. Ou seja, para que o outro siga esse ideal ou se aproxime dele, poderá ser adotada como meio a “violência por precaução”- quando ela é praticada antes mesmo que a pessoa 'fuja' do modelo de comportamento esperado, e na maioria das vezes, exercida pelos homens e contra as mulheres.

Ao falar da resistência, Saffioti (2001) pontua que pode não ser fácil para uma mulher sozinha romper com uma relação afetiva que seja violenta, mas que sua resistência

está presente a todo tempo.

[...] as mulheres sempre reagem contra o agressor, das mais diferentes maneiras. Suas reações podem não ser adequadas para pôr fim à violência de seus parceiros, mas, é importante frisar, existem, se não em todos os casos, pelo menos na maioria esmagadora deles, a resistência. (SAFFIOTI, 2001, p.120-121).

Nesse sentido, a violência pode ocorrer desde sempre e mesmo assim se apresentar como uma frustração, porque onde há dominação, há resistência.

Se as mulheres sempre se opuseram à ordem patriarcal de gênero; se o caráter primordial do gênero molda subjetividades; se o gênero se situa aquém da consciência; se as mulheres desfrutam de parcelas irrisórias de poder face às detidas pelos homens; se as mulheres são portadoras de uma consciência de dominadas; torna-se difícil, se não impossível, pensar estas criaturas como cúmplices de seus agressores. !!!!! Por que vítimas? (SAFFIOTI, 2001, p. 121).

Para Foucault (1982) a resistência também está sempre presente, pois ela é a palavra chave para a dinâmica nas relações de poder. Sem ela não há poder e é a partir dela e de seus efeitos que ocorrem mudanças. “Eu penso que a resistência é um elemento das relações estratégicas nas quais se constitui o poder. A ela se apoia, na realidade, sobre a situação à qual combate” (FOUCAULT, 1982, p. 269).

Esse fato – o de apresentarem resistência - não anula a condição da mulher como vítima de violência, nem que ela esteja em uma condição temporária. O lugar de vítima não é uma posição de anulação ou não resistência, mas como Bourdieu (2007) e Saffioti (2001) pontuaram, as mulheres sofrem a imposição desse estado-de-coisas. Elas já iniciam suas vidas e construções de suas subjetividades precisando elaborar uma fuga a sujeição e sem poder ter legitimação para algo que se apresenta como natural e não passível de contestação. Se sempre são submetidas à dominação, também podem desde cedo ter agência de poder - e de projetos - para buscar mudanças e alcançar posições e conquistas que lhe pareçam difíceis de conseguir (ORTNER, 2007); é algo conflituoso, em constante construção, mas fazendo parte das subjetividades, pois “o gênero se constitui em cada ato da nossa vida, seja no plano das ideias, seja no plano das ações. O tempo inteiro a gente está constituindo o gênero no nosso próprio cotidiano” (GROSSI, 1995, p. 09).

Neste trabalho, será operacionalizado o conceito de *frustração* de Moore (2000) para relacionar a violência contra as mulheres às desigualdades de gênero. Será adotado o conceito de agência de poder e de projetos (ORTNER, 2007) para analisar como as mulheres buscam saídas e resistências à dominação masculina e a intersecção com a categoria de gênero de Scott (1995).

3 SOBRE OS CRAMS

Os CRAMs integram a rede de enfrentamento e atendimento às mulheres em situação de violência, acompanhados por outras instituições como casas-abrigo, maternidades e policlínicas, núcleos de atenção jurídica e unidades básicas de saúde. Esse serviço acompanha exclusivamente casos tipificados como violência doméstica contra a mulher, onde a Lei Maria da Penha poderá ser aplicada. As razões de ter escolhido como foco da pesquisa as profissionais que atuam em um dos Centros de Referência são, principalmente: o interesse em descrever como elas significam e exercem seus cargos ocupacionais em um Centro de Referência; analisar como se relacionam integrando equipes interdisciplinares e como compreendem e conceituam a violência, sobretudo a violência contra as mulheres (VCM).

A aproximação das experiências e percepções das profissionais desse serviço torna necessária uma apresentação e contextualização das pesquisas realizadas sobre esses Centros Especializados ou os Centros de Referência e Atendimento à Mulher. Além disso, considero indispensável situar como vem sendo a construção e o funcionamento dos CRAMs, e como eles são implementados a partir de políticas públicas de gênero.

Sobre os trabalhos realizados nos Centros de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM) há o trabalho de Cortês (2012), que conduziu sua pesquisa a partir do Centro de Referência da Mulher Heleieth Saffioti, em Araraquara, São Paulo. Um de seus objetivos foi analisar como o contato das mulheres com o CRAM fortalecia sua cidadania. Ela trabalhou a noção de violência doméstica enquanto uma violência de gênero, adotando concepção de gênero elaborada por Scott (1995). A autora realizou uma breve contextualização da tematização da política da violência contra as mulheres e também do momento atual dos CRAMs, principalmente o de Araraquara. As principais análises são realizadas a partir dos relatos das mulheres, apresentando como um dos resultados, falas que demonstram que o acompanhamento neste serviço colabora com a ressignificação de novas formas de lugares e posicionamentos das mulheres atendidas, relacionados à sua cidadania.

No trabalho de Cordeiro e Souza (2014) é visto como se dá a articulação do Centro de Referência Clarice Lispector – localizado em Recife, Pernambuco - com a Delegacia da Mulher; a Casa Abrigo Sempre Viva e o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, todos localizados no mesmo município. A partir da análise de dados documentais e de entrevistas com usuárias do serviço foram apontadas algumas falhas na articulação entre

serviços da rede, assim como as dificuldades no cumprimento da Lei Maria da Penha. Esse trabalho também buscou perceber a compreensão que as usuárias dos serviços tinham dos atendimentos existentes nas referidas instituições.

No artigo de Spósito, Serra, Lyra e Low (2014) foram realizadas análises de políticas públicas e entrevistas com profissionais de diferentes serviços que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, com o objetivo de buscar as diferentes “respostas” que as usuárias podiam ter após acompanhamento no Centro de Referência Clarice Lispector. Uma das conclusões que tiveram, foi que tanto as usuárias como as/os profissionais são os/as principais atores e atrizes para desconstruírem a violência e problematizarem essas situações, mesmo diante das ambiguidades e das adversidades políticas existentes.

Como os trabalhos apresentados acima, esta pesquisa também tem o intuito de observar como um dos CRAMs, o Márcia Dangremond - localizado em Olinda, Pernambuco - realiza os atendimentos e abrigamentos às mulheres usuárias, apresentando como foco as perspectivas das mulheres profissionais que atuam nesse serviço. Dessa forma, foi realizada observação participante e entrevistas semiestruturadas, as quais foram realizadas com 13 das 16 profissionais dessa instituição.

Ainda nesse capítulo, buscarei contextualizar mais a respeito da relação entre as interlocutoras e o funcionamento do CRAM Márcia Dangremond. No tópico seguinte estarei apresentando algumas informações sobre as profissionais e sobre a estrutura física e localização da instituição em que trabalham. Em seguida, no tópico 2.2, mostrarei os percursos do trabalho de campo e o processo das entrevistas realizadas.

3.1 CONHECENDO O CENTRO DE REFERÊNCIA E ATENDIMENTO À MULHER MÁRCIA DANGREMOND

Neste tópico pretendo apresentar dois elementos fundamentais ao funcionamento e existência do CRAM Márcia Dangremond, sobretudo o primeiro deles, a partir das perspectivas desta pesquisa: as profissionais que compõem as equipes de trabalho e a estrutura física e localização desse serviço. Isto porque parto da premissa de que a partir das práticas, vivências e relações entre profissionais e usuárias, os valores e significados em torno da violência, atendimento às mulheres e encaminhamentos estão sendo produzidos.

A maioria das profissionais são agrupadas em equipes ou setores de trabalho com quatro subdivisões principais: educacional, psicológico, sociojurídico e financeiro. No primeiro, são integradas as educadoras sociais, a pedagoga e a coordenadora dessa equipe; no segundo, a psicóloga, no terceiro, a assistente social e as advogadas, e por último, a auxiliar do administrativo e a coordenadora geral.

O termo 'usuária' é uma categoria êmica que se refere às mulheres que buscam ou são encaminhadas a atendimento no Centro de Referência Márcia Dangremond. A partir do relato da coordenadora geral desse serviço, essa expressão é utilizada de forma padronizada em todos os serviços da rede de assistência social. Dessa forma, ao longo deste trabalho irei fazer uso deste termo acompanhado da especificidade do qual as mulheres “fazem uso”, ou seja, “mulheres usuárias do serviço”.

Em relação à estrutura física do CRAM, pode ser observada de que forma a sua organização, disposição de cômodos, salas e também a sua localização diante dos outros serviços, facilita ou se posiciona nesse cenário entre as redes de atendimento. O CRAM Márcia Dangremond é um serviço integrante da Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos (SDSCDH) do município de Olinda, Pernambuco. Sobre a sua localização, não constará na descrição o bairro, nome de rua ou número de localização da casa onde o CRAM é sediado. Destacarei observações sobre o local, seu lugar em relação aos outros serviços do município, bem como as opiniões das profissionais em relação a todos esses aspectos.

3.1.1 Apresentando as profissionais

O quadro da equipe do CRAM, no período que correspondeu ao meu trabalho de campo, contava com 16 profissionais. Nas primeiras semanas existia uma pequena diferença na composição, pois havia uma psicóloga a mais no quadro e ocorreu uma substituição de uma educadora social por outra. A psicóloga estava atuando no Centro temporariamente, pois aguardava que o serviço para o qual seria lotada na prefeitura fosse inaugurado. Ao final do primeiro mês de observação participante ela já não estava mais presente no serviço. No mesmo período ocorreu a demissão de uma das educadoras sociais que trabalhava no plantão noturno. No dia seguinte à sua demissão, perguntei a coordenadora do CRAM o porquê da sua

saída, e esta respondeu que isso se deu por necessidade de cortes de gastos financeiros no quadro de profissionais.

Por aproximadamente vinte dias algumas das profissionais se revezaram para “cobrir” o plantão de trabalho que a referida educadora era responsável. Posteriormente Nara, outra educadora, foi relocada para o turno da noite e foi elaborada uma escala de plantão para os horários diurnos. Apesar do que foi alegado anteriormente, e após esse período de vinte dias, uma nova educadora social, Luzia, passou a integrar a equipe do setor educacional. Com essa composição a equipe se manteve com o mesmo quantitativo de profissionais, com os seguintes cargos ocupados: 1 coordenadora geral, 1 coordenadora do setor educacional, 1 assistente social, 1 psicóloga, 2 advogadas, 1 auxiliar de serviços gerais, 1 auxiliar administrativo, 4 educadoras sociais e 4 vigilantes.

Os nomes utilizados para identificação das profissionais são fictícios. Desde o início da pesquisa e ao realizar as entrevistas, a maioria das profissionais das equipes declararam que o sigilo deveria ser mantido somente em relação à identidade das mulheres usuárias do serviço e que não se preocupariam se elas, as profissionais, fossem identificadas na minha pesquisa, com seus nomes reais e cargos ocupados. Algumas delas não se pronunciaram quanto a isso e nem se opuseram, mas optei por não as identificar com seus nomes verídicos, e sim apenas com seus os cargos reais ocupados, já que nessa pesquisa a profissão que elas exercem nas equipes do Centro de Referência significa o lugar que elas ocupam no CRAM e na rede de atendimento à mulher em situação de violência.

Dito isso, afirmo que escolhi nomes de minha preferência para nomeá-las. Inicialmente pensei em remeter aos nomes de muitas das mulheres que no decorrer da história - nacional e internacional - enfrentaram as lutas pelos direitos e conquistas das mulheres e que são reconhecidas socialmente. Mas, posteriormente decidi identificá-las com nomes femininos que não associamos a nenhuma personagem histórica. Assim, como muitas mulheres que também vivenciam e enfrentam as violências e desigualdades cotidianamente e no anonimato, elas serão chamadas de: Diana, Tereza, Ana, Roberta, Maria, Rafaela, Cláudia, Carmem, Luzia, Aline, Joice, Nara e George.

Como forma de apresentar cada uma das profissionais, buscarei expor algumas informações oferecidas por elas durante as entrevistas. O primeiro bloco destes momentos dizia respeito a questões de identificação, como: idade, raça, estado civil e sobre trabalho, se elas tinham ou não vínculo empregatício em outro local, por exemplo.

Diana é pedagoga e coordenadora do setor educacional do CRAM, declara-se negra e que tem como religião o catolicismo. Afirma que é católica não praticante, que foi batizada e crismada, mas não costuma frequentar a igreja, não tem “essa” religiosidade. A respeito do seu estado civil, encontra-se em uma relação estável há quinze anos e mora no município do Paulista com seu companheiro e os dois filhos do casal. Ela estava na sua terceira gestação, no momento em que realizamos a entrevista. Graduou-se em pedagogia no ano de 2010, e além de atuar no CRAM, leciona como professora do ensino médio há dois anos em uma escola estadual. Trabalha no Márcia Dangremond desde o ano de 2013, mas antes disso se considerava bastante próxima ao serviço, a partir da militância no movimento de mulheres.

Tereza atua como assistente social no CRAM há um ano, estava com 52 anos e considera-se de origem indígena. Declara que sua religião é o catolicismo, mas destaca que é “uma católica um pouco mística”. Atualmente se encontra solteira, mora em um bairro de Olinda e também trabalha em outro local além do CRAM, um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) em outro município do estado pernambucano. Tereza é graduada em Administração, Secretariado e Serviço Social. Passou a trabalhar no CRAM quando ingressou na seleção simplificada da prefeitura de Olinda e foi lotada para esse serviço. Antes trabalhava em áreas relacionadas a questões sociais e como tem uma pós-graduação em gestão social, desempenhou algumas atividades que contribuíram para que tivesse o desejo de cursar Serviço Social. Logo que concluiu esta graduação iniciou a procura por empregos na área, até iniciar a sua atuação no Márcia Dangremond.

Ana é advogada do CRAM, tem 44 anos e declara-se branca. Está divorciada e é integrante de uma igreja evangélica Presbiteriana. Reside no município de Olinda e também advoga em escritório particular, nas áreas trabalhista e cível. Trabalha no CRAM há dois anos e o seu primeiro contrato foi assinado a partir de uma indicação, enquanto o segundo ano foi renovado a partir do ingresso por meio de seleção simplificada pela prefeitura de Olinda. É formada no curso de Direito há dezesseis anos, trabalha no setor jurídico do Márcia Dangremond juntamente com outra advogada, Maria.

Roberta é educadora social do CRAM, tem 48 anos, declara-se negra e tem quatro filhos. Seu trabalho é durante os plantões noturnos, seu turno inicia-se às 19 horas, mas ela afirma que sente tanto prazer em trabalhar, que chega mais cedo. “Chego às 18h, por aí,

porque gosto muito de estar aqui”. Tem formação em psicopedagogia e declara que essa especialização colabora muito com a assistência às mulheres, e principalmente às crianças e adolescentes que são atendidos. Além de atuar no Márcia Dangremond também trabalha no cadastramento do Bolsa Família.

Maria é advogada do CRAM, está com 33 anos, declara-se preta e tem como religião o catolicismo. No tocante a seu estado civil, afirma que está separada e que tem um filho. Também trabalha advogando em escritório particular e exerce sua profissão no CRAM desde 2013, já tendo completado dois anos nesse serviço. Ela foi e continua admitida por meio de contrato e declarou que desde que chegou ao Centro de Referência não teve dificuldades com o funcionamento da instituição, pois já tinha experiência com causas criminais.

Rafaela é educadora social do CRAM, tem 51 anos, declara-se morena com descendência afro. No tocante a religião, quando criança era católica praticante, mas depois de adulta se tornou evangélica. Atualmente se identifica mais com a doutrina da igreja Assembleia de Deus. Já foi casada e se divorciou de seu primeiro marido, com quem teve duas filhas e, atualmente, está em uma união estável há dezesseis anos. Ela atua nos plantões diurnos, não trabalha em nenhum outro local e está no Centro de Referência há dois anos. Reside em Olinda com suas duas filhas e seu atual companheiro.

Cláudia é psicóloga do CRAM, tem 40 anos e declara-se parda. Em relação a seu estado civil, se encontra separada. A sua religião é católica e afirma ser simpatizante do espiritismo e budismo. Também realiza atendimentos psicológicos em um consultório particular em Recife, onde reside. Iniciou sua atuação no CRAM a partir de trabalho voluntário como psicóloga e depois foi contratada para exercer trabalho remunerado. Ela está presente no CRAM, atendendo as usuárias, todas as manhãs, de segunda a sexta.

Carmem é coordenadora geral do CRAM, tem 41 anos e declara-se negra. Identifica-se com a religião evangélica e atualmente frequenta a igreja Batista. Trabalha apenas no Márcia Dangremond e enfatiza a importância da exclusividade do trabalho no Centro de Referência, pontuando que as demandas são muitas e surgem em qualquer momento do dia e da semana. Reforça: “Eu estou inteiramente à disposição do CRAM, a qualquer hora”. Iniciou sua

atuação no CRAM como pedagoga, sua formação superior, e depois passou para o cargo de coordenadora geral.

Luzia é educadora social do CRAM, tem 58 anos e declara-se negra. Ela é casada e, no tocante à religião, afirma ser espírita kardecista. Atualmente está trabalhando apenas no CRAM e teve como experiência de trabalho a atuação como Conselheira Tutelar no município de Olinda. Exerce a atividade há um mês como educadora social nesse serviço, e enfatiza que ainda está em processo de conhecimento e adaptação, que ela exerce durante os plantões diurnos. A sua última atuação, antes do CRAM foi pelo Projeto Pró-Jovem, também em Olinda.

Aline exerce a função de auxiliar administrativo no CRAM, tem 35 anos e se considera parda. Ela declara que é católica não praticante. Sobre seu estado civil, afirma ser oficialmente solteira, mas que está em união estável há quinze anos. Exerce sua função há dois anos no Centro de Referência, e explicou que ao ser contratada fez entrevista para o cargo de educadora, mas como não estava disposta a exercer foi chamada para trabalhar no administrativo. Reside em Olinda com seu companheiro e o filho do casal.

Joice é auxiliar de serviços gerais no CRAM, tem 40 anos e declara-se branca. Considera-se solteira por não ser casada no papel, mas está em uma união estável. Junto com seu companheiro e filho, reside em Olinda. É evangélica e integrante da igreja Cristã Nova Vida. Só trabalha no CRAM, através de contrato, mas afirma fazer alguns trabalhos como manicure. Em dezembro do ano de 2015, completou três anos que está atuando no CRAM.

Nara é educadora social do CRAM, tem 52 anos, e está atualmente solteira. Em relação à raça, declara-se negra, e no tocante a religião diz ser evangélica integrante da igreja Pentecostal Missionária de Cristo. Ela reside com duas de suas filhas, e atualmente trabalha no plantão noturno do Centro de Referência. Ao falar se tem ou não outras atuações concomitantemente a atuação do CRAM, declara trabalhar também como manicure e promovendo cursos e oficinas sobre alimentação alternativa e natural. Tem formação de orientadora social. Em outubro de 2015, ela completou um ano que está trabalhando no “Márcia Dangremond”.

George é vigilante no Márcia Dangremond, tem 44 anos e considera-se pardo. Ele declara não ter identificação com nenhuma religião e, em relação a sua residência, diz morar no município de Igarassu e que seu estado civil atual é solteiro. Exerce sua profissão de vigilante em um segundo trabalho, através da Secretaria de Educação do Estado. Ele pontuou que desde que iniciou seu trabalho no CRAM, o informaram as regras e as maneiras apropriadas de se comportar diante das mulheres usuárias do serviço, como tratá-las sempre com respeito e evitar diálogos.

Como o quadro de profissionais estava sendo composto por dezesseis pessoas, foram apresentadas apenas as que foram entrevistadas. Três dos quatro vigilantes não foram entrevistados, dois por trabalharem no plantão noturno, e um que estava de licença no período das entrevistas. Ao citar as pessoas que foram entrevistadas e durante todo o texto, referencio às profissionais no feminino, por considerar que a participação das mulheres foi predominantemente maior, em quantidade e maior presença na pesquisa. Mas, como mostrado acima, um homem, que ocupava o cargo de vigilante, participou como interlocutor.

3.1.2 O Espaço físico e localização do CRAM Márcia Dangremond

O CRAM Márcia Dangremond é sediado em um amplo imóvel, com muros altos e com aspecto de casa residencial, não diferente de tantas outras da vizinhança. O que mais difere externamente o Centro de Referência das outras residências é sua identificação em uma placa no muro do portão principal. Nela, está inscrito o nome do Centro de Referência e a Secretaria à qual a instituição é ligada - a Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos (SDSCDH). Essa casa é alugada pela prefeitura e está nesse espaço há cerca de três anos, segundo as profissionais. A sua localização é em um bairro de fácil acesso em Olinda, com várias opções de transporte público; relativamente próximo de estabelecimentos comerciais e de outros locais integrantes das redes de atendimento. Na avenida principal – do bairro onde o CRAM se encontra atualmente – fica a sede da SDSCDH, bem como tem por perto um Centro de Assistência Psicossocial (CAPS) de Saúde Mental, a Policlínica da Mulher de Olinda e um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

A distância da avenida principal até o CRAM é de quatro quarteirões. Essas ruas que dão acesso ao serviço, mesmo sendo residenciais, são ruas de pouca movimentação de pedestres. Ao iniciar o trabalho de campo, dirigia-me até o serviço apenas com atenção e observando o caminho, mas com o passar dos dias, fui modificando a minha relação com “o caminho” até o Centro de Referência. Isso ocorreu pelo motivo de que não faria diferença da hora em que eu chegasse ou saísse de lá, tendo em vista que sempre ouviria de alguém acerca dos riscos de ser vítima de assaltos.

A primeira vez que ouvi algo sobre esses riscos foi a partir da psicóloga Cláudia, que contou o quanto se sentia assustada ao andar naquelas ruas, já que foi assaltada uma vez e que não costumava mais sair sozinha quando largava do seu expediente. Esse relato foi o primeiro de tantos outros que foram narrados pelas profissionais e usuárias do serviço. No mês de agosto, quando cheguei ao período da tarde, todos estavam alarmados com o que tinha acontecido por volta do meio dia, naquela tarde. O que havia ocorrido foi um roubo a uma usuária em frente ao CRAM, que foi abordada e teve seu celular tomado.

Em relação ao questionamento do quanto poderia ser arriscado ou não que um agressor “invadisse” o Centro e ameaçasse a segurança das usuárias e profissionais, elas

pareciam não considerar algo tão provável quanto o risco iminente de sofrerem algum tipo de violência a partir do momento que saíssem do portão do Márcia Dangremond. Nas entrevistas, essa questão também foi recorrente:

Joice: Gosto muito daqui, do CRAM, muito mesmo. A gente só lamenta trabalhar nessa situação de insegurança, né?

Pesquisadora: Insegurança em relação a quê?

Joice: Ao local, mesmo. A gente tem medo de sair, de ser assaltada, nunca saber se vai acontecer alguma coisa com a gente...se a gente ainda ficasse em um lugar com mais visibilidade, eu acho que se a gente tivesse numa casa com lojas ao lado, ficaria mais visível, seria mais fácil pedir ajuda, menos assaltos. Mas aqui pode acontecer alguma coisa e ninguém vê, a polícia não faz nenhuma ronda aqui, nenhuma viatura, nunca vi.

Sobre a segurança oferecida no interior da casa, a situação pareceu ser diferente, a partir dos relatos sobre a estrutura que a casa oferecia. O Centro apresenta muros altos e fechados por grades ao redor de toda a residência. Durante o trabalho de campo, não presenciei nem registrei nenhuma queixa em relação a medo ou inseguranças, ou ainda histórias de tentativas de invasão por alguém. Ao contrário, era demonstrado que ao menos uma coisa era bastante positiva, o quanto a estrutura da casa evitava que algum dos agressores pudesse violar o local.

A casa é composta por uma frente espaçosa onde se cultivava um jardim com pequenas árvores e flores. Há na entrada uma recepção com uma mesa de escritório para os vigilantes e uma estante onde são organizados os objetos, bijuterias e peças de roupas integrantes do bazar do CRAM. Esse bazar consistia na exposição de roupas e objetos para arrecadação de dinheiro para os custos do serviço, um dinheiro complementar às despesas, como alimentação para as usuárias.

Próximo à porta, localiza-se um mural grande, de madeira, com panfletos e *folders* de campanhas e avisos relacionados à rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. O espaço da sala de recepção é amplo e ventilado, sendo composto por um conjunto de dois sofás, um *rack* com televisão, um ventilador, uma mesa para recepção e mais um armário com materiais relacionados às redes de enfrentamento. Quando uma mulher usuária do serviço comparecia aos atendimentos, ficava nesse local, aguardando ser chamada. Também há um banheiro localizado ao lado da sala de recepção.

Em seguida, são dispostas as salas dos diferentes setores. A sala do financeiro/coordenação, a sala do setor educacional e a sala do setor sociojurídico estão diante uma da outra. A sala do financeiro/coordenação é ocupada tanto pela coordenadora geral

Carmem, quanto pela auxiliar do administrativo, Aline. Além disso, há um computador e a central telefônica que funciona a partir de um aparelho telefônico fixo. No setor educacional são armazenados a maioria dos documentos e fichas das usuárias; neste espaço, são guardadas tanto as fichas de papéis - que ficam registradas por mais de uma década a partir do momento em que a mulher é atendida - como os documentos arquivados no computador. Também separavam os materiais em armários com gavetas dispostas, tendo cada educadora social a sua gaveta, com seu nome no lado externo, as diferenciando.

Na sala do setor sociojurídico localizavam-se as mesas das duas advogadas e da assistente social. Por ser a sala mais espaçosa da casa, as 'técnicas' afirmaram preferi-la para realizarem os atendimentos interdisciplinares. Esses são os espaços que as profissionais mais circulavam como também a sala que antecedia a cozinha, onde ficava uma mesa ampla e alguns armários. Nesse local, as profissionais costumavam realizar reuniões como também suas refeições. Nas paredes dessa sala e de todo o CRAM estavam afixados murais com fotos, quadro das profissionais aniversariantes, cartazes com campanhas de temáticas voltadas para os direitos das mulheres, sobretudo campanhas contra a violência. Todos esses espaços eram preenchidos com muitas cores, imagens de flores feitas com papel emborrachado e um clima de alegria e leveza na decoração do CRAM Márcia Dangremond.

A cozinha era o espaço em comum mais compartilhado entre profissionais e usuárias do serviço. Depois da cozinha, localizava-se uma sala-vão que antecedia os quartos onde as mulheres e famílias eram abrigadas. O espaço de maior transição para elas se dava entre o quarto, sala-vão e a cozinha. Como elas ficavam sob proteção e ameaçadas de morte, a equipe do CRAM não permitia que circulassem nos diferentes ambientes do serviço quando havia maior movimentação no Centro, ou seja, na maioria das manhãs e tardes, de segunda a sexta. Em dias e momentos de menor movimentação, era permitido que as usuárias andassem até a sala de recepção e as crianças também podiam brincar e circular até a frente da casa, sem precisar de tanta vigilância e cuidados.

3.2 INÍCIO DO TRABALHO DE CAMPO

O primeiro contato que tive com o CRAM Márcia Dangremond foi no início do mês de maio no ano de 2015, através de uma conversa telefônica com Nara, uma das educadoras sociais que compõem a equipe. Ela me atendeu e logo de início sugeriu que eu conversasse

com uma das técnicas presentes no serviço, a assistente social Tereza. Eu já havia declarado, em poucas palavras, que tinha o intuito de conhecer esse serviço devido à pesquisa que estava iniciando, relatei novamente o que pretendia para a segunda profissional, e ela me informou que no dia seguinte teriam outras 'técnicas' da equipe no serviço; e dessa forma, poderia ser melhor que eu conhecesse o Centro de Referência naquele dia.

Diante disso, acordamos que eu iria até lá no referido dia. Cheguei ao CRAM as 10:30 da manhã. Logo que me apresentei, chamaram a assistente social que havia combinado comigo. De pronto ela foi bastante simpática e receptiva, conduzindo-me até a sala do setor sociojurídico, explicando sobre o local que realizavam comumente o primeiro atendimento à mulher, ao procurar a instituição. Quem estava presente era uma das advogadas do centro, e então começamos a conversar sobre o meu trabalho e alguns aspectos do funcionamento do CRAM.

Em pouco tempo, a pedagoga e uma das psicólogas também se reuniram a sala, disseram seus nomes e profissões que exerciam, como também ouviram sobre meu objetivo principal de estar ali, momento em que declarava desejar pesquisar no “Márcia Dangremond”. Nesses instantes aproveitei para observar como seria a abordagem a uma pesquisadora que estava explicitamente demonstrando o desejo de “passar um tempo” na rotina de trabalho delas.

Inicialmente questionavam se era um tipo de estágio, se eu ainda não tinha concluído meu curso, ou se apresentaria algum artigo no final de uma disciplina. Expliquei algumas vezes, e isso me causou um “frio na barriga”, pois estava diante de várias pessoas que me perguntavam e tentavam compreender a minha presença, para as quais a resposta de que se tratava de uma pesquisa para a dissertação de mestrado parecia não bastar. Meu sentimento foi de que não respondia às perguntas somente a elas, como profissionais, mas também a vários olhares curiosos e, sobretudo, desconfiados com minha presença em um local que era divulgado e reforçado como um local de exclusividade para as mulheres vítimas de violência. Em poucos minutos que entrara no CRAM registrei ter ouvido de três a quatro vezes a palavra *sigilo*. Pelo conteúdo do que afirmavam e o que reforçavam ser importante para elas, o sigilo apareceria repetidamente como algo que precisaria ser procurado e mantido sempre nos atendimentos, o que poderia explicar, em parte, a aparente desconfiança por parte das profissionais.

Assim, depois de explicar tudo o que me cabia, reforçando que não fugiria aos meus compromissos éticos com o local de pesquisa – e que não pretendia esconder o motivo de

estar ali - ouvi pela primeira vez sobre como ocorriam os atendimentos às mulheres usuárias. As profissionais reunidas me explicaram que a mulher é atendida pelo serviço independente de ter realizado ou não denúncia ou de ter gerado um boletim de ocorrência (B.O.) na delegacia, e que seria, preferencialmente, atendida por uma equipe interdisciplinar, composta por umas das psicólogas, advogada e assistente social. A ideia da primeira escuta às mulheres ser realizada em equipe, ocorreu segundo elas, para evitar que a mulher relatasse diversas vezes o motivo de estar ali, e assim sofrer o desgaste de repetir as narrativas em torno das suas vivências com a violência doméstica.

Enquanto conversava com as profissionais, a coordenadora geral chegou ao Centro, mas ficou em sua sala. Logo após, pedi para que se ela tivesse um tempo disponível, me recebesse. Então, ela me chamou minutos depois e eu apresentei minha proposta de pesquisa, que naquele momento tinha como foco as mulheres jovens usuárias do CRAM. Ela afirmou que poderia ser possível de realizá-la, mas que o trabalho que elas exercem era bastante sigiloso e que seria necessário muito cuidado da minha parte. Inicialmente, me pediu para elaborar e entregar uma proposta que estivesse presente o objetivo da pesquisa e o tempo pretendido de realização do trabalho de campo dentro da instituição. Comprometi-me em atender ao seu pedido, e de lhe entregar o mais breve possível.

Nesse mesmo dia fui convidada pelas profissionais a comparecer ao evento que realizariam no Dia Internacional da Saúde da Mulher, uma “atividade de beleza” que aconteceria na semana seguinte a esta primeira visita ao CRAM. A coordenadora reforçou o convite me oferecendo um cartão impresso, no qual constava a proposta do evento: haveria profissionais cortando os cabelos e fazendo escova, enquanto outra equipe realizaria um “spa” de mãos e que tudo seria patrocinado por algumas empresas de estética, segundo uma das educadoras sociais.

Como combinado, sete dias depois eu voltei ao CRAM, onde pude observar e participar do referido evento, programado para iniciar as 13:30, horário em que cheguei ao serviço. Dentre as presentes estava uma mulher usuária e também algumas profissionais no interior do Centro de Referência. A pedagoga Diana me ofereceu uma ficha para a fila do “corte e escova”, eu agradei e disse que aceitaria uma ficha posteriormente. Continuei na recepção em torno de 20 minutos junto à usuária. Nesse tempo, a assistente social, Tereza, também a ficou no mesmo espaço por alguns minutos. Perguntei-lhe como estava programada a atividade, ela respondeu que se tratava de um evento de beleza para ajudar na autoestima das mulheres, e pontuou que também era uma estratégia para que as usuárias pudessem

retornar ao serviço que já foram atendidas anteriormente, “porque é difícil elas voltarem pra cá, elas tem muita resistência”, acrescentou Tereza.

Quando o evento iniciou contava com aproximadamente 12 mulheres e a primeira atividade foi o “spa das mãos”. Eu me dispus a colaborar com a organização e entrega das fichas para quem pretendia participar dos dois momentos, permanecendo nessa função até o fim da tarde, as 17:15, quando finalizaram as atividades.

Logo o número de participantes foi aumentando, e ao final do evento se encontravam no Centro de Referência em torno de 18 a 20 mulheres. Ao me propor organizar as fichas de chegada, a minha circulação entre os espaços foi facilitada, bem como as conversas com as profissionais e as usuárias do serviço. Durante a tarde, com o intenso movimento das profissionais das equipes de estética e das mulheres participantes, algumas profissionais me perguntavam: “tá gostando do CRAM?” “o que tá achando”? Como não desejava ser o “olhar avaliador” fui respondendo que sim e conversando sobre algo que acontecia no momento do evento ou sobre alguma questão na organização.

O evento ocorreu com a participação de todas as usuárias presentes, foram servidos como lanche, frutas e sanduíches. Ao final da tarde, quando a atividade havia encerrado, entreguei minha proposta de pesquisa (anexo 1) à coordenadora, e ela afirmou que realizaria a leitura até o meio da semana seguinte, e logo depois me retornaria.

Ao sair do evento, naquele fim de tarde, busquei recapitular o que mais me chamou atenção e o que considere importante naquele momento. Em uma das minhas conclusões, pensei que ter tido essa aproximação inicial com muitas das profissionais presente e usuárias foi um passo importante através da minha iniciativa de colaborar com a atividade que realizavam. Também percebi de início, que as empresas privadas de estética que participaram da “atividade de beleza” poderiam ser integrantes das “redes de apoio”¹ do Márcia Dangremond, e que posteriormente eu poderia confirmar ou não, bem como conhecer outros locais públicos e privados que se inseriam como integrante nas redes sociais desse Centro de Referência.

Após entrega da proposta, na semana seguinte, realizei algumas tentativas telefônicas para entrar em contato com Carmem. Quando consegui falar com ela, me disse que leu,

1

“Redes de apoio” é um termo êmico que registrei sendo utilizado pelas profissionais do CRAM Márcia Dangremond utilizando para se referirem aos outros serviços, de setores da saúde, educação ou outros que pudessem trabalhar colaborando com os atendimentos e encaminhamentos realizados às mulheres usuárias desse serviço.

conversou em reunião com a equipe e que concordaram com a minha presença realizando o trabalho de campo. Assim, marcamos para que eu comparecesse ao serviço e combinássemos o período do trabalho a ser realizado.

Ao chegar ao CRAM, aguardei na recepção em torno de 15 minutos para falar com a coordenadora. Quem estava lá era o vigilante George e a psicóloga Fernanda. Conversei um pouco com ela e depois ela retornou a escrita de seus relatórios. Não havia presença de usuárias no serviço e a equipe estava quase toda em reunião. Logo após, quando chamada, me dirigi até a sala de coordenação e encontrei Carmem e Diana. Carmem já havia pronunciado que precisaria identificar alguém para me “orientar” em relação ao tempo que estaria em trabalho de campo e afirmou que, como não tinha nenhuma antropóloga na equipe, outra profissional iria realizar esse “acompanhamento”.

Elas duas decidiram que eu iniciaria através do setor educacional, na supervisão de Diana, a coordenadora do setor educacional, que me orientaria, e com o passar do tempo, iríamos conversar para que eu “entrasse” em outros setores. Escolheram o setor educacional afirmando que seria ideal para eu compreender o funcionamento do serviço, já que esse era o setor “porta de entrada” para as mulheres usuárias. No início, pretendia pesquisar o significado da violência doméstica e dos atendimentos no CRAM para as mulheres jovens vítimas de violência. No decorrer do trabalho de campo, no primeiro mês ainda, decidi modificar os objetivos e recorte, passando a pesquisar a relação das profissionais com o CRAM, redes de atendimento e a violência contra as mulheres. Isso se deu pela minha constante interlocução com as profissionais e meu maior interesse em conhecer mais sobre o trabalho que elas realizavam e como elas o compreendiam. A partir do momento em que me aproximava mais das mulheres profissionais, fui observando que o objeto de pesquisa estava se deslocando para essas interlocutoras.

Foi-me pedido que fechássemos os dias e datas nos quais frequentaria o serviço, e dessa forma combinamos de que nos primeiros meses: maio, junho e julho, isso se daria durante as segundas, quintas e sextas pela manhã, e que poderia começar na semana seguinte. Dessa forma, meu trabalho de campo se realizou entre os meses de maio e novembro do ano de 2015, em uma frequência de visitas de três a quatro dias por semana.

3.2.1 O processo das entrevistas

Por meio da observação participante pude estar inserida como pesquisadora no CRAM durante alguns meses e observar de perto as rotinas; o que era seguido em relação às normas e o que não era, o dito e não dito; e sem dúvidas, com a manutenção do diário de campo, pude registrar muitas informações e sentimentos que vivenciei.

Ao destacar meus sentimentos, reforço que estar presente no CRAM me gerou muitas inquietações e confortos. Também me aproximei de interlocutoras que eu desconhecia até o momento, mas que com essa oportunidade pude conhecê-las não apenas enquanto profissionais, mas de maneira a entender melhor seus valores, contradições. Isto me fez perceber o quanto fui afetada, não só por elas, mas também pelo próprio CRAM, pelas mulheres usuárias do serviço e por uma infinidade de fatores não listados aqui.

Com isso, coloco que a partir de todas as provocações e emoções que vivenciei, fui desenhando os temas, as ideias, o que ouvia e relacionava a algumas leituras e fui elaborando o projeto de escrita da dissertação e das entrevistas também. Esse processo, de entrevistas, se iniciou nos últimos dois meses de campo, e ocorreu após a autorização da coordenadora Carmem, permitindo que eu passasse para “outra etapa da pesquisa”.

Desde o início do trabalho de campo, apresentei as interlocutoras o que pretendia estando no CRAM durante aqueles meses e incluía as entrevistas nas minhas declarações. Talvez por expectativas geradas ou por outros motivos relacionados ao sigilo, sobre permissão pra falar ou não falar, o início das entrevistas necessitou de duas prévias conversas com Carmem, uma conversa em uma das reuniões de equipe entre todas as profissionais e uma breve explicação minha - mas não a primeira delas – a cada uma das profissionais.

Meu primeiro momento para a “autorização” foi as duas conversas com Carmem, a coordenadora geral: uma para confirmar se poderia iniciar as entrevistas, e outra, para apresentá-la meu roteiro de entrevista semiestruturada (anexo 2), como ela pediu que a entregasse. Após esse momento, ela me afirmou que gostou muito do roteiro da entrevista e me declarou algo que me significou muito naquele momento. Ela disse: “vejo que tá sendo importante sua pesquisa aqui. Que no momento em que você pergunta, tem interesse, entrevista (apontando para o roteiro), você colabora com a reflexão de todas nós sobre esses temas. Vejo esse trabalho como uma troca mesmo”.

Ao ouvir isso de Carmem, me senti contente e mais segura, ao mesmo tempo em que sempre me questionava quanto à confiança que sentia por parte das interlocutoras e de mim para com elas. Preocupava-me em não alimentar um lugar de conforto que contrariasse uma análise crítica. Então, nesse momento percebi mais do que nunca a importância de buscar o afastamento do familiar como destaca Gilberto Velho (1978), mas que isso não implicasse uma negação dos afetos por conta da necessária criticidade nesses processos.

Dessa forma, iniciei as entrevistas buscando marcar um horário para cada uma das profissionais, em momentos separados. Algumas interlocutoras me informaram a semana que poderiam ser entrevistadas, mas como não saberiam se teriam alguma demanda urgente, atividade externa ou usuária que precisasse de atendimento, preferiram me deixar “de sobreaviso”. Algumas outras marcaram o dia e horário exato. No decorrer das entrevistas, fui percebendo o quanto de novas informações surgiam e o quanto elas complementavam as que já se apresentava, até aquele momento.

O roteiro de entrevista foi composto por cinco principais blocos de questões. O primeiro deles foi de apresentação, contendo perguntas relacionadas à identificação das entrevistadas como o nome, raça, idade, religião e se tinham ou não outro vínculo empregatício. O segundo bloco continha as discussões em torno da profissão e cargo que exerciam no CRAM; o trabalho da equipe interdisciplinar, além da relação do CRAM e profissionais com as redes de atendimento. O terceiro e penúltimo bloco tratava das questões relacionadas às avaliações que elas tinham em torno das políticas públicas e atuação do Estado. O penúltimo, sobre a relação das profissionais com as usuárias: perguntas sobre os abrigamentos, encaminhamentos e perfil das usuárias. Por último, o bloco que apresentava perguntas referentes ao conceito de violência contra as mulheres para as profissionais.

Quando a coordenadora geral me pediu para que eu entregasse o roteiro de entrevista, também a apresentei o termo de consentimento (anexo 3) que entregaria para a leitura e assinatura de cada interlocutora. Ela pegou uma cópia e apresentou a todas na reunião de equipe. Assim, quando iniciei as entrevistas, a maioria delas já conheciam as instruções do termo de consentimento livre e esclarecido, mesmo assim eu fazia uma breve leitura e explicação antes que elas assinassem, sempre antes de iniciarmos as entrevistas. Das treze entrevistas realizadas, foram utilizados o gravador em doze delas, sempre com suas permissões, sendo que uma das educadoras sociais me pediu para que não utilizasse, pois afirmou que não se sentia à vontade ao falar com o gravador registrando sua voz. Então, nesta entrevista não o utilizei e redigi no papel as informações que ela me relatou.

A combinação entre os dados que foram coletados através das entrevistas, juntamente com as informações obtidas durante todo o tempo do trabalho de campo, permitiu que o corpo do trabalho fosse sendo construído, inclusive a elaboração do marco teórico e as análises. Sobretudo, as análises que compõem o escopo do trabalho, que é de descrever as perspectivas trazidas pelas profissionais sobre o exercer de suas profissões em um CRAM; as articulações com as “redes de apoio” e os conceitos das interlocutoras relacionados à violência contra as mulheres.

4 REGIMENTOS, “REDES DE APOIO” E O ESTADO SEGUNDO AS PROFISSIONAIS

Neste capítulo, será apresentado um pouco da relação das profissionais com o regimento que embasa o CRAM e com a principal norma que uniformiza esses serviços, além de relatar como as profissionais se articulam com os serviços das redes de atendimento e com o Estado. Profissionais que integraram, há alguns anos atrás, a equipe do CRAM Márcia Dangremond, elaboraram um regimento que definiria os principais objetivos do serviço e as atribuições de todos os cargos ocupacionais. O texto é o “Regimento Interno” do CRAM e até o final do trabalho de campo era a principal referência como diretriz para o funcionamento desse serviço.

Sobre as redes de atendimento, cotidianamente as profissionais realizam encaminhamentos às usuárias para os diferentes serviços das redes. As encaminham para as unidades de saúde, Vara de Violência, Delegacias ou ONGs. Com estes procedimentos, o CRAM estabelece contato e relação com essas diferentes instituições. Já em Relação ao Estado, as mulheres usuárias precisam muitas vezes serem abrigadas em um regime de proteção em que o Estado as mantém sob tutela, implicando diferentes procedimentos pelo CRAM e pela Secretaria da Mulher.

Assim, no primeiro tópico deste capítulo, será discutido a relação das profissionais com o “regimento interno”, bem como apresentada a Norma técnica de Uniformização dos Centros de Referências e Atendimento à Mulher em Situação de Violência. No segundo tópico, o 3.2, será apresentado os principais serviços das redes que as profissionais declararam como integrantes das “redes de apoio”, como serviços de saúde, segurança e educação. Também será descrito os aspectos positivos e negativos dessas relações. No terceiro tópico, o 3.3, as profissionais relataram sobre a “boa parceria” com a Secretaria da Mulher de Pernambuco e também as principais “lacunas” e faltas do Estado.

4.1 “O QUE A GENTE SEGUE É O REGIMENTO INTERNO”

Ao examinar as diretrizes e regulamentos que estruturam uma instituição como um Centro de Referência e Atendimento à Mulher, encontrava uma gama de leis e políticas que

envolviam esse serviço. Até o início do trabalho de campo, eu conhecia a Lei 11.340/2006 – mais conhecida como a Lei Maria da Penha – e tinha buscado conhecer algumas políticas e planos estaduais de enfrentamento à violência contra as mulheres. Porém, não tinha até então observado tão de perto profissionais lidando com esses regulamentos, e como esses poderiam colaborar com as práticas ou como poderiam burocratizá-las, por exemplo. Assim, cheguei ao “Márcia Dangremond” com muitas indagações sobre como encontrar essas referências no cotidiano do trabalho das interlocutoras.

Inicialmente, após combinar um horário com a coordenadora Carmem e com Diana, estive presente nos plantões diurnos junto às educadoras sociais. Durante as primeiras semanas, Diana informou que eu poderia ter acesso, quando desejasse, ao principal documento que regia este CRAM, “O Regimento Interno”. Ela acrescentou que ele regulamentava as práticas de todas as profissionais sendo fundamental conhecê-lo para uma maior compreensão desse serviço. Nesse mesmo dia, fiz uma leitura e observei que ele era composto por onze páginas e que apresentavam em seu conteúdo os objetivos da instituição, o público a ser atendido e as atribuições das profissionais que lá trabalham. No decorrer do trabalho de campo, retomei diversas vezes ao “regimento”, não somente quando buscava mais leituras sobre o CRAM, mas também, e principalmente, ao me deparar com muitas referências relacionadas a esse documento. Ele também foi citado nas entrevistas, mas no cotidiano as eram constantemente presentes afirmações como: “isto está no nosso regulamento”, “é função dessa profissional, pelo regulamento”.

O que mais me chamou a atenção é que o regimento interno era uma espécie de norma criada de forma independente por profissionais do CRAM Márcia Dangremond, além de ser seguido “à risca” como o principal “manual das práticas” profissionais desse serviço. Refiro-me à criação desse documento “de forma independente” por nunca ter sido mencionado a construção dele em parceria com nenhuma outra instituição ou setor que compõem a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres do município de Olinda.

Ao entrevistar Carmem, já nos últimos meses de trabalho de campo, ela também o citou, afirmando que sua elaboração se deu no ano de 2005, antes mesmo da Lei Maria da Penha e da Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência, e que depois disso seu texto foi modificado somente uma vez, “por ter sido completo na sua elaboração e tá nos conformes da Maria da Penha”. Trazendo um pouco mais sobre a elaboração do regimento, Carmem pontuou também em entrevista:

Pesquisadora – E quais são os principais documentos e regulamentos seguidos pelo CRAM Márcia Dangremond?

Carmem – Nós temos o regimento interno que nós criamos em 2005 e atualizamos em 2009 e ele dá o básico sobre como cada setor deve funcionar. A gente pensou em reformular só depois, porque esse regimento foi tão bem criado, que mesmo que ele tenha sido criado antes da Lei da Maria da Penha, ele pôde permanecer.
(Carmem, coordenadora geral)

Além de o referenciar sempre, também foi afirmado muitas vezes que o regimento interno estava disponível para a leitura de todas as profissionais que compõem as equipes do CRAM, quando precisassem ou desejassem consultá-lo. Porém, por mais que eu ouvisse falar no regimento, em nenhum momento presenciei alguma profissional o lendo, consultando para alguma dúvida ou algo semelhante.

Nas primeiras semanas do segundo mês de trabalho de campo - quando estava a sós com a educadora social a perguntei se de fato consultavam o regimento interno, quando e com qual frequência. Ela declarou que “quando entramos aqui no CRAM nos explicam, vão conversando sobre nossas atribuições aqui, se precisar, lemos o regimento. Mas explicam pra gente tudo que tem nele”.

Outro momento que também mostrou o repasse do regulamento pela oralidade, foi durante uma conversa que tive com a educadora social Luzia. Essa profissional estava prestes a completar um mês de atuação no serviço, quando conversávamos sentadas na mesa do setor educacional:

Pesquisadora – o que você tá achando do trabalho aqui no CRAM?

Luzia – tô gostando, aprendendo bastante, viu.

Pesquisadora – tás completando quanto tempo?

Luzia – um mês né? Na realidade, é.. vinte oito. Vinte e oito dias que tô aqui.

Pesquisadora – Já tivesse contato com o regimento daqui, o regimento interno?

Luzia – Sim, sim, tô conhecendo. As meninas (as outras profissionais) têm conversado bastante comigo. Tô conhecendo aos poucos, entre os atendimentos e plantões... Muitas histórias pra gente ouvir e aprender...

(Luzia, educadora social)

Esse documento era guardado em uma pasta nos arquivos dos computadores do serviço, e o tempo que estive em trabalho de campo o encontrei apenas em versões digitalizadas, nunca tendo visto alguma versão impressa. O meu primeiro acesso foi no computador do setor educacional, e poucas semanas depois pedi a autorização da coordenadora geral para ter uma cópia comigo. Com a ajuda de Aline, o salvei em meu *pen drive* em um computador na sala da coordenação.

O documento se apresentava em formato doc. (word), e ele não se encontrava com nenhuma data registrada de sua elaboração e também nenhuma assinatura de algum (a) profissional ou equipe que a tenha elaborado e redigido. Foi intitulado como “Regimento Interno”, apresentando a logomarca da Prefeitura Municipal de Olinda e da Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos.

O fato dele está no formato (.doc) permite que qualquer alteração seja feita, por qualquer pessoa, assim, sendo um documento com a segurança e integridade do conteúdo comprometidas por alterações “não-oficiais”.

Nele também estava especificado o público a ser atendido pelo Centro, que seriam as mulheres vítimas de violência doméstica e sexista do município de Olinda, do estado de Pernambuco. Também apresentava que o Centro funciona em regime de plantão permanente de 24 horas por dia.

Além do Regimento Interno, a Lei Maria da Penha e a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referências e Atendimento à Mulher em Situação de Violência também foram citadas como guias do funcionamento desse CRAM pelas profissionais. Diferente do “regimento”, o documento da norma técnica dos CRAMs só foi mencionado pelas interlocutoras durante as entrevistas. Já a Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha sempre foi relacionada ao se discutir o conceito e implicações em torno da violência contra as mulheres. Esta lei, embora não especifique diretamente as atribuições desses Centros, é fundamental para que se mantenham os atendimentos de forma integral as mulheres vítimas de violência. Por outro lado, os CRAMs, como também foram pensados e inaugurados antes dessa Lei, também são a base da formulação da “Maria da Penha”, no que diz respeito à assistência e proteção às mulheres nas Políticas de Enfrentamento. (PASINATO, 2010).

O principal objetivo dessa apresentação é identificar como as profissionais utilizam as diretrizes e escolhem quais e de que forma aplicá-las nas suas rotinas de trabalho. Isso pode refletir em como cada profissional exerce seus cargos e poder nessa instituição, negociam suas relações com os cumprimentos das regras e também constroem e colaboram com a manutenção do papel e identidade do CRAM Márcia Dangremond.

A Norma Técnica de Uniformização dos CRAMs (BRASIL, 2006) trata não só da estrutura desses serviços, mas também de sua implantação, monitoramento e avaliação. Essa norma já é baseada em elaborações realizadas pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM). Na Norma Técnica dos CRAMs é descrito que a SPM foi criada para, além de outras finalidades, assessorar o/a presidente/presidenta da República diretamente na formulação e

articulação das políticas para as mulheres. Também cita as Convenções que conferem direitos as mulheres e dão suporte aos planos que vem sendo efetivada, como a Declaração de Viena, Convenção Interamericana para Prevenir, Punir, Erradicar a Violência contra a Mulher da OEA - a Convenção de Belém do Pará - e a Convenção de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher das Nações Unidas.

A SPM tem realizado parcerias com os movimentos sociais, principalmente com os movimentos de mulheres e feministas. A partir do PNPM - o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres –, a Secretaria vem apoiando as práticas no enfrentamento da violência e para os atendimentos às mulheres, a partir de diferentes ações, desde a elaboração das políticas públicas de gênero à implementação de serviços especializados ao atendimento às mulheres vítimas de violência.

Em 2011, essa Secretaria lançou uma cartilha intitulada “Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”, em que se contextualiza e apresenta o conceito de Rede de Enfrentamento, o aumento dos números de serviços especializados e também como vem ocorrendo o monitoramento e capacitações realizadas com os/as profissionais das redes de atendimento.

A definição de rede de enfrentamento é expressa como a articulação entre serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade tendo o objetivo de desenvolver estratégias englobando o combate, a prevenção, assistência e garantia dos direitos das mulheres em situação de violência. É uma rede bastante abrangente, não envolvendo apenas os serviços que atendem as mulheres, mas também as instituições relacionadas a elaboração, monitoramento e controle das políticas públicas de gênero (BRASIL, 2011).

Já a rede de atendimento envolve a integração de diferentes setores que tem o intuito de melhorar a qualidade do atendimento e encaminhamento às mulheres, além de buscar uma maior integralidade e humanização nas práticas da assistência. Seriam inclusos os serviços não especializados e os serviços especializados. Os serviços não especializados compreendem os hospitais gerais, os CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), por exemplo. Já os serviços especializados são os que atendem prioritariamente mulheres e apresentam uma maior ênfase no atendimento às mulheres vítimas de violência, e o CRAM, faz parte desse grupo de serviços.

Dessa forma, dentro da Norma Técnica de Uniformização (2006), os CRAMs são destacados como os serviços fundamentais para a realização de muitas das ações nesse

enfrentamento, pois têm como papel buscar a ruptura da violência e o fortalecimento da cidadania a partir do trabalho interdisciplinar. Outra função desses Centros é a de servir como articulador dos serviços dentro da Rede de Atendimento, e também no aconselhamento em momentos de crise, trabalho no resgate da autoestima e autonomia da mulher em situação de violência, acompanhamento jurídico, atividades de prevenção, formação e qualificação contínua dos/as profissionais do CRAM, além do levantamento de dados e informações sobre a situação de violência local (BRASIL, 2006).

No que consta sobre as diretrizes gerais dos Centros de Referência, é colocada a abordagem multidisciplinar, a segurança das mulheres usuárias do serviço e das/os profissionais, a identificação dos tipos de violência, atuação em rede, recursos humanos, gestão do equipamento, o gerenciamento do equipamento, diagnóstico e avaliação da rede de atendimento, formação de recursos humanos e a supervisão.

Também é destacado nesse documento que a coordenação, ao admitir profissionais para compor a equipe do CRAM, deve considerar que a maioria das usuárias vítimas de violência podem se sentir melhor sendo atendidas por outras mulheres. Os homens são admitidos como profissionais apenas no cargo de vigilantes, de modo que o quadro da equipe é composto por quatro vigilantes do sexo masculino, dois nos plantões diurnos e dois nos plantões noturnos. Essa indicação de exclusividade da equipe feminina no atendimento é praticada, mas também não está presente no regimento interno, elaborado pelo CRAM Márcia Dangremond.

Um ano antes da criação da Secretaria da Mulher, o regimento foi criado e passado a ser usado como modelo para as atribuições dos cargos ocupacionais e outras regras internas. Um regulamento que a partir da autonomia das profissionais e da instituição pôde se destacar e ser de certa forma independente das Leis que sustentam muitos dos Centros especializados de atendimento às mulheres. Isso por que elas seguem um regimento que pelo formato e origem denota certa fragilidade, apresentando um conteúdo que pôde ou poderá ser facilmente alterado. Essa autonomia e também “elasticidade da lei” (MALINOWSKI, 2008) demonstra o quanto se pode regulamentar as leis a partir das práticas e necessidades, como também se agregam novas ideias e formas de funcionamento a partir de novos regimentos, o caso das profissionais do CRAM é um deles.

Quanto às atribuições de cada profissional, será mais bem analisada em capítulos posteriores, quando for discutida a atuação de cada profissional no campo e das profissionais como uma equipe interdisciplinar.

No CRAM Márcia Dangremond não estava no regimento por escrito, nem em outro documento, que as profissionais deveriam ser mulheres para que pudessem atender outras mulheres. Também não foi destacado quem ou quando o regimento interno foi elaborado. Pelas posturas e medidas tomadas pelas profissionais, percebe-se que elas atuam de forma bastante independente e “se permitem” adequar as regras de acordo com as propostas e necessidades das profissionais.

4.2 A VISÃO DAS PROFISSIONAIS DO CRAM SOBRE A ARTICULAÇÃO COM OUTROS SERVIÇOS DA REDE DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA – AS REDES DE APOIO

Neste tópico serão apresentadas e analisadas as concepções das profissionais do CRAM no que diz respeito às suas atuações dentro do campo (BOURDIEU, 2009) das redes de enfrentamento e atendimento às mulheres vítimas de violência. Partindo da compreensão de que esta investigação envolve toda uma variedade de setores – instituições de saúde, educação e segurança, por exemplo – compreende-se que a complexidade, semelhanças e diferenças apresentadas por cada interlocutora variam tanto no que concerne ao setor analisado como também da relação e lugar ocupado pela profissional no CRAM, considerado aqui como um subcampo. Como forma de ilustrar isto, chamo a atenção para uma situação que pôde ser observada: as advogadas da instituição relatam acionar mais frequentemente as Delegacias e as Varas de Violência do município, comparando o número de vezes em que a psicóloga, assistente social ou educadoras os acionam.

Por outro lado, as percepções do lugar ocupado pelo CRAM Márcia Dangremond nessa rede, no que diz respeito às relações de poder e seus significados, apresentadas por cada uma dessas profissionais pode apresentar nuances, isto é, há diferenças quando são analisados os pontos de vista delas seja acerca das dificuldades apresentadas frente às redes ou nos relatos dos tipos de contatos e parcerias que são, ou não, estabelecidos.

Outros trabalhos – apresentados abaixo - também já se dedicaram a compreender as redes relacionadas ao atendimento às mulheres vítimas de violência, ressaltando um ou mais aspectos destas. Dito isso, apresentarei algumas dessas pesquisas, explicitando de forma panorâmica suas discussões, bem como o foco privilegiado.

No trabalho de Passos (2010), a rede de atendimento e assistência é configurada a partir da integração de diferentes setores que precisam se articular para cumprir com o papel

preventivo, emergencial e de acompanhamento às mulheres vítimas de violência. Nele é adotado o conceito de rede de assistência como *redes intersetoriais*, as quais englobariam órgãos governamentais e não governamentais, além de comunidades e diferentes setores como saúde e educação. Dependendo do município ou estado, podem ser integradas as delegacias, coordenadorias e secretarias da mulher, bem como centros de referências e casas abrigo. Da mesma forma que os serviços e instituições podem ser ampliados ou reduzidos dependendo das políticas e programas sociais locais. De maneira semelhante, é possível haver variação quanto aos/as profissionais envolvidos/as nas equipes. Por exemplo, estas podem ser formadas por profissionais de enfermagem, psicologia, educadores/as sociais, pedagogos/as ou por outros/as técnicos/as com outras especializações.

Com seu interesse voltado especificamente a saúde pública, Angulo-Tuesta (1997) analisou os impactos da violência na saúde da mulher e na saúde pública como um todo. A autora estabeleceu uma relação entre isto e as desigualdades nas relações de gênero, notando como estas reforçam alguns valores que sustentam os posicionamentos de muitos/as profissionais dessa área. Ou seja, uma pesquisa que buscou relacionar a violência em diferentes níveis; relações de gênero, as práticas profissionais e o sistema de saúde.

No artigo de Borsoi, Brandão e Cavalcanti (2009), a análise foi realizada a partir de entrevistas com equipes de duas unidades do Programa de Atenção Integral de Saúde da Mulher. Investigou-se como a violência contra a mulher é considerada e encaminhada à rede. Como parte dos resultados foi visto que muitas vezes a violência contra a mulher é reconhecida pelos profissionais como uma demanda implícita, e que é comum ser tratada como um problema de saúde, dificultando assim que o encaminhamento e acompanhamento dos casos atendidos neste serviço.

A pesquisa de Andrade e Fonseca (2007), centrada nas equipes de saúde da família, apresentou discussões voltadas para as necessidades de capacitações que modificassem as práticas assistenciais e do necessário aumento das parcerias com diferentes instituições. Já Garcia, Ribeiro, Jorge, Pereira e Resende (2008), realizaram um levantamento de casos de violência doméstica contra a mulher, trabalharam principalmente com a caracterização dessas violências em três serviços diferentes: um Centro de Atendimento, um hospital e uma ONG. Buscaram identificar os tipos de violência e quem as praticava, encontrando a predominância de registros de violência física e psicológica.

Ao buscar trabalhos com diferentes serviços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, destaco a pesquisa de Nobre e Barreira (2008) na qual foi observada a

atuação da polícia e da justiça relacionada à mediação de conflitos em relação à violência doméstica contra as mulheres, tendo como ponto de partida as Delegacias da mulher e Juizados especiais criminais. Já na investigação de Gadoni-Costa, Zucatti e Dell'aglio (2011), realizou-se levantamentos de casos de violência a partir do setor de psicologia em uma delegacia da mulher. A partir da análise de 351 casos percebeu-se que a maioria deles ocorreu no ambiente doméstico.

Nos referidos trabalhos, as tipificações de violências foram relatadas em diferentes serviços, e sobretudo, a partir das falas das usuárias e dos/as profissionais dessas instituições, indo além dos números quantificados pelas notificações e denúncias realizadas. Também foram pesquisadas usuárias de diferentes faixas etárias e serviços que atendiam mulheres de diferentes idades: crianças, adolescentes e adultas, a partir de perspectivas de relações de gênero no contexto da violência contra as mulheres.

Assim, cabe acrescentar que neste tópico, a partir da análise do que foi exposto pelas profissionais e do que pude observar ao acompanhar parte de seu cotidiano de trabalho, principalmente na relação com a rede, esta foi analisada enquanto campo (BOURDIEU, 2009). Dessa forma, além de registrar como mapeiam as instituições; avaliam as parcerias com outras instituições por elas consideradas integrantes das “redes de apoio”, também busquei analisar, sobretudo, as avaliações feitas por elas, a partir da localização do CRAM dentro deste campo.

Como já foi citado no tópico anterior, a Secretaria Especial de Política para as Mulheres tem uma definição de redes de enfrentamento e atendimento. Nesta, o CRAM integra as duas redes, pois busca a prevenção, a assistência e garantia dos direitos das mulheres vítimas, bem como faz parte das redes de instituições que atendem diretamente às mulheres e encaminham para outros serviços, caso seja necessário.

Ao se referirem as redes ou aos serviços integrantes destas, as profissionais do CRAM Márcia Dangremond, as/os costumam chamar de “redes de apoio”. Tal denominação é colocada desde os diálogos no cotidiano do serviço, como nas respostas nas entrevistas a questões relacionadas às redes integrantes do município de Olinda, com maior ênfase à rede de atendimento às mulheres vítimas de violência. Desde o início do trabalho de campo chamou-me a atenção que tanto na literatura, como nas práticas dos serviços há variações ao que se refere às “redes”: de atendimento, de assistência, de apoio, redes sociais, de serviço, etc.

Um dos primeiros pontos que levanto sobre essa questão é de como e quando utilizam mais frequentemente o termo “redes de apoio”. A forma como se referem à própria instituição na qual trabalham, ou aos outros serviços também indica como aquela pessoa, mulher profissional percebe o lugar ocupado pelo seu serviço no universo das redes. O Centro de Referência e atendimento à Mulher Márcia Dangremond é o local de referência para um perfil de usuárias: mulheres vítimas de violência doméstica.

Conseqüentemente, as profissionais em questão se encontram como “profissionais-referências”. No entanto, tal compreensão se dá, ao menos em parte, com base na própria nomeação dada à instituição. Dito de outro modo, não é apenas o local que é “de referência”, mas também as próprias profissionais que nele, e através dele, atuam. Levando em consideração os usos da expressão “de referência”, busquei compreender de maneira mais minuciosa os significados elaborados por cada interlocutora para localizar tanto o CRAM, como a si mesmas enquanto integrantes/profissionais na rede.

Nesse sentido, chamou-me a atenção o uso frequente da expressão “redes de apoio”, percebida enquanto categoria êmica no cotidiano do CRAM. Isto não implica dizer que não seja possível encontra-la em outros espaços. Pelo contrário, observa-se seu uso de diferentes formas, como apresentarei a posteriori. Entretanto, ressalto a importância dado ao seu significado e usos por parte das profissionais, para as profissionais que são interlocutoras nesta pesquisa.

“Redes de apoio social” e “redes sociais” foram as expressões mais próximas encontradas em outros trabalhos realizados. No primeiro caso, o uso do termo “redes de apoio social”, percebe-se algumas diferenças no tocante aos significados, e conseqüentemente da análise teórica, tendo em vista que o referencial são os vínculos, diretos e indiretos, pertencentes a uma pessoa. Trata-se das relações consideradas como mais ou menos íntimas: amigadas, família, e de outras que façam parte do sistema de relacionamentos e sua importância para a pessoa em questão.

A maioria das pesquisas que partem desse ponto de vista, das redes como apoio social são voltadas para a observação dos vínculos como busca de melhoria ou autonomia de pessoas com limitações na saúde, voltando-se principalmente para casos de transtornos mentais ou deficiências físicas. Ou seja, usuários dos aparatos e instrumentos do sistema de saúde (FONTES; LAVALL *et al*; BICHIR E MARQUES; RIBEIRO; 2007, 2009, 2011, 2009).

As profissionais, a partir de seus relatos, parecem apontar o CRAM Márcia Dangremond como um “indivíduo”, uma “pessoa”, no sentido de tratar os vínculos com outras instituições partindo da ideia que “os outros serviços” são sempre “redes de apoio” ao CRAM. Não indicando excluir a reciprocidade de apoio, mas enfatizando a centralidade desse serviço na rede de atendimento às mulheres vítimas de violência. Mesmo sendo conceitos construídos a partir de questões distintas, acredito ser possível também pensar as visões dessas profissionais a partir da noção de redes sociais (BARNES, 1987) e a de redes egocentradas (BICHIR E MARQUES, 2011; FAZITO, 2002; FONTES e EICHNER, 2009). O primeiro deles – redes sociais - será mais utilizado como base para as análises sobre as “redes de apoio” do CRAM.

Bichir e Marques (2011) trazem o conceito de redes egocentradas como um recorte analítico das redes pessoais individuais de cada pessoa. Nesse conceito, as redes egocentradas são mais relacionadas ao ego e “com distância máxima de um passo a partir dele”, ou seja, do indivíduo ou da pessoa. Já na perspectiva de Barnes (1987), trata-se de um conceito analítico que vem sendo trabalhado na antropologia social há várias décadas, colaborando com a análise dos grupos para que se descreva e observe os processos que envolvem relações políticas; de classes; as manutenções de valores e normas, bem como as diferenças entre os mais diversos grupos sociais. Não apontaria as profissionais do CRAM Márcia Dangremond em uma análise do tipo “pequenos grupos”, pois a partir desse conceito, “rede” seria um conjunto de relações interpessoais que irá vincular indivíduos a indivíduos, ou seja, profissionais a outros profissionais em um campo que abarca todas as pessoas e instituições que possam ter vínculo ou contato estabelecido ao CRAM, a partir da atuação das profissionais.

Assim, são diferentes instituições e profissionais que se integram às redes de atendimento às mulheres vítimas de violência. Barnes também pontua que em cada grupo é possível observar quais indivíduos ou “movimentos” provocam a mobilização de outras pessoas ou instituições para que se obtenha apoio para se alcançar seus objetivos. Dessa forma, a observância de como as profissionais do CRAM mobilizam estratégias na própria instituição, ou a partir da comunicação entre outras em prol de apresentarem um atendimento de qualidade. Para isto, estabelecer vínculos estreitos com “as parcerias” tem como objetivo afastar as mulheres usuárias do serviço da situação de violência, por exemplo.

Considerando as “redes de apoio” do CRAM, não será realizada uma descrição extensiva de todos os órgãos e serviços que fazem parte das redes do município de Olinda e

em seu entorno, como os serviços no município de Recife e do Paulista. Darei maior ênfase aos relatos e “inclusões” das instituições a partir de encaminhamentos; usos dos serviços para atendimento às usuárias e dos locais com quais “dialogam” em prol de divulgarem os serviços ofertados pelo CRAM Márcia Dangremond.

As profissionais relatam e listam como integrante às “redes de apoio” as Delegacias comuns de Olinda (o município de Olinda ainda não tem Delegacia da Mulher ou uma DPMUL funcionando); as Varas de Família e Violência Doméstica; o IML (Instituto Médico Legal) de Recife; os hospitais e policlínicas de diferentes municípios; os CRAS, CREAS e CAPS, em especial os de Olinda; as casas-abrigo; os albergues e repúblicas; a Casa de Acolhimento (instituição onde crianças e adolescentes se encontram abrigadas), bem como postos de saúde e escolas de todo o município e municípios circunvizinhos. A relação com algumas dessas instituições será melhor abordada um pouco mais a frente.

Sobre a relação com as “redes de apoio”, a partir dos relatos, as profissionais consideram que o CRAM apresenta uma “boa parceria” com as demais instituições, apresentando nessas interações certas falhas, mas que com o tempo e luta por mudanças, a situação vem sendo melhorada.

Pesquisadora – O que você acha da articulação com as redes de atendimento?

Nara – É boa, devido às dificuldades do município, a gente também sofre. Mas nós temos parcerias, o alimento mesmo vem dessas casas né, da casa de passagem....

Pesquisadora – Na casa de passagem, o alimento vem de lá é, tem uma cozinheira é?

Nara – Isso. Quando tem alguma dificuldade, a coordenação passa e aí a gente faz o alimento aqui, e algumas vezes a usuária que faz. Isso é raro porque elas vêm tão sobrecarregadas, precisando de descanso, aí vim pra cá e se preocupar com alimento, né.

(Nara, educadora social)

Pesquisadora – E pra você, como se dá a relação e articulação com as redes?

Maria – A gente tenta ter uma boa articulação, sabe. A vara já conhece bem o trabalho da gente, de lá já encaminha pra cá. As delegacias, nós fomos em cada delegacia de Olinda pra levar o trabalho pra eles terem conhecimento do Centro de Referência e a gente tem outras visitas agendadas. O social também fez umas visitas nos CRAS pra divulgar nosso atendimento, a gente vai buscando a partir dessas visitas interações com as outras redes.

Pesquisadora – E o pessoal se mostra aberto pra esse contato?

Maria – É, sempre tem essa recíproca. Às vezes tem algumas dificuldades, como posso dizer... que a gente as vezes tenta se comunicar com alguma rede, mas eles não podem por alguma impossibilidade do serviço deles, mas o que a gente busca é tentar solucionar. Tanto aqui como também pra fora do estado né, a gente também tem essa articulação, com a Secretaria do Estado, com a Secretaria da Mulher do Estado, que a gente também fica na articulação quando a gente precisa encaminhar a mulher pra um outro estado. Pra tirar ela daqui do risco do município e encaminhar ela pra parentes que morem em outro estado. A gente também faz essa articulação, com as redes fora de Pernambuco.

(Maria, advogada)

Diana - A gente tem essa dinâmica de fazer visitas a outros órgãos como da prefeitura, do Estado, nas delegacias, pra poder contar né, quando a gente ligar já saber quem é a pessoa e tal. Então assim, funciona né, mas podia melhorar. A gente busca sempre tá melhorando porque os profissionais mudam né, nem sempre são os mesmos. Então, quando tem essa mudança, principalmente de delegacias, a gente faz esse trabalho de sensibilização.

Pesquisadora – Um trabalho de sensibilização?

Diana – Sim, fazemos porque já se conhece né, de panfleto, mas a gente indo lá e se apresentando faz a diferença. Então, a gente vai no serviço de saúde, vai em uma UPA, faz uma palestra, os usuários lá da hora se interessam e as vezes nem conhecia o serviço, passa a conhecer. Então, tem essa integração, interação, né.

(Diana, coordenadora do setor educacional)

Em duas das falas acima, observa-se a necessidade das profissionais do CRAM divulgarem o serviço para outras instituições. Ao falarem dessas relações, apresentam que a forma de contatos mais frequente se dá da seguinte maneira: as profissionais visitam os diferentes serviços com o intuito de “sensibilizá-los”. “Sensibilizar” os serviços compreende visitar esses espaços, conversar com as/os profissionais e explicar a violência contra as mulheres e o trabalho exercido pelo CRAM Márcia Dangremond. Diana também acrescenta: “a gente vai, sensibiliza e ainda é difícil a situação. Imagina se não chegarmos junto, explicar o que é o CRAM, as mulheres que sofrem a violência”.

Além de valorizar a relação com as redes e buscar focar nos aspectos positivos, Carmem, a coordenadora geral, enfatiza sua consciência a respeito das necessárias melhorias, ao mesmo tempo em que destaca, ao pensar em todas as redes, que há inegáveis avanços e conquistas.

Pesquisadora - E como tem sido a relação com as redes? Você me falou da importância da rede, mas como tem sido?

Carmem – A gente acredita no seguinte: muita coisa a gente conseguiu avançar em relação à articulação com a rede. E a rede de apoio, que é a saúde, educação, a própria Secretaria da Mulher, as delegacias, a Vara, o Fórum, o Juizado, isso tudo tem avançado bastante na questão específica da violência contra a mulher e dado um apoio cada vez melhor, mas a gente precisa conquistar muitas coisas ainda. Porque vê, às vezes tem na delegacia um delegado, que já fomos lá, sensibilizamos e levamos nosso material, explicamos aí tá lá. Aí quando vamos novamente, uns três meses depois, já é outro delegado e a gente faz tudo de novo, recomeça do zero. E assim, a formação da rede em relação à questão da mulher precisa tá sempre se atualizando e nós não temos como dar conta.

(Carmem, coordenadora geral)

Nas falas de Diana e Carmem percebe-se que apesar de seus empenhos em “sensibilizarem” uma instituição, deparam-se com uma dificuldade permanente: a troca de profissionais nos serviços. Elas destacam o quanto isto não colabora com o CRAM, pois o

trabalho de sensibilizar as equipes de outras instituições não pode ser interrompido, tendo em vista que apenas o CRAM e as profissionais que nele trabalham não “dão conta” sozinhas dessa tarefa. Essa dificuldade frente a “redes” não é a única apontada pelas profissionais. Outro ponto é a não prioridade nos atendimentos às mulheres usuárias do serviço, junto com as burocracias impostas por alguns serviços.

Diana – Nós tentamos assim, manter essa relação né, o melhor possível. E a gente encontra assim, quando bate no serviço, encontramos a porta aberta. Quem apoia e quem consegue ajudar de imediato, porque às vezes é um serviço de urgência, então a gente tem que dá uma prioridade àquela mulher, até porque a mulher não pode tá muito exposta na rua. Se a gente vai na delegacia, ela tá exposta de qualquer forma, por mais que esteja acompanhada pelo serviço. Por mais que esteja numa viatura, mas a gente tá expondo aquela vida na rua. Então assim, a gente sempre coloca, faz esse trabalho de sensibilização, em todos os órgãos...

Pesquisadora – E há prioridade?

Diana – Nem sempre, né. Por isso também que sensibilizamos. Porque às vezes esperamos bastante por documentação, atendimento na saúde...

(Diana, coordenadora do setor educacional)

As Delegacias são, na maioria das vezes, o primeiro serviço procurado por vítimas no enfrentamento à violência contra as mulheres. É a partir dela que a mulher pode realizar o tipo de denúncia que iniciará um processo pela Lei Maria da Penha. A criação de Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs) e as DPMUL (Delegacia de Polícia da Mulher) são resultado de muitas lutas dos movimentos de mulheres e feministas no Brasil. O enfrentamento à violência contra a mulher gerou inegáveis conquistas de garantias e novas políticas que buscassem prevenir, apurar os crimes cometidos contra as mulheres e iniciar uma desnaturalização da violência (BARREIRA e NOBRE, 2008; BRANDÃO, 2006).

A partir da Lei Maria da Penha, algumas atribuições da polícia e Delegacias foram reformuladas. No Capítulo III da Lei 11.340/2006 apresenta que a autoridade policial deve ser responsável para que as medidas protetivas sejam aplicadas, sempre que alguma mulher as solicitar. Também é papel desse órgão acompanhar as mulheres vítimas de violência no socorro médico e as transferir para um local que a mantenha segura, seja na casa de algum familiar ou abrigo (PASINATO, 2010). Dessa forma, é fundamental que a relação entre a polícia e as redes seja de confiança e respeito, sobretudo para com as mulheres que buscam os serviços das delegacias. Muitas questões estão sendo apontadas e discutidas pelos movimentos sociais em relação às condutas e posicionamento da polícia, e o que se apresenta como relatos das profissionais são discursos de dificuldades e de apontamentos de machismo institucional.

Magali – Quando vou às delegacias percebo muita resistência, viu. Deve ser por ser formada por mais homens né. Não todas, mas sinto essa resistência. Fui e não me senti muito bem recebida.

(Rafaela, educadora social)

Tereza - A única delegacia que faz a diferença é a Varadouro, só. Mas as outras não, eles não têm respeito com a mulher que é vítima de violência doméstica não.

Pesquisadora – Eles tratam como?

Tereza – Mal mesmo. Dizem “vai pra casa”, mas a do Varadouro, graças a Deus, que é a Delegacia de referência dentro de Olinda, pela Maria da Penha é a Varadouro.

(Tereza, assistente social)

Ana – Pra mim, particularmente, é uma grande dificuldade trabalhar com a polícia. A polícia pra mim é uma grande dificuldade porque a polícia ela realmente não respeita a Lei Maria da Penha, com exceções, coloco de novo. Existe os policiais comprometidos, os delegados comprometidos, equipes comprometidas, mas existem profissionais que você sente até vergonha de dizer que ele tá numa defensoria de uma pessoa que foi vítima de violência. Que ironiza, que debocha, que menospreza a vítima quando ela chega na delegacia, principalmente se ela chegar sozinha.

(Ana, advogada)

Cláudia – Falhas sempre tem, não tem como não ter né?! Mas começando pela delegacia, que é um ponto chave né. A delegacia antes, e ainda é, mas antes bem mais, era bem machista. Nós tínhamos muitas dificuldades em relação a essa demanda, porque como é mais homens trabalhando, né, se achava coisa boba, não dava tanta atenção.

Pesquisadora – Na delegacia comum ou da mulher?

Cláudia – Na delegacia comum porque aqui não tem da Mulher, só em Recife. Mas também temos casos em que a delegacia da mulher também repetiu uma violência. E aqui a gente não tem delegacia, temos a Vara, né. Hoje, eu tô percebendo que a delegacia, eles estão mais flexíveis e com a Vara fica fácil de entrarmos em contato.

(Cláudia, psicóloga)

Carmem - A rede, assim, me dá muita alegria de ver que tem alguns avanços em relação ao preconceito. Porque a gente ainda percebe a rede com machismo, quando se diz isso a mulher, quando ela vai fazer a queixa: “o que foi que você fez pra ele bater em você?” Existe delegacias que ainda faz essa pergunta e a gente não aceita isso de maneira alguma. Porque não é pra culpabilizar ou perguntar o que ela fez, ele não podia bater de jeito algum. Então assim, a gente tá sempre lutando.

(Carmem, coordenadora geral)

Todas as falas acima apresentam observações relacionadas às dificuldades na relação com as delegacias. Rafaela aponta principalmente a resistência por parte dos homens policiais. Outras profissionais, como Tereza e Ana, destacam o desrespeito em relação à mulher e a Lei Maria da Penha. Mas todas elas enfatizam que essas formas de tratamento se dão por que se trata de um universo predominantemente masculino, seja o caso dos policiais, delegados ou escrivães. Para a mulher denunciar um agressor, ela precisa primeiramente ser recebida e sua presença e voz legitimada em uma delegacia. Geralmente, quando ela chega a este órgão, ao invés de gozar de liberdade para relatar o motivo de estar ali, comumente ouve algum tipo de deboche ou desconsideração, o que a impossibilita de prosseguir com a

denúncia.

As profissionais não declararam apresentar nenhum tipo de preconceito ao chegar a uma delegacia e encontrar muitos homens trabalhando, mas Ana diz considerar que há homens que respeitam e são comprometidos com seus exercícios na delegacia. Uma das formas de denúncia e contestação utilizada por elas é o falar e reafirmar que não aceitam situação de violência de gênero. As interlocutoras demonstraram considerar que essas relações – de gênero e poder – permeiam as instituições da rede e buscam com suas estratégias lutar, conforme se pronunciam, para que isso possa ser mudado. Cada qual elabora maneiras de lidar com estas questões a partir do lugar que ocupam nas redes – educadoras sociais, auxiliar administrativo, advogada, psicóloga. No entanto é possível perceber certas semelhanças em seus relatos, apontando assim, para um posicionamento institucional, isto é, um “discurso do CRAM”. No caso aqui investigado, o CRAM Márcia Dangremond, as profissionais parecem incorporar falas e discursos em que a militância de alguma/s forma/s faz parte das atribuições dos seus cargos ocupacionais.

As opiniões acerca da relação com as redes de saúde se dividem entre observações positivas e dificuldades encontradas. Rafaela e Tereza compreendem que o tratamento e acolhimento das usuárias nos serviços de saúde não é considerado ideal, mas que estas são tratadas com respeito e são reconhecidas, sendo bem atendidas, inclusive pelo reconhecimento da atuação do CRAM Márcia Dangremond.

Tereza – A saúde é boa. Não vou dizer que não sinto falta de mudanças, sinto. Mas a gente chega com a mulher, nos identificamos, somos do CRAM e aí somos bem atendidas. O pessoal conhece nosso trabalho, isso é importante.
(Tereza, assistente social)

Rafaela – Gosto da rede daqui, de saúde. Sempre que vou somos atendidas, a rede faz o que pode. Nós temos uma parceria com a saúde.
(Rafaela, educadora social)

Já as falas de Aline e Ana foram de críticas mais ácidas a respeito dos referidos serviços de saúde. A queixa pela dificuldade de encaminhar mulheres com transtornos mentais; o fato de nem sempre conseguirem prioridade nos atendimentos e as difíceis relações com alguns profissionais, foram citadas.

Aline – Sobre a saúde, eu falo que se a gente recebe pessoas com transtorno, não é perfil, mas acaba atendendo por causa da articulação com a saúde. Se a gente leva uma usuária pra ser atendida pelo Tricentenário (hospital) na urgência, ela não é prioridade, mas era pra ser, se ela tá no serviço da prefeitura. Mas não, você não pode chegar lá e passar na frente, eu acho que deveria ter prioridade. Fica lá normal, como qualquer pessoa esperando. Às vezes a gente sai daqui com recém-nascido,

deveria ter uma prioridade já que é da rede, mas não tem, tem muita dificuldade, com transtorno também. Pra conseguir com CAPS um atendimento psiquiátrico é complicado, muito complicado mesmo.

Pesquisadora – Pra ter vaga é, pra atender?

Aline – É, é muito difícil. Acho que a rede deveria ser mais fechadinha né, um ajudando ao outro seria mais fácil. Mas não é o que acontece não. Em relação à Vara não, a Vara é mais tranquilo, as meninas têm um acesso bom à Vara.

(Aline, auxiliar administrativo)

Ana – Saúde é o terror, né. A saúde é um terror em todo país, quando se tem articulações a coisa flui né, mas se você não tem, entendeu?! Por exemplo, eu fui hoje pro IML com a vítima, né. É um serviço público, ela foi com uma criança, com o filhinho de quatro anos que ela não tinha com quem deixar. Eu estava com ela e a médica foi extremamente grosseira: “A criança não entra, só entra a pessoa”. Então, se ela estivesse sozinha, se eu não estivesse com ela, ela não iria fazer o exame? Eu disse: “não tem problema não, fulana, me dê o menino que eu fico com ele”. Mas ele ficou choroso, lá fora, porque queria a mãe.

As redes que envolvem as instituições educacionais são trabalhadas tendo como foco a prevenção da violência contra as mulheres. As profissionais costumam realizar palestras em escolas em torno de três vezes por mês, para turmas de crianças a partir dos 8 (oito) anos de idade. Esse trabalho é visto com muita importância para elas, pois declararam que as maiores mudanças em relação a violência se dá a partir da modificação dos valores ainda na infância. No mesmo dia em que acompanhei Ana e Rafaela a duas escolas, em dois bairros no município de Olinda, Nara declarou para mim: “você vai ver como é um trabalho importante. Vai ver as crianças interessadas, tirando dúvidas e até trazendo histórias de violência né, que veem sua mãe, sua avó passando”. Neste dia, as duas profissionais deram palestras sobre a Lei Maria da Penha. Ana falou um pouco sobre o CRAM Márcia Dangremond e o conceito de violência doméstica contra as mulheres. Em seguida, tanto Rafaela quanto eu entregamos papéis e lápis para as crianças desenharem o que elas compreendiam por violência. Por fim, Ana prosseguiu com um vídeo que retratava uma mulher que sofria violência doméstica, explanando também sobre a história da Lei Maria da Penha. As crianças da escola participaram perguntando e pedindo exemplos. Ao final, as professoras e outras profissionais elogiaram bastante Ana e Rafaela, pelo trabalho que elas realizam no CRAM, ressaltando a importância e apontando que percebem que há crianças na escola que também sofrem violência doméstica.

4.3 AS PROFISSIONAIS E O ESTADO

O CRAM Márcia Dangremond é uma instituição que se integra à rede assistencial do município de Olinda, Pernambuco, fazendo parte da Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos (SDSCDH). As interlocutoras, ao pronunciarem sobre o Estado – o papel deste; as relações estabelecidas e as dificuldades enfrentadas – faziam referência direta a Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco (SecMulher), nomeando essa instituição, na maioria das vezes, como “a secretaria”. Foi comum ouvir expressões como “o que o Estado faz”, ou “é papel da Secretaria (da Mulher)” e utilizarem esses dois termos como sinônimos, pois a principal relação do CRAM Márcia Dangremond - segundo as profissionais - com o Estado ocorre pela atuação dessa Secretaria.

A Secretaria da Mulher, a partir de planos, e principalmente da “Política de Enfrentamento da Violência de Gênero contra as Mulheres”, atua monitorando e coordenando redes especializadas na defesa das mulheres vítimas de violência. Nelas, integram as DPMUL (Delegacia Policial da Mulher); as DEAMs (Delegacias de Atendimento à Mulher); as Defensorias Públicas; Varas e Promotorias especializadas, bem como os Centros de Referência Especializados. Também fazem parte, sendo implementadas em diferentes municípios dentro do estado, as Coordenadorias da Mulher, as Diretorias municipais da mulher os serviços de saúde especializados.

Um dos motivos de se ter realizado análises, neste trabalho, sobre as profissionais e as relações com o Estado foi perceber como as interlocutoras se apropriavam da sua autonomia enquanto profissionais de um Centro de Referência, e quando e de que forma elas responsabilizavam o Estado por algumas ações ou faltas. Também busquei compreender como se dá essa “parceria” na prática com a SecMulher. Além desses motivos, foi importante para analisar como ocorrem algumas disputas de poder dentro desse campo. Neste capítulo, foram analisados os relatos sobre quando as profissionais acionam o Estado; as principais dificuldades em torno dessa relação; demandas e queixas específicas e como se dão as reivindicações feitas pelas interlocutoras.

4.3.1 “A boa parceria”

Durante o cotidiano no CRAM Márcia Dangremond, o fluxo de encaminhamentos a outros serviços e abrigamentos na própria instituição são realizados sempre na esfera municipal ou intermunicipal. Como as interlocutoras afirmavam: “São assuntos que pertencem ao município”. Desde o começo do trabalho de campo ouvi muitas expressões como “agora vamos acionar o Estado”, assim como relatos que iam das dificuldades encontradas à “boa parceria” com a SecMulher. Busquei compreender quando e quais os motivos para alguns atendimentos serem “passados” para a Secretaria e outros não. Para isso, busquei observar também as diferenças entre os abrigamentos realizados pela SecMulher e aqueles feitos pelo CRAM Márcia Dangremond.

Dessa forma, fui percebendo que algumas mulheres usuárias dos serviços chegavam até o CRAM e eram abrigadas, mas no dia seguinte – ou alguns dias depois - “sumiam do serviço”. Logo me foi explicado que “elas tinham ido com o Estado”, ou, na menor parte das vezes, tinham ido (também sob tutela do Estado) residir com algum/a parente em outro município ou estado brasileiro. Quando era possível, perguntava acerca de determinados casos que pude observar o desdobramento. Com isso, ouvia as profissionais comentando do quanto estavam sentindo falta de uma ou outra usuária do serviço, ou ainda que gostariam de ter notícias, mas não poderiam mais contatá-las.

As profissionais quando atendiam as mulheres vítimas de violência no seu primeiro atendimento ou início do abrigamento, investigavam se ela estava sofrendo risco de morte ou algum outro perigo a sua vida e integridade física. Caso isso se confirmasse, seriam abrigadas temporariamente no CRAM, em um tempo ideal de 48 (quarenta e oito horas), até que se encaminhassem os primeiros e principais procedimentos para a segurança daquela mulher, como o pedido das medidas protetivas.

Pesquisadora – E quando vocês acionam o Estado?

Maria – A gente geralmente recorre ao Estado quando elas chegam aqui com ameaça de morte, sendo ameaçadas, então quando tão correndo risco mesmo, iminente. Então a gente liga pro Estado e se ela não tem parente, se ela não tem outra pessoa que possa acolher, que o agressor não conheça, aí a gente faz toda a questão de documentação, chamamos o Estado pra vim, eles vêm, tem a entrevista deles com a usuária, aí dali eles confirmam a necessidade delas irem pra um abrigo do Estado. (Maria, advogada)

Após o pedido das medidas protetivas e a avaliação do tipo de risco que a mulher possa está correndo, considera-se acionar o Estado para que ela seja acolhida em uma das

casas-abrigo. Nesse tempo, também se tenta localizar pessoas da rede social da usuária que possam recebê-la, sobretudo, em um endereço desconhecido ao agressor. Caso não haja sucesso nessa busca, ou se o familiar/parente residir em outro estado, a SecMulher é acionada. As interlocutoras enfatizavam em seus relatos, que acionavam a “Secretaria” apenas como último recurso, quando todas as possibilidades para que haja intervenções a nível municipal se esgotavam.

Pesquisadora – Quando vocês acionam o Estado?

Nara – Como último recurso, quando ela não tem a família pra dar proteção, a medida protetiva; ele descumpre, usa a tornozeleira, aí ele descumpre. Aí a gente aciona a família. Se essa família não pode dá essa proteção a ela, ou então quando essa proteção que ela vai ter está em outro estado, com sigilo de tudo, chamamos o Estado, correndo risco de morte tem que ter, né.

(Nara, educadora social)

A Secretaria da Mulher comparece ao CRAM Márcia Dangremond e avaliam, a partir de uma entrevista, se a mulher em questão se encaixa no perfil para o abrigo pelo Estado. Feito isto, e confirmada a necessidade, ela será abrigada em uma das casas-abrigo do Estado até que possa retornar à sua residência com segurança, sem correr risco, ou até contatarem algum familiar que a receba em outro estado.

A entrada no abrigo se dá por esses motivos citados anteriormente e sua saída pode ocorrer por alguns fatores. Calão e Caloto (2006) mostram que isso pode ocorrer depois de esgotado o período próximo de quatro meses; por decisão da mulher abrigada; por ter sido superada a situação que gerou a medida, ou ainda mediante alguma decisão por parte da equipe técnica da casa-abrigo. O trabalho das autoras foi realizado em uma casa-abrigo de Londrina, Paraná, e tinha como principal objetivo analisar as mudanças e significados da casa-abrigo para as mulheres que foram vítimas de violência domésticas ali abrigadas.

As informações e relatos de como se dão os fluxos de encaminhamentos realizados a partir do momento em que a mulher é abrigada pela Secretaria da Mulher são bastante reduzidos. Segundo as interlocutoras, todos os trâmites são bastante sigilosos, nenhuma profissional do CRAM tem conhecimento para qual casa-abrigo encaminham a mulher, ficando esse tipo de informação restrita, e sob o encargo das profissionais da SecMulher.

Embora o abrigo seja um processo sigiloso, as profissionais apresentam opiniões diversas a respeito do que o Estado “oferece” e “deixa de ofertar” às mulheres vítimas de violência quando estas permanecem temporariamente sob sua tutela. Elas também

relataram algumas dificuldades e burocracias existentes no momento de encaminhar as mulheres para serem abrigadas.

4.3.2 “A mão direita” e “mão esquerda” do Estado

Ao relatarem sobre o que implica o abrigo pelo Estado, as profissionais do CRAM apresentam opiniões diferentes entre si. Ana e Tereza destacam o quanto é positivo quando uma mulher é abrigada e fica sob tutela. Elas destacam que as usuárias recebem muitos benefícios e que a oportunidade de “recomeçar do zero” é muito boa para as mulheres vítimas de violência.

Tereza – Pelo Estado, ela vai ter o que o município não dá. Porque o Estado tem uma rede grande, assim, de abrigo para mulheres, tanto sem crianças como com crianças. E lá, como a gente dá entrada no auxílio moradia e têm outras coisas que a gente encaminhou, eles terminam. E lá elas vão ter oportunidade de serem encaminhadas a fazerem cursos, o primeiro emprego, a procurar uma casa pra morar decentemente, fazem um acompanhamento muito bom, desde o início.

Pesquisadora – A secretaria da Mulher mesmo?

Tereza – É, a Secretaria da Mulher faz isso. Aí elas dão um kit pra reconstrução da casa que é composta de lençol, toalha, colchão, fogão, um kit inicial. Tem um nome que chama, antes quando eu trabalhava no “Recomeço” chamava kit, hoje, tem um nome que dá, mas era pra você recomeçar, entende? Recomeçar a sua vida. Então o governo hoje dá isso e outras coisas também, benefícios, que se você tiver crianças menores de seis anos, aí se cadastra no CAD único, aí tem outros benefícios. Isso pro Estado é muito mais fácil do que ficar no município. O município é aquele que se você acolhe, primeiramente tem que correr atrás de encaminhamento pra essa mulher sair do foco da violência. Se puder, coloca em outro estado, porque a gente manda até pra outro estado, como a gente já mandou. É tudo pago pelo governo do Estado. Aí, essa parceria é muito importante, cada vez mais fortalecida.

(Tereza, assistente social)

Ana – Quando a gente encaminha uma mulher para o Estado, por exemplo, uma mulher que vai pra um abrigo do Estado, eu acho isso muito positivo, porque lá ela vai ter muito mais oportunidades do que em nível de município. Lá ela vai ter encaminhamento das crianças pra escola, vai ter cursos...

Pesquisadora – Pela Secretaria da Mulher, é?

Ana - É, pela Secretaria da Mulher que é Estado. Ela vai ter cursos, provavelmente oportunidade de trabalho, vai ter encaminhamento pro bolsa família e auxílio moradia, que a gente aqui também faz, só que tudo é mais custoso, porque pra município é mais custoso, porque é só município. Prefeitura é mais custoso.

(Ana, advogada)

Uma questão a se destacar é que as interlocutoras, nas suas falas, avaliam os pontos positivos do abrigo comparando aquilo que o Estado pode oferecer, em detrimento do município. Elas listam como cada um intervém na vida da mulher vítima de violência, os lados positivos, mas não fazem referência que esta pode se encontrar sob a tutela do Estado ou

assistida pelo município, não por uma questão de escolha ou preferência, e sim por estarem correndo risco de morte.

Ao relatarem que as usuárias poderão receber bolsa família; auxílio-moradia; encaminhar as crianças a uma escola e/ou conseguirem o seu primeiro emprego; as profissionais do CRAM podem ter traçado características de mulheres que elas indicam como o “perfil das usuárias do serviço”, ou ainda, “perfil das mulheres vítimas de violência”, já que generalizaram. Tal perfil aparece relacionado diretamente com a pobreza e “falta” dessas mulheres e suas famílias (LONGHI, 2008). Nessa perspectiva, as usuárias seriam mulheres pobres, que nunca trabalharam, sendo, portanto desprovidas de informações e de condições mínimas de sustento. Também foi relatado que as usuárias do serviço se sentiriam satisfeitas ao serem inseridas no contexto de abrigamento, tendo a chance de “recomeçar do zero”.

Há vários trabalhos etnográficos sobre as famílias pobres urbanas que problematizam essa perspectiva (FONSECA, 2005; LONGHI, 2008; SARTI, 1994; SCOTT, 2011). A partir de Longhi (2008), é possível perceber a permanência de certos olhares sobre as famílias pobres presentes. Estes as colocam no lugar de pessoas e famílias desestruturadas e incapazes de se sustentarem e educarem suas crianças. Com essa visão, os pobres acabam sendo “culpabilizados pela sua pobreza e punidos por ela”, sendo sempre acompanhados de estratégias de controle do Estado para que elas possam “suprir” essa “falta” de capacidades cognitivas para gerirem suas próprias vidas (LONGHI, 2008; RODRIGUES JR., 2010).

Os tipos de intervenções, como o abrigamento, são tomados visando principalmente à proteção das mulheres vítimas de violência, mas não se pode desconsiderar questões como qualidade, eficácia e parcialidade desse tipo de “solução” adotada para garantir a segurança das vítimas. O caráter de isolamento de um abrigamento, bem como a possibilidade de transferir uma mulher e os seus filhos para outro estado, pode gerar muitas perdas e frustrações para ela e sua família. Elas saem de suas casas, deixam muitos de seus pertences, perdem contato com familiares e amigos/as e são isoladas durante quinze dias, um mês ou até por mais tempo.

Calão e Caloto (2006) também fazem uma crítica sobre esse tipo de proteção. As autoras pontuam que as mulheres e seus filhos são confinadas e costumam se sentir punidas por algo que não cometeram. Nesse trabalho, as autoras também mostram que a perspectiva das casa-abrigo diante da violência se dá a partir da reflexão das relações de gênero enquanto construção histórico-cultural. Levando isso em consideração cabe perguntar por que

atualmente no Brasil, as mulheres vítimas de violência continuam tendo de deixar suas relações cotidianas? O que isso indica sobre os valores e as relações de gênero, raça e classe?

No trabalho de Braga e Carvalho (2011) são citados outros tipos de proteção adotados por alguns países europeus, onde o agressor é afastado de casa e monitorado para que se evite a aproximação com a vítima. As pesquisadoras consideram que, no processo de proteção às mulheres contra a violência doméstica, ao serem retiradas de lugar de convívio e confinadas, estas mulheres são novamente submetidas à violência. Buscar garantias e proteção às mulheres não impede a problematização do que muitas vezes é imposto. É importante também problematizar que o direito à proteção das mulheres em questão não deve se dar em paralelo com a perda de outros. Isto é, a garantia que gozem de segurança não tem de contrariar sua liberdade e exercício pleno de sua cidadania, o que inclui não serem privadas de seus relacionamentos, propriedades, etc.

Os posicionamentos em prol da manutenção dessa política de abrigamento podem priorizar a segurança da vida das mulheres, mas de que maneira refletem acerca das relações de gênero e poder, frente às elaborações de políticas e suas reais efetivações? As mulheres, vítimas de violência ou não, precisam ser legitimadas em todos os aspectos e instituições enquanto pessoas, com seus direitos respeitados e não serem subvalorizadas como categoria que deve se contentar com o que já é posto. Garantir a segurança das mulheres vítimas de violência não deve - como discutem tanto os trabalhos antes mencionados, como algumas interlocutoras nessa pesquisa - finalizar por puni-las duplamente, isolando-as.

Outros relatos denunciam algumas 'faltas' e 'ausências'. Diana afirma que o trabalho do Estado ainda tem muitas falhas e que deixa muito a desejar. “Olhe, pra o patamar que a gente tá, tá muito razoável. Tem o serviço, o Estado mantém, mas a gente vê que tem muita carência, a gente vê que pra o que a gente quer, que é uma acolhida de qualidade, falta muito”. Ela enfatiza que o aspecto positivo é a existência desse serviço que é seguro, mas demonstra em seu relato que ainda o considera insuficiente, pois ela, como profissional e militante da causa, deseja mais pelo atendimento e enfrentamento à violência.

O seu posicionamento é apontar o Estado como responsável por essas faltas, e também se incluir e “chamar” todos para essa responsabilidade. “Se a gente precisa de mais parcerias, de mais qualidade no serviço, a gente precisa cobrar do Estado. Precisamos cobrar o que a gente quer e precisa, é a nossa causa”. Seu relato demonstra que sua visão é de construção coletiva do enfrentamento à violência contra as mulheres enquanto causa. Diana sempre se colocou como militante feminista e apontou que mesmo antes de trabalhar no

CRAM Márcia Dangremond 'exigia' a sua construção e melhoramento como serviço. Quando perguntei sobre sua trajetória profissional, ela narrou sobre a sua relação com esse serviço. “Eu trabalhei em outros lugares, em escolas, sou professora também. Mas sempre trabalhei pelo CRAM. E isso através da militância, junto às mulheres no movimento feminista, né?!”.

Outra questão colocada durante a entrevista a Diana diz respeito à burocracia para obter a documentação da mulher no início do abrigo pelo Estado. Nesse relato, ela demonstra indignação ao afirmar trabalhar em um serviço que necessita de urgência e de prioridade e encontra dificuldade na obtenção de documentos como RG e CPF, no pedido de medidas protetivas e liberação de documentos nas delegacias.

Diana - a gente vê uma mulher chegar aqui sem nenhuma documentação e ela pode ir pra uma casa-abrigo do Estado, e por conta de toda uma questão burocrática ela só pode ir pra lá quando estiver com toda a documentação, com o boletim de ocorrência e com a medida protetiva, que a medida protetiva nunca sai em 24 horas. A gente tem casos aqui que passa quinze dias e a advogada indo todo dia atrás. Então pra ter um despacho desses, de ter uma medida protetiva, a gente ficar quinze dias... Então, eu acho que ainda tá difícil demais trabalhar dessa forma. Acho que o prazo de 48 horas é ideal pra providenciar todos esses documentos. Então, veja bem, se a mulher não tem nenhum documento hoje, a gente tem que tá correndo atrás pra tirar uma identidade, pra tirar um registro, né?! E como é que a gente busca, mas não tem um vínculo direto com os setores, então a gente vai pagar pra vê se agiliza, a mulher vai tirar dinheiro do próprio bolso. Então, há muita falha, muito o que melhorar. Então, essa carência do Estado ainda é muito grande, muito insatisfatória. A gente vê e passa na pele aquela necessidade no dia a dia. No que a gente pode agilizar, a gente agiliza, mas a gente empaca com um documento que vai sair em quinze dias. Aí não depende mais da gente, o nosso serviço a gente cumpriu.

(Diana, pedagoga)

Esse relato também aponta para o esforço que as profissionais declaram ter para “realizar o que podem” e “cumprir o que devem” nos atendimentos às mulheres vítimas de violência. Quando algo não dá certo, muitas vezes atribuem ao “esbarro” nessa burocracia ou em uma falha da rede, situações que elas buscam contornar como podem. Diana exemplifica apontando o caso da mulher usuária do serviço que precisaria pagar pelo seu documento, ou ainda quando citam as dificuldades com a alimentação fornecida para as mulheres e filhos abrigados no CRAM Márcia Dangremond.

Durante o trabalho de campo, presenciei diferentes momentos em que as profissionais buscaram arrecadar dinheiro para alimentação, bem como para produtos de higiene e limpeza da casa, assim como para o uso pessoal das mulheres e crianças abrigadas. Elas organizavam um bazar que continha roupas e bijuterias expostas no terraço do CRAM. As próprias profissionais interlocutoras compravam os produtos e se revezavam entre si pela responsabilidade da contagem e cobrança do dinheiro.

Em uma manhã, Diana estava cobrando certa quantia a cada profissional do serviço. A acompanhei realizando os pedidos entre brincadeiras e “puxões de orelhas”. Ela dizia as outras profissionais: “você ainda não deu sua parte, viu” e se divertia ao cobrar o valor dos produtos do bazar. Perguntei a ela se estavam fazendo alguma “cotinha” para algo específico e ela respondeu “ah, estamos sim, é porque tá faltando produtos de higiene na casa, se a gente for esperar mandarem né?!” Ela se referia ao envio dos produtos que não estavam mais sendo realizado com tanta frequência pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos para o CRAM.

Uma das maiores preocupações compartilhadas pelas profissionais do CRAM era o tipo de alimentação disponível para as usuárias do serviço que se encontravam abrigadas. A instituição não contava nem com a produção nem com o envio direto de alimentação. Além disso, não tinham cozinha/o que integrasse a equipe. O pedido das refeições era realizado à SDSCDH ou diretamente a outros serviços como a “Casa de Acolhimento”, que era um dos locais do município que abriga crianças e adolescentes.

Rafaela – Eu vejo que a gente não é um dos piores serviços não, sabe, em relação a suporte. Mas eu vejo que a gente tem dificuldades né, como a alimentação, a busca pela alimentação. Acho que eles poderiam passar uma melhor alimentação pra elas né, o município, o Estado. É muito básico: só pão e café, pão e café. Mas acredito que seja geral. Mas muita coisa que tem aqui acho que poderia ser feito, talvez uma verba maior né, pro projeto, pro CRAM, sei lá; aumentar mais, ter mais espaço, melhor alimentação. Eu sonho com tudo isso melhor.
(Rafaela, educadora social)

Cláudia - Devia ter mais recursos. Não deveria ser ligado à Secretaria de Direitos Humanos, e sim a da Mulher (Secretaria). Nós temos muitas dificuldades mesmo, essa casa mesmo não tem estrutura, questões de alimentação... Nós precisamos fazer cotinhas umas com as outras.
(Cláudia, psicóloga)

Aline – As condições atuais estão muito difíceis né?! A questão da alimentação, agora mesmo tivemos uma usuária abrigada, muito difícil, muitas vezes tiramos do bolso da gente. Quantas vezes eu comprei pão, ovo, margarina porque elas não tinham o que comer aqui. Por que a situação tá difícil. Aí o pessoal diz “na casa de acolhimento que moram crianças não tem, como é que a gente vai mandar pra vocês?” Atualmente tá muito complicado o provimento de alimentos, tá muito difícil. Água também, a gente tinha uma empresa que toda terça entregava sete ou oito águas, agora você vê que acabou água. Chega de duas, que não dá nem pra dois dias, aí fica sem água. Agora as coisas apertaram mesmo, apertaram. Não sei se por causa da crise, mas tá muito complicado. Mas vai lutando né, tentando reverter essa situação.
(Aline, auxiliar administrativo)

Algumas profissionais atribuem ao Estado a responsabilidade pela divulgação do CRAM Márcia Dangremond como serviço de enfrentamento à violência contra as mulheres. George aponta que gostaria de mais divulgação nas redes de atendimento, como exemplo, nas

escolas. Já Rafaela demonstra uma perspectiva mais positiva, de que a divulgação está melhorando, e que atualmente tem mais pessoas trabalhando nos contextos do enfrentamento à violência.

George – Eu acho que o Estado faz muito pouco, que se divulga pouco o que é violência contra a mulher e faz pouca campanha. Esse trabalho devia tá nas escolas, essa divulgação devia tá nas escolas, devia tá nos hospitais, nos centros recreativos, né. Devia estar em todo local que se aglomera pessoas, mas o Estado não faz isso. O Estado alega falta de verba, o Estado alega falta de pessoal, mas a Constituição diz que o Estado tem essa obrigação, que nós pagamos ao Estado por isso, são nossos impostos. Então devia se fazer valer, a gente paga tão caro de imposto, as vezes até tem um bom projeto, mas falta gestão, é mal administrado... Por isso é tão precário o trabalho de combate a violência contra a mulher.
(George, vigilante)

Rafaela – Eu vejo que hoje tem se divulgado bem mais, eles estão divulgando. Na palestra que a gente foi, eles mostraram que estão fazendo a “Patrulha das Mulheres”. Parece que tem mais gente envolvida atualmente. Então parece que eles têm mais gente engajada e interessada com essa situação. Você pode ver que hoje em dia também se fala da Lei (Maria da Penha), que antes era só da violência.
(Rafaela, educadora social)

Bourdieu (2006) ao explicar como se deu a conversão coletiva para a visão neoliberal aponta para um jogo de ideias que visa demolir a ideia do serviço público, relacionando a noção de intervenção estatal com a de “totalitarismo”. A valorização e investimento nas empresas privadas gerou, nesse processo, uma desvalorização de profissões ditas “sociais” como as ocupações relacionadas à educação e assistência. O Estado passa, desde então, por grandes contradições e “cuja mão direita já não sabe, ou pior, já não quer o que faz a mão esquerda” (BOURDIEU, 2006, p. 218). Os/as profissionais das áreas ditas “sociais” apresentam esse sentimento de estarem sozinhos/as, sobrecarregados/as e desacreditados/as.

As profissionais do CRAM parecem vivenciar algo semelhante: lidam com a burocratização cotidianamente; realizam seus trabalhos com “sentimento de cumprir uma missão”, luta e conquista. Além disso, também atribuem o significado de 'causa' e 'missão' aos seus exercícios profissionais. Bourdieu (2009) ainda coloca que é pelo fato de se exaltar o rendimento e produtividade que muitas profissões, como as ditas “sociais”, perdem um pouco seus fundamentos e são exercidas mais por outros motivos para além do interesse profissional, como pela dedicação militante. Esses/as profissionais

refletem as contradições do Estado que são vividas, frequentemente no mais profundo deles mesmo, como se fossem dramas pessoais: contradições entre as missões, quase sempre desmedidas, que lhe são normalmente confiadas (BOURDIEU, 2006, p. 219).

Por outro lado – além de sofrerem com as consequências de uma visão neoliberal que afeta diretamente o tipo de trabalho realizado pelas profissionais do CRAM- elas demonstram muita autonomia e agência (ORTNER, 2007) diante dos desafios apresentados nesse campo profissional. Suas posturas de enfrentamento podem ser observadas não apenas no que diz respeito à violência contra as mulheres, mas também ao se depararem com os percalços entre os serviços das redes; as dificuldades a nível municipal e estadual; os limites na busca de mudanças no serviço e os próprios limites de cada uma no exercício de seus cargos ocupacionais.

Mesmo assim, cada profissional, atuando com suas atribuições profissionais, acreditam em seus esforços e nas suas “causas”, isto é, nas “lutas” diárias e no trabalho coletivo, que se propõem a realizar pelo enfrentamento à violência contra as mulheres.

4.3.3 “Mas o quê que a gente faz com essa mulher?” ou “A principal lacuna do Estado”

Muitas são as questões que mobilizam as mulheres profissionais a contestarem e reclamarem novas posturas das instituições municipais e estaduais no atendimento às mulheres vítimas de violência. Dentre elas, nenhuma me chamou mais a atenção do que a queixa em relação ao tratamento dado as mulheres com transtornos mentais. Nada me pareceu tão forte quanto os conflitos e a força por essa reivindicação. Em parte isso pode ter se dado pela minha formação enquanto psicóloga – com particular interesse pela saúde mental das mulheres; por nunca ter ouvido reclamarem tanto pela saúde mental de vítimas de violência; ou ainda por ser algo que ao meu ver - e das interlocutoras também - pouco se tem discutido ou tentado mudanças em relação a este tema. Acredito que tenha me sentido provocada por todos esses motivos.

Um das questões levantadas pelas interlocutoras podem ser subdivididas em dois principais questionamentos: a) Por que o Estado não discute a situação das mulheres com transtorno mental?; b) Por que não são implementadas casas especializadas para abrigamento dessas usuárias do serviço com transtornos mentais? Esses dois pontos são trazidos pelas profissionais como a principal falta e omissão do Estado. Elas apresentam indignação e apontam isso como “a principal lacuna do Estado”, tendo em vista que findam tendo de lidar com essas mulheres sem qualquer apoio estatal. Elas destacam ainda que essas usuárias na

maioria das vezes se encontram sem o apoio da família, sozinhas e correndo risco de morte. E mesmo diante desses contextos, o Estado não assume a tutela delas.

Isto se dá porque a política de abrigamento não engloba mulheres que não estejam em “pleno gozo da saúde mental”, segundo Ana. Diana, ao falar dessa questão questiona o que fazer sem nenhum suporte e sem ter um local para essas mulheres. “O que fazer com elas? Não tem casa, o marido é agressor. Vamos deixar ela voltar e morrer pela violência que sofre? Não dá”. O local desejado pela pedagoga seria algum abrigo ou outro tipo de serviço que fosse específico e exclusivo para as mulheres portadoras de transtornos mentais. Ana também aponta as dificuldades com o tipo de assistência a essas mulheres.

Maria - A gente só sente dificuldade porque aqui o Estado não tem casas para mulheres que são vítimas de violência com transtornos. Então a gente esbarra muito nisso, porque se a gente recebe uma mulher assim, a gente não tem como encaminhar ela pro Estado porque o Estado não tem uma casa pra apoiar. Eles têm uma resolução deles lá dizendo que ela precisa gozar de saúde mental porque elas vivem na casa com outras usuárias, então corre muito risco de acontecer, como já aconteceu, de uma usuária com problema mental atacar a outra.
(Maria, advogada)

Ana - O que eu acho que o Estado é omissivo, uma situação crítica, pra mim é uma situação crucial, é quando a gente pega uma mulher vítima de violência doméstica com transtorno mental, a gente não tem apoio do Estado. A lei, o regimento diz que a gente não pode abrigar essa pessoa por que um dos parágrafos diz que a pessoa tem que ter pleno gozo da sua sanidade mental. Mas o quê que a gente faz com essa mulher, joga ela na rua? Se não tem apoio do Estado, se não tem um lugar pra internação, se ela não tem família, a família jogou na rua, a família rejeitou, tá entendendo? Aí tem o CAPS. Nos CAPS, a mulher vai durante o dia, e de noite? Na república, não abrigam mais, porque teve algumas confusões sobre isso. Então, isso eu acho uma falha terrível do Estado porque ninguém tem culpa de ter nascido com transtorno mental. Tinha que ter um apoio, uma rede de apoio para o abrigamento e tratamento dessas mulheres. Eu acho.
(Ana, advogada)

Cláudia – Eu vejo muitas dificuldades, principalmente com a mulher vítima de violência doméstica e com transtorno mental. É a pior coisa que tem porque a gente não sabe o que fazer com elas, ninguém quer assumir. Então, isso é uma falha nas políticas públicas, isso chega a ser desumano.
(Cláudia, psicóloga)

A partir dos relatos de Maria, Ana e Cláudia, é possível perceber que elas apontam para o fato de que “ninguém quer assumir” as mulheres com transtornos. No “Márcia Dangremond”, as mulheres com transtornos mentais podem ser atendidas, mas ao precisarem ser abrigadas pelo Estado ou quando necessitam de outros encaminhamentos, esbarram com as principais dificuldades, segundo as interlocutoras. As profissionais citam quais instituições poderiam atendê-las, como o CAPS, que não oferece ou encaminha para abrigamento. Também reivindicam abertura e mudanças na organização dos outros serviços integrantes das

“redes de apoio”. Ou seja, questionam o porquê de nenhuma instituição assumi-las, mas por outro lado não propõem mudanças para que o CRAM Márcia Dangremond pudesse tornar-se um local adequado para este tipo de acolhimento por elas idealizado.

É possível também se observar nesses relatos aquilo que Rodrigues Junior (2010) chama de “jogo de empurra” entre diferentes esferas institucionais. As profissionais do CRAM se incomodam com as condições de atendimento às mulheres com transtorno e vítimas de violência e reclamam do descaso de outros serviços da rede, como o CAPS. Este órgão, por sua vez, apresenta suas limitações e as atende dentro de seu funcionamento, o que não inclui o abrigo, que é o que as profissionais do CRAM reivindicam. Outros tipos de abrigos no município já acolheram mulheres com transtornos, mas atualmente não o fazem mais, pois já apresentaram algumas dificuldades com essas usuárias e “passam a bola” para algum outro serviço. Há formas de exceção costumeiras. Por exemplo, o CRAM Márcia Dangremond, a priori, abrigaria mulheres apenas por 48 horas, mas há muitos casos em que as usuárias permanecem lá por quinze. Diante disso, seria necessário pensar tanto uma nova legislação; abrigos exclusivos, e mesmo um novo projeto que refletisse uma mudança na política e organização do serviço oferecido. Isto poderia possibilitar um melhor atendimento às necessidades das usuárias, inclusive daquelas com transtornos mentais.

Se mulheres com transtornos mentais também pudessem ser abrigadas no CRAM, sem muitos receios e restrições, como seria a atenção oferecida e intervenções realizadas com elas durante o seu abrigo? Será que as profissionais elaborariam muitas mudanças no funcionamento do serviço? Como seria o trabalho de cada profissional e da equipe interdisciplinar sobre essas temáticas: saúde mental-gênero-violência? Sem dúvidas, são questões que mobilizariam esforços de qualquer instituição que se propusesse a repensar paradigmas e formas de pensar além da violência e saúde mental.

No Brasil, o movimento de desinstitucionalização das pessoas com transtornos mentais “ganhou mais força” a partir de 1990, com o Movimento de Reforma Psiquiátrica e com novas políticas públicas (ALVERGA e DIMENSTEIN, 2006; AMARANTE, 1995, 1998; ANTUNES e QUEIROZ, 2007; CALDANA e PEGORARO, 2008; HIRDES, 2009; PITTA, 2011). Se formos analisar os papéis exercidos pelas mulheres durante essas décadas, as encontramos, majoritariamente, ocupando lugares de cuidado e dedicação aos seus cônjuges, filhos/as e familiares. Mulheres que se lançam em duplas jornadas de trabalho, abandonam seus empregos, restringem suas atividades e liberdades para poder acolher e ressocializar parentes e pessoas próximas de suas redes sociais.

Com isso, não pretendo avaliar se o papel da reforma psiquiátrica é “ocupar” somente as mulheres nessa tarefa de desinstitucionalização, ou afirmar que esse trabalho, de cuidado, tem sido feito com total sucesso pelas mulheres. O que pontuo é como esse movimento tem pensado as mulheres cuidadoras e mais ainda, as mulheres que precisam de cuidado. Nesse sentido, o CRAM Márcia Dangremond pode ser um dos locais que problematize o lugar da mulher vítima de violência e com transtorno mental. As profissionais desse serviço problematizam essa questão, mas buscam outro local que as assumam ou quando as assume temporariamente, não as inclui como mulheres que possam ser acompanhadas por esse serviço. No entanto, não deixam de refletir em propostas que facilite os processos de inclusão, para que elas possam ser abrigadas “adequadamente” a nível municipal ou estatal.

Caldana e Pegoraro (2008) também pontuam que algumas necessidades das mulheres têm sido negligenciadas pela saúde mental, como o período do pós-parto e comorbidades. A isto somo as mulheres com transtornos mentais e vítimas de violência. A relação entre violência e transtorno pode ser tão próxima, inclusive na opinião das interlocutoras, que algumas delas se pronunciam referindo a negligência de deixar mulheres com “sintomas” da violência doméstica sem atendimentos adequados. Isso, porque consideram que ao sofrerem violência, algumas das usuárias podem desenvolver ou potencializar algum transtorno mental. A violência, nesses casos, seria a própria causa do transtorno mental. Santos (2009) ao estudar o adoecimento psíquico em homens e mulheres, encontra forte relação de transtornos mentais em mulheres com as situações de violências sofridas por elas. Ela questiona na sua pesquisa se o número de mulheres vítimas de violências e que apresentam transtornos seria o mesmo se o Estado oferecesse aparatos adequados para lidar com a violência doméstica, ou ainda, se as atuais políticas públicas de saúde que lidam com a violência contra as mulheres estão ou não articuladas com a política de saúde mental brasileira.

Garcia (1998) pontua que o Estado, ao formular políticas públicas não é neutro. Sobretudo, ao considerar ou desconsiderar particularidades como gênero, raça e classe. As profissionais, interlocutoras neste trabalho, parecem partir dessa ideia ao reivindicarem demandas ao Estado. Elas demonstram persistência e alegam as conquistas por muito “terem ido atrás”. Ao mesmo tempo em que pretendem manter a “boa parceria” com a Secretaria da Mulher, apresentam o desejo de não perder a oportunidade de cobrar e lembrar de algumas omissões e faltas. A principal delas é a questão que estamos analisando: as mulheres com transtorno e o abrigo.

Ana - Eu fui pra uma palestra, um negócio que teve da saúde da Secretaria da Saúde, que a coordenação me solicitou que eu fosse e eu fui. Aí eu tive oportunidade de fazer uma pergunta pra uma pessoa do Estado bem engajada, sobre isso, da mulher com transtorno. Olhe, ele desconversou totalmente, disse que ia me responder, mas só faltou ele responder assim: “eu vou lhe responder por educação, mas isso não é um assunto que cabe aqui. Mas nós não temos realmente tal lugar, mas existe tal lugar que acolhe...”. Quando eu cheguei aqui e passei pra psicóloga Cláudia, ela disse que isso não procede, que esse lugar não acolhe, que esse lugar é como o CAPS, quer dizer, a pessoa passa o dia e a noite vai embora. E às vezes até acolhe, mas é acolhimento até uma semana no máximo.

Pesquisadora – Local de acolhimento emergencial é?

Ana – Emergencial. Só pra fazer o paliativo e depois mandar embora. Eu acho que é uma lacuna imensa do Estado com a mulher com transtorno mental.

Pesquisadora – Ana, você me falou sobre só ser permitido o abrigo as mulheres com pleno gozo da saúde mental, é isso?

Ana – Isso, como te falei antes, isso está na lei. Eu não sei ela decorada não, posso pegar pra te mostrar. Mas é na Maria da Penha.

Pesquisadora – É na Maria da penha, é?

Ana – Isso, na Lei Maria da Penha.

(Ana, advogada)

Maria - Então é uma dificuldade que a gente tem com as mulheres com transtorno mental. A gente pergunta sempre em palestras, ao Estado, sabe. Perguntamos como vão resolver, mas até agora não tem uma posição não né, como é que vai se resolver isso. É com as políticas deles lá, né.

(Maria, advogada)

Diana - A gente já cobrou, mas nunca chamaram a gente pra discussão, pra saber em que patamar está, se vamos realmente ter ou se já desistiram dessas mulheres. Mas cada encontro, formação que a gente tem com esses órgãos a gente questiona “e aí, as mulheres com transtornos, não tem onde serem abrigadas, elas vão ficar expostas na rua? Ela vai voltar pra casa e ficar vulnerável a violência novamente?”. Porque é pior a situação dessa mulher com transtorno, não tem quem acolha, não é verdade? Eles não dão essa resposta pra gente. Sabe que se precisa, porque a demanda é grande, se for fazer um levantamento vai ver que é urgente pra resolver esse problema, e até hoje a gente não tem. Faz dois anos que a gente teve a formação com o Estado, todos os CRAMs e a gente chamou pra essa discussão, pra gente ampliar, mas até hoje nada. Já várias outras formações mas, até hoje não se tocou mais no assunto. Então quem tá fazendo por isso são outros serviços que tem necessidade, são mulheres que são sensíveis a causa e eles não dão resposta. Mas não perdemos a oportunidade de falar. Agora mesmo né, nos nove anos da Maria da Penha, nas comemorações, a gente foi participar, mas fomos com essa pauta de reivindicar lá, que a gente não tá satisfeita não.

(Diana, pedagoga)

As reivindicações das profissionais são voltadas para as melhorias nas condições de atendimento e acompanhamento que desejam oferecer as mulheres usuárias do serviço. Ao reclamarem ao Estado, demonstram estar cientes das forças e desafios nas relações de poder e gênero que perpassam suas atuações; o serviço do CRAM e o Estado. São reivindicações feitas por mulheres para obter melhorias para outras mulheres.

Uma das formas de apresentarem agência (ORTNER, 2007) é nessa relação com as reivindicações. As profissionais declaram que vão permanecer reivindicando. “Vamos continuar cobrando”, ou, “é assim que conseguimos melhorias”, estão colocando que uma das

formas de terem força e conquistas é falando, reclamando. Durante o trabalho de campo, presenciei seus contentamentos e críticas para com as redes; Estado; com o próprio CRAM; e mesmo umas com as outras. Ainda assim também foi possível notar um traço em comum em todas as profissionais: elas atribuem aos seus cargos o papel de falar e de “lutar” pela causa que elas “abraçaram”. Cada uma, em sua função, busca exercer o reivindicar como algo que integra a rotina de atendimentos e abrigamentos realizados.

5 EQUIPES E SETORES NO CRAM: O TRABALHO DE CADA E O TRABALHO EM EQUIPE

Neste capítulo, serão abordadas discussões referentes à composição das equipes de trabalho do CRAM, as funções de cada profissão e como se dão os atendimentos interdisciplinares, além das trajetórias no campo profissional das interlocutoras desta pesquisa. O principal objetivo dessas análises é descrever as experiências profissionais das interlocutoras, para observar como as formações e experiências profissionais podem ser relevantes para seu cargo ocupacional atual.

Para o funcionamento do CRAM Márcia Dangremond, até o final do trabalho de campo, estavam contratadas profissionais em nove cargos ocupacionais diferentes. Os cargos eram: coordenadora geral, coordenadora do setor educacional, psicóloga, advogada, assistente social, educadora social, auxiliar de serviços gerais, auxiliar administrativo e vigilante. As educadoras sociais e os vigilantes formam a equipe de profissionais que trabalhavam em regime de plantão. Como já foi apresentado em capítulos anteriores, o cargo de vigilante é ocupado somente por profissionais do gênero masculino e é o único cargo que pode ser ocupado por homens, segundo as profissionais. Os plantões são cumpridos em um regime de 12x36 horas, ou seja, os/as profissionais trabalhavam por um turno de doze horas e folgavam nas seguintes trinta e seis horas. Assim, as quatro educadoras e os quatro vigilantes se revezavam nesse regime, entre os plantões diurnos e noturnos.

Dessa forma, esses/as profissionais formam as duas “equipes de plantão”, pois o funcionamento do CRAM durante as 24 (vinte e quatro) horas por dia é “sustentado” por esses dois cargos, já que entre as 18 (dezoito) horas e 7 (horas) da manhã ficam presentes na instituição apenas uma educadora social e um vigilante. As educadoras sociais ficavam responsáveis por realizar atendimentos e abrigamentos no horário da noite e madrugada, orientar as mulheres abrigadas em relação à alimentação, bem como monitorar seu comportamento ou assisti-las caso precisassem de algum tipo de apoio. Já os vigilantes ficavam responsáveis pela proteção do espaço físico do serviço, durante a noite e madrugada, além de recepcionarem as mulheres na entrada do serviço nestes horários.

As equipes e setores que compõem as “equipes das técnicas” são quatro, como já foi apresentado no primeiro capítulo: a equipe ou setor do educacional, psicológico, sociojurídico e financeiro/coordenação. Há essas quatro equipes compostas pelas diferentes profissionais, mas também há uma outra equipe formada que perpassa esses quatro setores: “a equipe

interdisciplinar”. As quatro equipes já foram descritas no segundo capítulo, mas explicito que a equipe de atendimento interdisciplinar conta com a participação de uma assistente social, psicóloga e advogadas.

Os tipos de admissão para se trabalhar no CRAM Márcia Dangremond são dois, relatados pelas profissionais: seleção simplificada realizada pela prefeitura de Olinda ou contrato 'por indicação'. A maioria das profissionais que compunham as equipes desse CRAM foram admitidas inicialmente por indicação, ou seja, quando havia vaga para algum cargo específico, alguma pessoa - que apresentava mais influência frente a outros/as profissionais para indicar alguém - as recomendava, por já conhecê-las e assim, a Secretaria de Desenvolvimento e Direitos Humanos as contratava.

Pesquisadora – E você trabalha aqui há quanto tempo?

Cláudia – Menina, quando cheguei aqui, antigamente né, porque agora não pode mais, eu cheguei como voluntária. Me chamaram pra voluntariar. Acho que vai fazer três anos. Primeiro eu entrei como voluntária e a partir da minha prática eles me contrataram. Eles viram pela prática se eu tinha perfil ou não, se eu dava conta do trabalho com violência.

(Cláudia, psicóloga)

Pesquisadora – E como foi que você começou a trabalhar aqui no CRAM?

Ana – O primeiro contrato foi por indicação, depois eu fiquei pela seleção, né.

Pesquisadora – A seleção simplificada?

Ana – Foi, teve a seleção depois. Aí quem era contrato teve que fazer o destrato e depois voltou. Assim a gente continuou, mas continuou pelo processo seletivo.

Pesquisadora – Renovou, né?

Ana – Renovou pelo processo seletivo.

(Ana, advogada)

Pesquisadora – Você começou a trabalhar aqui como? Qual forma de admissão?

Aline – Contrato, na realidade foi um currículo que eu deixei, aí fui chamada pra trabalhar na casa de passagem, administrativo também. Trabalhei um mês lá, aí por questões políticas, da diretoria que queria botar uma pessoa na Casa de Passagem, me tiraram de lá. Aí, uma outra pessoa da Secretaria disse “manda pro CRM, o CRM tá precisando de educadora”. Mas quando eu vi que o regime era de plantão, aí eu disse “não, pra mim não dá”. Aí no mesmo dia tinha chegado uma menina pra ser administrativo, eu pra educadora e ela, administrativo. Aí eu conversei com a educadora que pra ser educadora não me interessava, não ia ficar e ao mesmo tempo a pessoa que chegou pra o administrativo mal sabia ligar o computador. É porque não passa por uma conversa, pra ver se tem a ver, né, não passa. A pessoa que chegou pro administrativo já trabalhava em plantão, em outro estabelecimento, então era muito mais viável pra ela. Mas ninguém conversou, aí quando eu cheguei aqui ela falou: “Aline, eu vou tentar fazer a troca, se a pessoa aceitar você fica no administrativo e ela como educadora”, e foi o que aconteceu. Ela aceitou, porque pra ela era muito mais interessante, ela já trabalhava em regime de plantão. E até trabalhar aqui, eu não sabia que isso aqui existia.

(Aline, auxiliar administrativo)

Pelo relato de Cláudia, sua indicação foi realizada após um tipo de “teste” e adaptação ao trabalho. As admissões a partir do trabalho voluntário não são mais realizadas

pelo CRAM, mas a psicóloga Cláudia apenas informou que isso não acontece mais, sem se pronunciar sobre os motivos de que não se é mais permitido. Já na fala de Aline, foi exposto algo muito recorrente nesse tipo de contratação, segundo as profissionais, que é a indicação de pessoas que não têm conhecimento das funções que irão realizar, e que muitas vezes têm experiência prévia em outras áreas ocupacionais, mas não podem optar por algum cargo que se tem experiência ou maior disposição.

Aline já tinha conhecimento das funções de auxiliar administrativo mas foi indicada para atuar como educadora social, e presenciou outra mulher iniciando a atuação como auxiliar administrativo, tendo experiência como plantonista em outro local de trabalho. Dessa forma, percebe-se que nesses casos podem ser contratadas profissionais sem conhecimento dos cargos e das especificidades de trabalhar em um Centro de Referência, atendendo mulheres vítimas de violência. Algumas profissionais, incluindo Aline, relatam que, até trabalharem no CRAM, esse tipo de serviço e o enfrentamento a violência era algo desconhecido. Assim, não só o cargo ocupado é exercido pela primeira vez, mas a temática e os tipos de práticas também.

Outras profissionais foram contratadas a partir das seleções simplificadas abertas para a contratação de cargos ocupacionais específicos. Como foi o caso de Nara, Rafaela e Tereza. A média do tempo de atuação das profissionais é de um ano e meio.

Pesquisadora— como você começou a trabalhar aqui, Joice?

Joice – Foi contrato né, entrei por indicação de uma amiga, ela era da educação, mas não tinha vaga lá. Vai fazer três anos que tô aqui, já. Eu entrei aqui junto com Carmem, a coordenadora. Entramos juntinho, viemos no mesmo carro. Ela veio como pedagoga e eu como serviços gerais. Já era aqui né, nessa casa, na época. Era outra coordenadora e eram outras meninas (profissionais). A única que já tava na casa era Cláudia. Da minha época só Cláudia e Carmem mesmo. Cláudia já era no outro, voluntária no que era na outra casa ainda. Graças a Deus tá aqui pra contar eu, Cláudia e Carmem (risos), mas tem umas que já vai fazer dois anos né, como Maria e Ana.

(Joice, auxiliar de serviços gerais)

Joice relatou que as 'mais antigas' no serviço eram ela, Carmem e Cláudia. Relatou que quando iniciou seu trabalho no CRAM Márcia Dangremond, a psicóloga Cláudia já atuava desde que a sede do CRAM era em outro espaço, em outro bairro do município de Olinda. Já Cláudia pontua que acha que já está no CRAM há três anos. Algumas profissionais estavam perto de completar um ano de vínculo nesse serviço, e outras, dois anos. Isso devido ao tempo de contratação das seleções simplificadas e de seus contratos assinados ou renovados.

O fato das profissionais apresentarem essa média de tempo demonstra que a trajetória no CRAM é de curta duração, havendo um grande rodízio de profissionais na composição das equipes desse serviço. Um desses motivos é devido a contratação temporária, já que pela seleção simplificada o contrato é válido por um ano, podendo ser renovado por mais um ano. Ana, ao falar sobre isso também apresenta mais um fator que contribui para reduzir o tempo de trabalho no “Márcia Dangremond”. “A gente trabalha aqui no CRAM, posso ficar um ano ou dois, ou até mais. Por outro lado, se faltar verba, posso sair amanhã mesmo. Porque é imprevisível, a gente não sabe o dia de amanhã, se continuamos ou não”. Ela aponta a imprevisibilidade de recursos fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos.

O “rodízio” de profissionais que atuam no CRAM parece ser algo constante no funcionamento e organização do serviço. As profissionais sempre citavam histórias sobre “a época que tal profissional estava no CRAM”, “quando a educadora social era tal pessoa”, sempre remetendo a profissionais que saíram dos seus cargos há poucos meses atrás. As profissionais discutiram sobre o rodízio de profissionais integrantes das redes de atendimento, como delegados e outras/os gestoras/es, mas não problematizaram o rodízio das profissionais do próprio CRAM como obstáculo para continuidade dos trabalhos que elas se propõem, como as 'sensibilizações' de profissionais das redes. Por outro lado, sempre enfatizaram a importância de buscarem e permitirem que as profissionais do CRAM participem de formações e capacitações sobre violência contra as mulheres.

Durante o trabalho de campo, no mês de junho, as educadoras sociais Rafaela e Roberta foram convidadas a participarem de um curso que duraria alguns meses em uma ONG no município de Olinda. Elas precisariam se ausentar do trabalho durante uma sexta-feira e um sábado, de cada mês. A assistente social se dirigiu até a sala do setor educacional, onde estávamos sentadas: Rafaela, Diana e eu, e perguntou: “Qual o dia que vocês vão estar no curso mesmo? Só pra eu saber...” Rafaela respondeu quais dias e Tereza se retirou da sala. Diana, coordenadora do setor que as profissionais atuavam, pontuou: “Minha gente, se esses dias cair em um dos plantões de vocês, não tem problema, a gente dá um jeito. Eu venho cobrir o plantão de vocês, o mais importante é a formação. Participem sim, a gente dá um jeito”. Ela pareceu se referir a pergunta da assistente social e enfatizou que esses dias do curso não seriam problemáticos para o funcionamento do CRAM Márcia Dangremond. Na mesma manhã, do dia 29 de junho de 2015, ela ainda acrescentou, conforme registrado em meu diário de campo: “A gente tem que investir na formação. O tempo que tiver pra investir, investimos.

Isso é muito importante. Pois eu faço questão, se chocar o horário, eu venho no lugar”.

Assim, ao mesmo tempo que as profissionais parecem atuar em um curto período nesse serviço, as formações parecem estar presentes no “plano” de carreiras no CRAM Márcia Dangremond. Ao menos, esse “valor” está presente nas ideias da composição atual das profissionais, que apresentam uma coordenação e outros cargos que facilitam os processos de capacitações e se interessam em participar dessas atividades de formação profissional.

Nos tópicos seguintes, as questões relacionadas as atribuições das profissões no CRAM e as trajetórias e práticas das profissionais continuarão a ser discutidas. No 4.1, serão abordadas as diferentes atribuições de cada cargo e as relações de poder que as permeiam. No tópico 4.2, será apresentado como se organizam em equipes e o que dizem sobre os atendimentos interdisciplinares. Já no último tópico deste capítulo, o 4.3, será descrito um pouco sobre o “perfil das profissionais e suas trajetórias”, bem como suas motivações e conflitos relacionados ao trabalho.

5.1 O LUGAR DE CADA UMA

Neste tópico a discussão sobre as atribuições de cada profissional no CRAM perpassa as práticas das interlocutoras, mas sobretudo as falas e discursos promovidos sobre “o que cabe” a cada profissional, quais práticas são comuns a todas e como esses lugares são ocupados, segundo as profissionais. Cada cargo no CRAM Márcia Dangremond apresenta suas atribuições descritas no regimento seguido por esse serviço, o “regimento interno”.

As profissionais costumavam reforçar as funções, umas das outras, remetendo a esse texto, mas quando declaravam que o trabalho era em equipe, demonstravam o quanto as diferenças para elas nas atribuições eram tênues. Essas afirmações de “diferenças de lugar ocupado” eram enfatizadas em momentos que considere bastante estratégicos, principalmente quando buscavam chamar alguma profissional 'a sua responsabilidade', as cobrando ou se queixando de algo. Essas diferenças de papéis exercidos também eram mais bem delimitados quando se referiam a cargos que não integravam a equipe interdisciplinar, como as educadoras sociais, vigilantes, auxiliar de serviços gerais e auxiliar do administrativo. Isso, devido ao discurso que na equipe interdisciplinar o conhecimento e prática são compartilhados, cada profissional exercia um pouco do que cabia a outra.

Mesmo que cargos ocupacionais, como os vigilantes, não integrem a equipe interdisciplinar, as suas práticas poderiam ser “confundidas” com de outra profissional em

determinados contextos. Relato uma cena registrada em meu diário de campo em 03 de julho de 2015. Em uma manhã, uma usuária do serviço chegou para o atendimento com a psicóloga Cláudia e a aguardou na sala de espera. Essa usuária veio acompanhada de um homem, que posteriormente soube que era o seu noivo. Eles entraram no serviço e aguardaram assistindo televisão. Nesse momento, eu já tinha conhecimento da regra “homens são proibidos de passarem do terraço do CRAM”, porém percebi a atitude de permissão para que esse homem estivesse naquele local, e continuei observando a cena. Eu estava na sala do setor educacional, que tinha uma visão ampla do movimento na porta de entrada do terraço para a sala de espera. Como a sala do setor estava aberta, tanto Rafaela como Diana e eu pudemos observar a cena.

Os dois então cumprimentaram o vigilante e se acomodaram. Após dez minutos, mais ou menos, as profissionais se reuniram e comentaram com Diana sobre o fato de ter um homem na sala do CRAM. Ela pontuou assertivamente “Não é por que ela é minha sobrinha que vou tratá-la diferente não. Se aqui ela é usuária, é pra ser tratada como usuária. A questão envolve a autoridade e responsabilidade de quem vai tirar esse homem, e quem é responsável por isso tá aqui e é seu George. Cabe a ele, tá no regimento”.

Nesse momento entendi que o clima de espera em torno de um posicionamento de Diana era por que a usuária do serviço pertencia à sua família. Em seguida, uma das educadoras sociais se dirigiu até George e apontou para o homem na sala de espera. O vigilante se aproximou, explicou a regra e pediu para que ele aguardasse lá fora. Mas também ponderou, sorrindo “ Pode ficar aqui comigo, na entrada. Tem uma cadeira aqui”. O homem imediatamente se levantou do sofá e acompanhou George até a cadeira próxima a mesa, tipo gabinete, que George costumava sentar-se.

Essa foi uma situação que demonstraram aguardar da coordenadora Diana uma intervenção de abordagem ao noivo de sua sobrinha, inclusive pelo vigilante George. Naquele momento não o questionei, mas pela sua atitude pareceu está ou permitindo a presença do homem ou está mesmo no aguardo de Diana. Por mais que as profissionais mantivessem seus discursos em torno da colaboração nas atribuições das outras profissionais, como apoio e ajuda ao trabalho de todas, para Diana, aquela situação era uma oportunidade de estabelecer limites entre seu papel no CRAM, a do vigilante e ao tratamento 'não diferenciado' que ela queria manter para a mulher atendida, que era sua sobrinha. Assim, aponto que essa é uma das situações de 'lembrança' e reafirmação estratégica das atribuições de cada profissional.

Durante as entrevistas, algumas profissionais descreveram suas funções de forma bastante especificada, apresentaram papéis diferenciados do seu exercício em relação a outras

profissionais, sem comparações entre as diferenças. Foram os relatos de Roberta, George, Aline e em alguns trechos, o relato de Cláudia.

Roberta – Eu sou educadora social e faço o acolhimento das usuárias. A partir do momento que elas chegam aqui nós a acolhemos e protegemos ela do agressor. Esse agressor pode ser o pai dela, filho, mãe, marido ou companheira. Também pode ser uma agressora, nós atendemos, aqui não temos preconceitos. Meu papel é esse né, o de acolher, dar atenção e suporte às mulheres.

(Roberta, educadora social)

Cláudia – Mas qual papel da psicologia, o meu papel? As mulheres chegam muito fragilizadas, principalmente emocionalmente. Porque eu vejo que tem a dor física, mas a dor da alma costuma ser bem mais forte. As pessoas as vezes enxergam de uma forma muito prática. “ah, por que ela não trabalha?”. Certo, não trabalha, mas vamos ver o que tem por trás desse não trabalhar. E você percebe que sempre tem uma dependência emocional muito grande. Então o papel do psicólogo é justamente trabalhar essas questões, essas dificuldades que essas mulheres têm de se olhar e perceber como pessoas que podem ser independentes e não significa que não precisem estar com seus companheiros, é trabalhar a autonomia, e no meu caso, principalmente a autonomia emocional, onde ela possa enxergar que existe o outro, mas ela também existe, e que o outro não é o centro da vida delas. E o trabalho é pra isso, pra que elas minimamente percebam que elas podem ir além, que elas têm voz, que podem dizer sim, que podem dizer não, que elas não precisam aceitar tudo que lhes passar, que elas podem questionar. É um trabalho com a autonomia emocional, psicológica e também nas outras áreas. E outra coisa também, que a gente trabalha dando suporte, fazendo encaminhamentos. Seja pra família, as vezes a família também precisa de atendimento. Uma vez atendi uma família pra ver como eles poderiam dá um suporte, atendimentos em outras instituições. Mas o objetivo principal é esse, mostrar que elas podem fazer escolhas e que uma das escolhas foi estar nesse lugar e que existe uma responsabilidade, mas não pra elas ficarem se martirizando ou se culpabilizando, mas pra saber que elas têm o direito. Mas basicamente é isso. Mas não é fácil, porque muitas começam, se permitem e outras se fecham, não permitem ser trabalhadas. E eu respeito o limite do outro, se ela não quer, eu não posso fazer nada. Então a base do trabalho do psicólogo, do meu trabalho é esse, o respeito. Até onde o outro deixa levar e até onde ele quer ir. E a gente também trabalha de onde começa a violência, porque as vezes se pensa que começa quando se entra nessa instituição, e as vezes a violência vem de muito tempo. Então trabalha de onde começa essa violência. Eu trabalho com elas, como foi que esse homem te olhou desde o início, como foi? Ah, vestiu uma roupa e não gostava, tinha amigos e não deixava. E pergunto se isso também não seria violência, você não tem direitos de fazer suas escolhas, entendeu? Pra elas perceberem que a violência não é só quando eles batem. Porque quando batem você vê externamente, mas quando a violência é psicológica você não enxerga. Então essas coisas que muitos fazem sutilmente “ah, faço isso porque eu amo” aí eu questiono “o que é o amor”? “Que amor é esse que precisa subjugar”? “Que amor é esse que você não pode vestir algo que gostaria ou de ter os seus amigos”. Então é pra buscar justamente onde começa a violência, porque as pessoas não sabem, acha que isso é cuidado, se ele chega e diz “tira essa roupa”, é cuidado. Que cuidado é esse? Então, assim, eu trabalho sempre no questionamento, pra que elas possam refletir, não atendo ninguém com nada pronto, pra dizer é assim, assim, assim. Não. Em alguns momentos elas precisam de uma forma pedagógica, mas geralmente é pra que elas mesmas se questionem e tirem suas próprias conclusões, a partir do que elas estão vivenciando. Se aquilo é algo bom, algo positivo, se é algo que dá paz, se é algo que não é.

(Cláudia, psicóloga)

Tanto o relato de Roberta quanto o de Cláudia, apresentam palavras relacionadas ao cuidado como acolhimento, respeito, atenção e mais um termo que é adotado constantemente quando se referem as suas atribuições, o 'suporte'. Todas as educadoras falam do suporte e orientação que dirigem as usuárias do serviço. A psicóloga trata do suporte emocional, a assistente social cita o suporte nos encaminhamentos, as educadoras sociais mencionam o suporte no dia a dia das mulheres abrigadas. O conceito de suporte ou suporte social é bastante empregado em trabalhos na área da saúde (ABREU-RODRIGUES e SEIDL, 2008; ALVAREZ et. al, 2012; BARBOSA et.al, 2009, 2010; CARVALHO e SILVEIRA, 2011; ORNELAS, 1994; RODRIGUEZ e COHEN, 1998; SIQUEIRA, 2008).

O significado de suporte está relacionado às redes sociais que a pessoa está inserida. Trata-se dos recursos materiais e psicológicos ofertados a pessoa através do apoio de familiares, amigos, grupos e instituições (RODRIGUEZ E COHEN, 1998). É um conceito multidimensional que envolve desde uma informação oferecida até uma ajuda financeira (BARBOSA et.al, 2009). Os trabalhos realizados para analisar o suporte social em grupos e pessoas são relacionados, em sua maior parte, as análises de grupos de apoio e suporte ofertado pelos serviços de saúde a pacientes de diferenças doenças e transtornos. O significado desse termo se aproxima do 'suporte' utilizado pelas profissionais do CRAM.

O que observei desde o início é que o termo suporte é mais uma expressão utilizada na área da saúde, que um serviço da rede de assistência social como o CRAM se 'apropria'. Assim como a ideia de equipe interdisciplinar. Retomando ao suporte, também observei que ele parece substituir o que antes indicava cuidado. As profissionais não cuidam das mulheres vítimas de violência e nem as auxiliam, elas lhe dão 'um suporte'. Este, podendo envolver a alimentação, ajuda financeira, diálogo, entre outros, de diferentes ordens.

Em alguns relatos sobre seus papéis no CRAM, as educadoras sociais descreveram suas funções sempre destacando que precisam sempre ter a permissão das 'técnicas' ou realizavam alguns tipos de intervenção apenas se as técnicas não estivessem presentes. Elas relataram suas funções, mas enfatizaram essa demarcação do que fazem ou não, relacionando as profissionais que compõem a equipe interdisciplinar.

Nara – O meu trabalho é de recepcionar as usuárias. No primeiro momento acolher ela né, sempre tem uma técnica de referência, quando não tem uma técnica nós educadoras que fazemos essa função. Quando eu estou só, como agora a noite, eu a recepciono, acolho, faço o primeiro atendimento e é claro fazendo as observações para o psicológico, jurídico no dia seguinte. Se necessário abrigar, até as 48 horas, ou então realizar encaminhamentos. E minha função é de estar conversando, orientando, vendo as necessidades de cada uma delas. Realizamos as escutas,

fazemos os contatos com a alimentação, as acompanho a delegacia, IML, quando necessário. Quando elas chegam, elas recebem um kit de higiene pessoal, com lençol e tudo direitinho.

(Nara, educadora social)

Rafaela – O papel da gente aqui é de dar suporte. Quando chega uma usuária e a gente dá esse suporte, primeiro de 12 horas e dar o suporte pra pedir alimentação, acompanhar em delegacia, acompanhar em médico, e se for uma coisa que é da ossada mesmo da gente. A gente acompanha pra fazer um B.O., acompanha pra o IML. A gente dá uma assistência assim, porque na hora de fazer o B.O. elas que falam, elas que explicam tudinho, né. O que a gente faz é pedir a medida protetiva, encaminhar, é uma continuidade do B.O.. Se houvesse necessidade de uma intervenção maior seria as meninas, sabe, que são técnicas. O nosso suporte é que chega uma usuária aqui e a gente prepara um kit que a gente dá, de higiene, escova, lençol, toalha. A gente abriga e se não tiver nenhuma técnica a gente faz o primeiro atendimento, que é a escuta dela né, a gente anota o primeiro atendimento, se não tiver técnica. Porque aí elas formam o grupo né, a psicóloga, a assistente social, a advogada, podendo elas fazerem individualmente também né, se não tiverem todas lá. Mas a prioridade é que elas façam o primeiro atendimento, nos dias de semana. Nos finais de semana, elas não estão, aí a gente faz. Nada impede da gente fazer o primeiro atendimento.

E – E tem alguém que é responsável por fazer o abrigamento das mulheres?

M – Qualquer uma da gente faz o abrigamento. Que é a recepção delas né, quando elas chegam. Que elas chegam, fazemos o abrigamento e mostramos o espaço, falamos sobre as regras da casa, porque tem as regras né. Não pode tá com celular, pra não tarem ligando, aí o celular fica na sala da coordenação. Se houver alguma necessidade, com a autorização de alguma técnica, elas podem ligar e com a gente por perto. Pra não falarem onde estão né, o serviço é sigiloso, aí qualquer coisa soltar pra pessoa onde ela tá né, não pode.

(Rafaela, educadora social)

As atribuições das educadoras sociais são permeadas pela presença ou ausência de outras profissionais. Elas exercem diferentes funções, mas as ações vão ser preferencialmente realizadas por uma profissional 'técnica'. Há uma certa divisão entre as “profissionais do setor educacional” e “as profissionais 'técnicas’”.

Essa segmentação é observada sobretudo nas atribuições das educadoras sociais, bem como nos relatos de profissionais que buscam conhecimento nas áreas de profissionais também de curso superior e que integram a equipe interdisciplinar. Tereza afirma: “Aqui é assim, ó, não tem isso de ninguém é melhor do que ninguém. Todo mundo é igual. Não é por que você é advogada que não saí do seu lugar para o lugar de psicóloga. Não é por que você é assistente social que não saí pro lugar de pedagoga, tá entendendo?” As mulheres profissionais do CRAM atuam em um espaço que dentro das redes de atendimento e enfrentamento lidam com homens e mulheres, com barreiras institucionais e pessoais. Elas são discriminadas e relatam com revolta e indignação essas situações.

Elas também disputam lugares que legitimem os seus exercícios profissionais. No

CRAM , uma das formas que as profissionais demonstram para garantir poder e legitimidade é através dos seus cargos ocupacionais. Todas elas são mulheres, mas mulheres ocupando diferentes lugares na hierarquia social do trabalho. Ao menos nas relações dentro do serviço CRAM, as estratégias de busca por poder envolvem sobretudo, as atribuições do cargo que ocupam.

5.2 O “OLHAR GERAL” E O ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR

Os atendimentos interdisciplinares são realizados por volta de dois anos no CRAM Márcia Dangremond. Esse tempo é relatado de maneira incerta e apontado como uma estimativa pelas profissionais. Quem afirmou com mais convicção sobre esse tema foi a assistente social Tereza, estabelecendo que a equipe interdisciplinar atua durante esse tempo, já que começaram logo após sua entrada no serviço. “Foi há dois anos porque quando eu entrei já tinham esse pensamento, mas começaram comigo aqui, já que antes tavam sem assistente social”, afirmou Tereza.

Antes o atendimento era realizado por cada profissional em momentos separados, junto a usuária do serviço. Afirmaram que primeiramente a usuária era atendida pela educadora ou assistente social, logo após pela psicóloga e, por último, pela advogada. Quando a mulher não era atendida por todas essas profissionais, cada uma delas repassava seus relatos para que as outras pudessem registrar suas observações e realizarem os encaminhamentos cabíveis. A advogada, Maria, enfatiza o quanto os atendimentos melhoraram a qualidade após começarem a atuar como equipe interdisciplinar. “As mulheres vinham fragilizadas e precisavam falar pra uma, duas, três profissionais. Quer dizer, era reviver o trauma várias vezes, né. E sem falar que quem repassava os atendimentos, nem sempre era muito fiel ao que foi dito”.

Nesta declaração, a interlocutora também faz uma observação apresentando mais um lado positivo em relação a equipe interdisciplinar: as três profissionais “técnicas” responsáveis pelo atendimento – a psicóloga, assistente social e advogada – escutam a mulher usuária do serviço ao mesmo tempo e interpretam cada uma ao seu modo, e de acordo com suas abordagens. Ao ouvir os repasses a partir de outra profissional – como ocorria anteriormente - já estariam tendo contato apenas com a interpretação da primeira.

A maioria dos trabalhos relacionados a equipes interdisciplinares são realizadas por pesquisas e serviços da saúde. Seja nesse campo profissional ou na rede assistencial, a interdisciplinaridade é mais presente no campo do desejo do que nas práticas cotidianas (COSTA, 2007). No trabalho de Nogueira (1998) é apresentada a definição de equipe no contraponto a ideia de interdisciplinaridade. A equipe seria “um grupo de pessoas que desenvolve um trabalho de forma integrada e com objetivo comum, com interdependência, lealdade, cooperação e coesão entre os membros do grupo, a fim de atingirem maior eficácia nas suas atividades” (MEIRELLES *apud* NOGUEIRA, 1998, p. 05-06).

A interdisciplinaridade impõe, necessariamente, o estabelecimento de vínculos de integração no processo de trabalho, ainda que no plano teórico não haja uma articulação efetiva. Assim, interdisciplinaridade é mais do que a simples comunicação, podendo ser vislumbrada quando a comunicação ou diálogo sobre e entre saberes e práticas gerar uma integração mútua, constituindo novos saberes e novas práticas que busquem a resolução de um problema concreto. (NOGUEIRA, 1998).

As profissionais também defenderam a “escuta à mulher usuária exclusivamente pelas técnicas”. No início do trabalho de campo, conforme registrado em meu diário de campo no dia 09 de junho de 2015, durante uma tarde no CRAM, fiquei sentada na sala de recepção enquanto uma mulher usuária aguardava Cláudia chamá-la para o atendimento psicológico. Me aproximei, a cumprimentei e comentei sobre o programa de televisão que ela estava assistindo. Ela me respondeu sorrindo, mas em poucos minutos demonstrou estar aflita e me revelou está muito aperreada, passando a relatar algumas de suas dificuldades. Em pouco tempo, ela se encontrava emocionada e com lágrimas nos olhos. Eu permaneci na sala e desejava ouvi o que ela me relatava, mas não deixei de perceber que durante aqueles poucos minutos Diana se dirigiu duas vezes a sala, observou e acenou para a educadora social Rafaela, que se encontrava na sala do setor educacional.

Nessa “fase” do trabalho de campo, eu gostaria de saber o que era permitido ou não a mim como pesquisadora no CRAM Márcia Dangremond. Já havia me comprometido em manter o sigilo e preservar a identidade de cada mulher usuária do serviço. Assim, ao perceber a diferente “movimentação” entre as duas profissionais, aguardei que elas me abordassem para escutá-las sobre o que as incomodava no meu comportamento. Eu também me assegurei que naquele ambiente não havia mais ninguém, para que o relato da mulher não fosse exposto a pessoas desconhecidas do cotidiano do serviço.

Depois que a mulher usuária do serviço finalizou, me despedi e fui até a sala do setor educacional. Após me sentar em uma cadeira ao lado de Rafaela, Diana se dirigiu a mim: “Olha, a gente toma muito cuidado para nunca conversarmos com as usuárias. Quando elas chegam aqui, elas só podem falar com as 'técnicas’”. Logo após escutá-la, pontuei que havia compreendido e que tomaria esse cuidado. Mas também expliquei que a cumprimentei e que ela apenas falava de algo que a estava angustiando no momento, então Diana complementou “É, eu sei, geralmente quando elas chegam querem falar do que elas estão passando, mas é melhor deixar que as “técnicas” ouçam elas, pra elas não repetirem e repetirem os seus problemas, antes do atendimento”.

Depois desse momento busquei ter mais cautela nas aproximações com as mulheres usuárias do serviço, mas sobretudo, busquei compreender melhor o porquê delas preferirem dar exclusividade a escuta apenas pelas “técnicas”, e também o que significava essa “escuta priorizada”. Os apontamentos referentes a essa discussão foram realizados no tópico anterior, ao se discutir a busca pelo poder e legitimação pelo cargo ocupado. Por outro lado, a 'escuta priorizada’ também demonstra se configurar como mais uma das estratégias de se manter o sigilo e preservar as identidades das mulheres usuárias do serviço. Além disso, elas demonstram uma maior confiança nas abordagens realizadas pelas 'técnicas', no sentido de garantir um atendimento de 'melhor qualidade'.

Ao perguntar sobre a função de cada uma, descrevem de forma detalhada e com aspectos particulares sobre seus cargos, ao mesmo tempo, não deixam de apontar a frequência que necessitam “agir como outra profissional”, ou seja, a assistente social atuar como pedagoga, psicóloga atuar como advogada, como exemplos. Essas declarações, de “ocupar o papel da outra” é presente nos relatos de todas as profissionais que compõem a equipe interdisciplinar. Mas ao serem questionadas como isso ocorre e quais procedimentos, elas apontam mais para o porquê, as razões para que atuem dessa forma.

Cláudia – É porque as vezes a gente faz a função de todas, as vezes né. De uma certa forma, porque as vezes o psicólogo pode fazer o papel de um advogado, o advogado de um psicólogo ou de uma assistente social.

Pesquisadora – E como vocês trabalham assim? Psicóloga como advogado ou como assistente social?

Cláudia – É porque muitas vezes, mesmo tendo uma posição, não necessariamente a gente faça só isso, só uma coisa. Algumas vezes a gente adentra o papel do outro, com respeito, pra ajudar um ao outro. Isso é preciso para facilitar o trabalho.

(Cláudia, psicóloga)

Carmem - Veja, eu como coordenadora não domino a questão jurídica, a questão social, muito menos a questão psicológica. Mas eu tenho que lidar com essas profissionais. Então, de certa forma, pra orientar esses profissionais na área de

violência contra a mulher eu tenho que entender um pouco cada um deles.

Pesquisadora – E como você busca entender cada área?

Carmem – Eu dialogo. Eu tô sempre perto, conversando, buscando estar sempre por dentro dos atendimentos, né.

(Carmem, coordenadora geral)

Maria – Eu aqui dentro do CRAM, eu sou advogada e trabalho no setor jurídico, que é receber as usuárias, como todas as outras técnicas. É de recebê-las, fazer o primeiro atendimento, orientá-las juridicamente, acompanhar os processos, acompanhar em delegacia, acompanhar em questões jurídicas, né, acompanhar em IML. Então, basicamente é o que o setor jurídico faz. Mas não se limitando só no jurídico, porque muitas vezes nós fazemos parte do social, do psicológico. Como a gente tem um atendimento interdisciplinar, a gente tenta atender as três técnicas, o social, o psicológico e o jurídico, a gente tá sempre a par dessas questões.

(Maria, advogada)

A partir das falas, principalmente de Carmem e Maria, pode ser percebido que integrar o setor psicológico, social e jurídico, ao mesmo tempo, está relacionado a conhecer as técnicas e procedimentos de cada profissional. Essa perspectiva é relacionada ao conhecimento dos diferentes cargos ocupacionais, e também dos procedimentos que realizam. Assim, envolve o conhecimento teórico e prático das três profissões: direito, psicologia e serviço social. Ao diferenciar a multidisciplinaridade da interdisciplinaridade, Costa (2007) pontua que a relação entre esse tipo de equipe vai além da comunicação, e se diferencia pelo nível de integração entre as/os especialistas.

A multidisciplinaridade implica uma justaposição de diversas disciplinas. Não pressupõe, necessariamente, trabalho em equipe e coordenação. Na multidisciplinaridade, bem como na pluridisciplinaridade, não se acordam conceitos e métodos. A segunda implica um nível maior de relação entre as disciplinas. A interdisciplinaridade é conceituada pelo grau de integração entre as disciplinas e a intensidade de trocas entre os especialistas; desse processo iterativo, todas as disciplinas devem sair enriquecidas. Não basta somente tomar de empréstimo elementos de outras disciplinas, mas comparar, julgar e incorporar esses elementos na produção de uma disciplina modificada. (COSTA, 2007, p. 109)

Ao atender uma mulher vítima de violência, na presença das três “técnicas”, elas convidam a mulher usuária do serviço a se dirigir a sala do setor sociojurídico para realizar a escuta. Elas utilizam apenas um formulário, que é a ficha de primeiro atendimento. Quando as três não podem atender conjuntamente, duas ou apenas uma ‘técnica’ ou educadora social realiza o atendimento, com a mesma ficha de atendimento e fazem as mesmas perguntas referentes às demandas da ida ao CRAM. Os atendimentos costumam ocorrer na sala do setor sociojurídico por ser mais espaçosa e confortável, segundo as interlocutoras.

Durante o trabalho de campo, presenciei poucos atendimentos interdisciplinares sendo realizados na instituição. O que ocorria mais frequentemente era que uma ou duas

profissionais estavam disponíveis para atender a usuária, e na maior parte dessas vezes, apenas um educadora as recebiam. Em nenhum desses momentos, a minha presença foi permitida. A coordenadora Carmem me afirmou que o atendimento interdisciplinar era a etapa de maior cuidado e sigilo no trabalho do CRAM, e que por já estarem presentes duas ou três profissionais, as usuárias poderiam se sentir constrangidas por muitas pessoas as escutando. Sobre a reunião de três das profissionais da equipe interdisciplinares, elas relatam:

María – Funciona bem o atendimento interdisciplinar, viu. Quando é só uma pessoa que atende pra passar o que a usuária relatou, já não passa tão fielmente, né. Aí pra não ouvir uma vez e depois ela voltar, reviver todo um trauma, então a gente tenta amenizar numa escuta só. E conforme a demanda, cada setor vai solucionando a sua área e a gente vai juntando.

Pesquisadora – E tem dado certo assim, o atendimento às usuárias?

María – Tem, tem. As vezes fica impossibilitado de atender nós três juntas, os três setores juntos, né. Porque assim, as vezes o psicológico pode tá em atendimento sistemático e aparece alguém de última hora, aí não vai poder sentar pra atender junto. Aí, atende o social com o jurídico ou o social com o psicológico, porque o jurídico pôde ter ido pra alguma audiência ou acompanhar a usuária em alguma situação externa, sabe. Mas o primordial é tentar atender as três juntas.

(María, advogada)

Tereza – Eu agradeço muito a Deus por trabalhar aqui. Não existe isso de melhor aqui não, é uma equipe mesmo. A gente trabalha com gente humana, com humanização. Aqui não tem maior nem menor. Trabalha todo mundo num barco só, um completa o outro. Não é porque ela é advogada que não cai do pedestal e faz o social, ela é psicóloga e faz o jurídico, eu que sou assistente social e o que eu puder fazer ao meu alcance, eu faço. Eu faço encaminhamentos pro jurídico, sabe. Então, eu acho que trabalha as três assim, em harmonia. Temos uma coordenadora que na hora de chamar a atenção ela chama, na hora de ensinar também, ela ensina. Porque eu cheguei aqui sem saber, porque você ser educadora social, orientadora é uma coisa, já você ser técnica e quando se torna uma assistente social, aí muda de figura. Eu não tinha experiência de assistente social, eu tinha nesse parâmetro né, mas como assistente social foi meu primeiro emprego.

(Tereza, assistente social)

O “olhar geral” está relacionado ao conhecimento e preparação que as profissionais possuem ao trabalharem no CRAM. Independente de suas formações profissionais, elas aprendem atuando nesse serviço como elas precisam atender inicialmente, a acolher as mulheres usuárias e realizar encaminhamentos a partir desse primeiro contato com elas. É o que é dito por Diana, que sendo ou não técnica, ou na ausência delas, esse “olhar” está presente, pois as profissionais já sabem o que é para ser feito. Tanto essas atribuições referentes ao “olhar geral”, quanto as atribuições da equipe interdisciplinar parecem ser bem compartilhadas pelas profissionais, mas nem sempre “fácil” de serem descritas por elas.

Diana - Então assim, independente de quem tá aqui, de qual profissional né, se sabe como funciona a dinâmica de cada setor, então já tá identificando a demanda daquela mulher. Pra onde ela vai e do que ela precisa. A partir do primeiro atendimento quando a gente tem esse olhar, ao entrar a mulher, a gente agiliza a entrada dela aqui, isso é independente se as técnicas estão em atendimento. A gente dá logo esse atendimento, já vai logo acolhendo, a partir da porta de entrada. Então, o que a gente pode agilizar de imediato pra aquela mulher a gente agiliza. Porque muitas vezes elas chegam fragilizadas aqui, muito ansiosas pra resolver seus problemas e a gente começa a esclarecer, a propor, até acalmar essa mulher e então todos os setores e todos os funcionários daqui têm esse olhar. Então, a partir daí a gente tem o olhar geral e mantém a organização né, a sintonia entre as educadoras e as outras profissionais. A gente tenta repassar pra cada plantão, quem não estava na casa (no serviço), a gente repassa quando está e as demandas que vão ser necessárias.

(Diana, coordenadora do setor educacional)

Esse “olhar geral” também está presente no “Regimento interno” do CRAM Márcia Dangremond. Ele não é a caracterização do que vem a ser o atendimento interdisciplinar, mas sim do que são as práticas comuns a todas as profissionais, e diz respeito ao tipo de acolhimento, humanização do serviço e garantia do sigilo. No regimento, essas prerrogativas que indicam as atribuições gerais a todos os cargos são: todos devem desenvolver as atribuições e competências para as quais foram contratados; os membros de cada setor deverão exercer suas atividades primando pelo respeito à pessoa, urbanidade, pontualidade e assiduidade; todos devem cuidar dos equipamentos e recursos do centro; realizar atendimento humanizado a mulher em situação de violência; garantir sigilo.

Sobre a avaliação das profissionais em relação a comunicação entre as equipes, elas descreveram muitos aspectos positivos. Apontam o que consideram como “ponto forte” no trabalho delas e falam de forma mais generalizada a respeito das dificuldades e aspectos negativos. Elas nunca citaram dificuldades com profissionais apontando nomes ou cargos específicos durante as entrevistas. Já no cotidiano, algumas vezes falavam de algo que aconteceu e de que não gostaram, citavam nomes e criticavam, mas nunca percebi que as diferenças ou as dificuldades entre elas gerava algo que as afastassem uma das outras, na atuação profissional ou pessoal.

Nara – Assim, pra mim o trabalho entre as equipes é tranquilo. Eu gosto do que faço, mas é claro que trabalhar com pessoas é complicado, tem suas dificuldades e tem suas facilidades, tem o compartilhamento entre as profissionais. A gente sempre tem sintonia, tem algumas discórdias, mas é uma equipe muito boa, muito unida.

(Nara, educadora social)

Ana – Aqui no CRAM eu acho a equipe muito empenhada, muito comprometida. Tem exceções, né, que a gente sabe que tem em todos os serviços. Em todo serviço tem aquela pedrinha que fica meio desencaixada do quebra cabeça, mas assim, como a grande maioria colabora pra coisa acontecer, acaba a gente cobrindo uma falha aqui, outra ali, sabe? Então, eu acho que a equipe aqui é uma equipe que dá conta do

recado.
(Ana, advogada)

Já em relação a opinião sobre o trabalho entre a equipe interdisciplinar em específico, as profissionais defendem esse tipo de “formação de equipe”, apontando como principal fator para a diminuição de hierarquias e afirmando que é a melhor forma de atendimento para as mulheres usuárias. Elas pontuaram que os motivos para manterem os atendimentos interdisciplinares é pela diminuição dos momentos que o “revivem o trauma” da mulher, que poderia ser apontado como forma de evitar a sua (re)vitimização. A revitimização ocorre a partir do contato da mulher vítima de violência, nesse caso, com profissionais ou serviços que a desrespeitem, em suas intervenções e discursos. Esse tipo de situação, a violência institucional, parece ocorrer devido a não conformação de uma rede de atendimento, locais que apresentem mau funcionamento, como também a falta de preparação dos profissionais (AUGUSTO e VASCONCELOS, 2015).

As profissionais demonstram testar novas formas que garantam um melhor atendimento para as mulheres vítimas de violência, e que também facilitem o exercício de seus cargos ocupacionais. A busca pela padronização – o “olhar geral”, a existência da equipe ou atendimento interdisciplinar apontam como exemplos dessas tentativas. A padronização com o “olhar geral” me remete não há uma redistribuição das atribuições das 'técnicas' para as educadoras sociais, e sim uma forma de aproximação desses exercícios para lidar com a constante ausência das primeiras.

As advogadas frequentemente acompanham as usuárias em delegacias, varas de violência, IML ou em audiências. Já a assistente social realiza visitas semanalmente, e a psicóloga atende muitas mulheres de forma sistemática, em formato de psicoterapia. As profissionais que mais se encontram “disponíveis” para o acolhimento das mulheres e primeiro atendimento; bem como, ao acompanhamento das usuárias abrigadas, são as educadoras sociais.

Elas são as profissionais que apresentam suas atribuições bem delimitadas, nos seus discursos, no “regimento interno”, mas executam a maior parte, apenas se uma das 'técnicas' não estiverem presentes na instituição. Há uma grande valorização das profissões que exigem curso superior completom nesse serviço, e elas ocupam um lugar de maior autoridade no CRAM Márcia Dangremond. Em nenhum momento, as 'técnicas' parecem se isentar de alguma de suas atribuições, mas buscam lidar com estas, redistribuindo seus papéis e, de alguma forma, exercendo o controle no papel das educadoras. Isso, pelo fato da constante

consulta das educadoras sociais às técnicas, ao repasse prioritário dos atendimentos, e, sobretudo, pela existência do discurso do “olhar geral”.

5.3 TRAJETÓRIAS E O TRABALHO NO CRAM PARA AS PROFISSIONAIS

No segundo capítulo deste trabalho, é realizada uma breve apresentação das profissionais que foram entrevistadas e as quais mantive constante interlocução. Alguns dados referentes à identificação e vínculo empregatício foram expostos, mas nesse tópico pretendo demonstrá-los novamente organizados em tabelas, para facilitar a relação entre essas informações e as análises em torno das trajetórias profissionais e os significados do trabalho para elas. Assim, esses dados estarão reunidos em duas tabelas. A primeira, apresentando os dados de identificação das profissionais, e a segunda, apresentando os dados referentes a escolaridade e cargo ocupacional exercido no CRAM.

Tabela 1- Dados de identificação das profissionais do CRAM Márcia Dangremond.

Profissionais	Raça	Idade	Religião	Estado Civil	Filhos/as
Aline	Parda	35	católica	união estável	1
Ana	Branca	44	evangélica	divorciada	1
Carmem	Negra	41	evangélica	casada	2
Cláudia	Parda	40	católica	separada	1
Diana	Negra	36	católica	união estável	3
George	Pardo	44	não tem	solteiro	não tem
Joice	Branca	40	evangélica	união estável	1
Luzia	Negra	50	espírita	casada	3
Maria	Negra	33	católica	separada	1
Nara	Negra	52	evangélica	separada	2
Rafaela	Negra	51	evangélica	união estável	2
Roberta	Negra	48	não informou	separada	4
Tereza	Indígena	52	católica	solteira	2

As respostas referentes a raça se baseiam na auto identificação das entrevistadas.

Sobre religião, elas também declararam a quais linhas de igreja eram vinculadas. Das entrevistadas que detalharam essa informação, todas eram evangélicas e integravam às igrejas Assembleia de Deus, Pentecostal e Presbiteriana. Em relação aos filhos, como mostrado na tabela, apenas George não os tem. Essa informação será retomada ao discutirmos a composição familiar e trabalho.

Tabela 2- Dados referentes à escolaridade e cargo ocupado no CRAM.

Profissionais	Escolaridade	Cargo ocupado no CRAM	Tempo de trabalho no CRAM	Vínculo empregatício
Aline	Ensino médio completo	Auxiliar administrativo	1 ano e 6 meses	1
Ana	Ensino superior completo	Advogada	1 ano e 9 meses	2
Carmem	Ensino superior completo e pós-graduação	Coordenadora geral	3 anos	1
Cláudia	Ensino superior completo	Psicóloga	3 anos	2
Diana	Ensino superior completo	Coordenadora do setor educacional	2 anos	2
George	Ensino médio completo	Vigilante	2 anos	2
Joice	Ensino médio completo	Auxiliar de serviços gerais	3 anos	1
Luzia	Ensino médio completo	Educadora social	1 mês	1
Maria	Ensino superior completo	Advogada	2 anos	2
Nara	Ensino médio completo	Educadora social	10 meses	1
Rafaela	Ensino médio completo	Educadora social	10 meses	1
Roberta	Ensino superior completo e pós-graduação	Educadora social	10 meses	2
Tereza	Ensino superior completo	Assistente social	2 anos e 6 meses	2

Tabela 2: Dados referentes a escolaridade e cargo ocupado no CRAM.

Sobre a escolaridade das profissionais do Márcia Dangremond, todas que integram a equipe das 'técnicas' apresentam o ensino superior completo. Inclusive, é o que as faz serem chamadas dessa forma. No CRAM Márcia Dangremond, ocupar o lugar de uma 'técnica' é ser especializada em alguma área ou disciplina. “A gente é técnica por que trabalhamos numa área direcionada. A advogada com as causas criminais e tudo, a psicóloga com o psicológico, entendeu?”, pontuou Tereza quando eu lhe questionei sobre o porquê desse termo. Rafaela também apresenta uma ideia sobre essas profissionais, que também demonstra algo sobre as atribuições, tanto das técnicas, quanto das educadoras sociais. Rafaela declara “Eu digo que vou passar pras 'técnicas', por que são elas que têm esse olhar, né, diferenciado pras mulheres”.

A partir da ideia de Friedson, Barbosa (1999) pontua que pertencer a uma profissão é também fazer parte de uma classe social com um lugar dentro da hierarquia dos poderes que regulam a sociedade. A profissão também seria sinônimo de ocupação, mas o trabalho que é realizado por um profissional é pautado no conhecimento teórico e competência, que segundo ele, só alguns especializados em determinada área teriam, assim os diferenciando das “pessoas comuns”. Algo também interessante que a autora discute é a afirmação do autor que o trabalho do profissional é especialmente importante por influir no bem-estar das pessoas, assim, trazendo recompensas sociais, políticas e econômicas para os que o exerce. Assim, o rótulo de 'profissão' é socialmente valorizado (BARBOSA, 1999). No contexto do CRAM, o significado de profissional para Friedson seria o de 'técnica' para elas. No CRAM, as profissionais especializadas apresentam essa particularidade que as confere mais conhecimento, prestígio e poder.

Algumas profissionais trabalhavam exclusivamente no CRAM Márcia Dangremond, mas a maioria delas apresentava um segundo vínculo empregatício ou realizavam trabalhos como autônomas. Joice declarou: “Assim, trabalhar puxado mesmo, com carteira assinada, só aqui mesmo. Mas eu costumo “fazer unhas”, sabe, um trabalho como manicure, né.” E a educadora social, Nara, diz que além de trabalhar nesse serviço, oferecia oficinas de alimentação natural, preparava encomendas de bolos, doces e salgados, além de trabalhar também como manicure.

Ao se posicionarem em relação aos seus vínculos profissionais, elas relatam motivos diferentes tanto para manter a exclusividade na vinculação, como para buscar diferentes

trabalhos autônomos. Carmem, a coordenadora geral do CRAM, durante a entrevista, explicitou sobre as suas razões de trabalhar apenas no CRAM. Ela explicita responde a pergunta: você trabalha apenas no CRAM ou tem outro vínculo empregatício?”

Carmem - Eu só trabalho aqui mesmo, no Centro de Referência e Atendimento à Mulher. Eu acho bem importante isso. Eu observo a função de outras pessoas que trabalham aqui e em outros lugares e eu vejo que 'quebra' um pouco. Por que quem trabalha num CRAM; ainda mais como o nosso, que funciona 24 horas, não pode se dá o privilégio de trabalhar também em outros lugares, porque se não um dos dois vai ficar prejudicado. E aqui eu tô sempre a disposição, a qualquer hora, 24 horas, pode ser sábado, domingo ou feriado.

(Carmem, coordenadora geral)

Em seguida, ao afirmar o quanto se sentia feliz em trabalhar no CRAM, Carmem declarou o seu salário. Ela afirmou que recebe mensalmente R\$ 1800,00 bruto, somado aos descontos, resulta o ganho de R\$ 1500,00 líquido. Esse valor é do cargo de coordenadora geral do serviço, com o regime de trinta horas semanais. Exceto as equipes plantonistas – as educadoras sociais e os vigilantes – que trabalham 12x36 horas, todos os outros cargos cumprem carga horária de 30 horas/semana. Em nenhum momento perguntei a alguma das interlocutoras o quanto elas recebiam exercendo suas funções, mas as encontrei estudando para passar em concursos públicos, vi-as participando de seleção para empregos e outros comentários referentes a outras vinculações.

Carmem poderia não aprovar o fato das profissionais optarem por outras vinculações de trabalho, mas elas, em sua maioria, apresentavam outros empregos ou trabalhos autônomos. O salário não devia cobrir as necessidades de se manterem e também para sustentarem as suas famílias. Ao retomarmos a tabela dos dados de identificação, pode ser observado o estado civil e o número de filhos que as profissionais apresentam. Tanto Ana, quanto Nara e Cláudia sustentam suas famílias apenas com os seus salários. Ana e Cláudia têm uma filha, já Nara, duas. Ao falar sobre os trabalhos que exerce como confeitadeira e manicure, Nara acrescenta: “Olhe, desde que me separei, crio minhas filhas sozinha. Não tem homem, dinheiro de homem nenhum. Eu trabalho. Trabalho ali, trabalho aqui. Agora, assim, sou muito organizada, sabe. Não falta o dinheiro que precisamos”.

Outro fator interessante relacionado a colaboração entre elas e o trabalho é que diversas vezes as profissionais levavam seus filhos para o CRAM Márcia Dangremond. Algumas vezes por que estavam doentes e não podiam ficar sós, outras ainda, por que a pessoa responsável pelo cuidado da criança na sua ausência estava impossibilitada de assisti-los/as naquele momento.

Dessa forma, nesse serviço era comum a presença constante de crianças. Algumas das vezes, os/as filhos/as das mulheres abrigadas e os/as filhos/as das profissionais brincavam juntos/as, corriam pelos espaços e cômodos da instituição. Também observei que essa relação no ambiente de trabalho, tornava esses vínculos relações de solidariedade, onde cada uma colaborava no cuidado do filho da outra. Cada uma “cobria” o plantão quando alguma criança adoecia e sua mãe precisava se ausentar do serviço. Os vínculos construídos no ambiente de trabalho integravam as redes sociais dessas mulheres.

Em relação as trajetórias profissionais, cada uma delas relataram 'caminhos' diferentes percorridos nos campos profissionais, até exercerem seus cargos no CRAM. Duas das profissionais apresentaram um histórico de militância envolvendo suas atuações, Diana e Luzia. No caso de Diana, ela declarou que sempre esteve próxima aos movimentos de mulheres e feminista. Mesmo quando não estava nesse serviço, ela afirma que lutava pela existência e permanência dele. Já Luzia, relatou que se recorda quando o “Márcia Dangremond” foi inaugurado. Ela, no momento da entrevista, estava prestes a completar um mês nesse serviço, mas antes trabalhava como conselheira tutelar. Ela pontuou: “Lembro bem quando o CRAM começou. Eu já tava no movimento de mulheres, né, e tava acontecendo as eleições pra conselheira”.

Algumas delas também trabalhavam em outros locais, nas “áreas sociais”, como Roberta, na FUNASE (Fundação de Atendimento Sócio Educativo de Pernambuco) e Nara que já havia trabalhado antes como orientadora e educadora social. Tanto Joice, quanto Aline e Rafaela estavam atuando na rede da assistência social pela primeira vez. Rafaela pronunciou: “Antes do CRAM eu passei muito tempo sem trabalhar. Antes eu trabalhei no comércio. Faz tempo, mas eu trabalhei. Depois fiquei um tempo em casa”. Já Tereza relata um pouco do seu trabalho “aproximado” ao de assistente social.

Tereza - Eu tinha catorze anos de experiência pela assistência, mas num era. Tinha nível superior de administração, que eu sou formada em administração e secretariado, que eu fiz na federal, mas eu não exerci a função porque eu não era assistente social de fato. Como é... não, como é que chama, eu era de fato, mas não era de direito. Por que eu não tinha o curso. Aí depois de dez anos que terminei administração, fui fazer o serviço social em 2010, aí fechou com chave de ouro. Porque eu só tinha especialização em social, quando eu fiz administração. Eu pensei assim né: “eu tô enchendo linguiça”. Por que eu tava trabalhando pros outros e não podia aparecer como assistente social. Foi aí que enfrentei uma sala de aula, que quatro anos não é brincadeira, viu. Passou rápido, mas eu lutei em cada momento da minha vida.”

(Tereza, assistente social)

As advogadas, Ana e Maria, declararam que sempre advogaram em consultório

particular. A diferença na experiência das duas é que mesmo Ana apresentando mais tempo de formação do que Maria, ela nunca trabalhou na área criminal. Diferente de Maria que tinha experiência e disse não ter se surpreendido ou estranhado quando iniciou seu trabalho nesse serviço. Maria pontuou: “Pra mim foi tranquilo, sabe. Quando cheguei aqui, eu tinha experiência em criminal. Nunca tinha trabalhado com vítimas, né. Mesmo assim, não demorou pra eu me acostumar”. No caso de Ana, estar exercendo essa função no CRAM define bastante a identidade profissional dela.

Ana - Quando eu fui fazer entrevista de emprego pra cá, a pessoa lá da Secretaria me falou uma coisa que eu não gostei, mas hoje eu vejo que ela tinha razão. Ela perguntou qual era a minha área de atuação e eu respondi que era cível e trabalhista. Eu nunca advoguei na área criminal. Ela disse: “Agora você vai aprender a advogar”. Como eu queria trabalhar, eu não respondi, porque eu tive vontade de responder. Eu fiquei tão revoltada (riso)... A pessoa em dezesseis anos de formada, na época eu tinha catorze, e a pessoa dizer que agora eu vou aprender a advogar. Mas hoje eu entendo o que ela quis dizer, porque aqui você lida com as vidas humanas. É você agir rápido pra tirar a pessoa de uma situação de sofrimento, que a gente corre aqui. Por que a gente sabe o que é uma pessoa tá ameaçada de morte. Realmente hoje eu sei o que é advogar, viu.
(Ana, advogada)

Em diferentes momentos, as profissionais afirmavam o porquê delas estarem atuando no CRAM ou ainda, como cada uma deveria atuar no CRAM. Nesse ponto, elas apresentavam frases como: “pra trabalhar aqui tem que priorizar as mulheres”, “Trabalhamos no CRAM por que somos mulheres, por que somos sensíveis ao que acontece com as outras”. O que observava mais comumente era esse tipo de informação relacionada as atribuições das profissionais, sobretudo, as integrantes do setor educacional. Diana pontuou: “ Olhe, a gente trabalha aqui, né, deu sua hora de ir pra casa, a gente vai largar, mas se tiver alguma mulher pra atender, precisando de suporte, nós ficamos. Não tem isso não, nós priorizamos a mulher. É nossa prioridade”. Rafaela também pronunciou: “ Por que a gente prioriza sempre a mulher, né. Estamos aqui sempre a disposição. Precisou de algo, uma palavra, um conselho. Que a gente fique junto. O nosso trabalho é esse, de dar o nosso melhor pra elas”.

Sempre que as profissionais declaravam o quê ou a quem priorizavam, ou ainda como deviam atuar, elas falavam na terceira pessoa do singular. Durante o trabalho de campo, refletia ao ler os meus registros, e pensava na possibilidade de que essa perspectiva de quem trabalhar no CRAM trabalha com amor e sensível a causa seria um discurso mantido por todas as profissionais. Sem dúvidas de que a forma de expressar esses valores e afirmações variava de profissional para profissional, e eu aponto que a trajetória dessas profissionais “faz diferença” em relação a esses discursos, influi no modo como significam os seus exercícios

profissionais.

Tanto Diana quanto Luzia sempre militaram pelas “causas sociais” e declaram que sentem paixão e não trabalham, lutam. Luzia declarou durante a entrevista: “Não é trabalhar, sabe, é se doar. Eu trabalho ouvindo as pessoas, gosto de aconselhar, e que elas me procurem também. Eu aconselho, ajudo. Não trabalho por trabalhar, não daria”. Diana também acrescenta ao falar sobre quais são suas atribuições no CRAM: “É esse o trabalho, né. Mas é mais. Aqui é de mulher pra mulher. Nós lutamos por melhores condições de atendimento, sonhamos com melhorias. É um trabalho que é uma luta, né. Mas eu gosto. Acho que tá no sangue, né (riso)”.

Outras profissionais também relataram como percebem o exercício do seu trabalho no CRAM. Um ponto a mencionar é que em nenhum momento das entrevistas eu perguntava as profissionais o que elas pensavam sobre o seu trabalho no CRAM. Mas essa questão sempre se revelava, de uma maneira ou de outra. Roberta iniciou a descrição de suas atribuições enfatizando que amava trabalhar com mulheres vítimas de violência. “Eu amo tá aqui no CRAM. Eu pego as seis horas, mas sempre chego antes. Quando dá cinco e meia já tô chegando (risos). Eu adoro, tô aqui com muito prazer”.

Sobre as narrativas que positivavam demasiadamente os seus trabalhos no CRAM, não deixei de considerar que as profissionais tinham consciência que minha presença ali era como pesquisadora, e o que elas me afirmavam era registrado, tanto no gravador, como em forma de dados, na pesquisa. Assim, o que elas declaravam pode ser interpretado como uma 'defesa' do serviço ou até mesmo uma divulgação do trabalho que o CRAM oferece e que elas exercem. Por outro lado, esses discursos se apresentavam em diferentes momentos, e não surgiam apenas “prontos”, como em um discurso ensaiado. Os exemplos também marcantes dessa satisfação e realização do trabalho no CRAM se apresentam tanto na fala de Tereza como na de Diana.

Tereza - Eu acho que hoje eu sou uma mulher completa, realizada por aquilo que eu amo e pelo que eu acredito, que é o meu trabalho. Conhecia o CRAM há mais de dez anos, acho que desde a fundação. Eu sempre fui apaixonada pelo CRAM... eu acho que.... não sei se você crê em Deus, eu creio. Eu nunca pensei que Deus fosse me trazer pra cá, porque eu fiz uma seleção simplificada e pensei que ia ficar no CRAS. Quando eu fui assinar o contrato tinha escrito: CRM. Menina, eu quase morro, porque era meu sonho.
(Tereza, assistente social)

Ana - Aqui no CRAM, eu acho que é uma equipe muito comprometida, muito empenhada. Eu acho que aqui...eu não conheço ninguém que diga, “eu trabalho aqui pela necessidade”. Eu acho que todo mundo trabalha aqui por que gosta do que tá fazendo aqui, sabe. Não trabalhamos pelo dinheiro, e sim pela causa. Isso é muito

importante”.
(Ana, advogada)

Durante todo o trabalho de campo, presenciei as mulheres profissionais do CRAM reclamando, discutindo e denunciando as dificuldades que passam ao realizarem atendimentos as mulheres vítimas de violência. Elas apontam para um “sonho de atendimento”, melhores condições para acolher mulheres vítimas e também, que as “redes de apoio” e o Estado assumam melhor os seus papéis.

Nos seus relatos e discursos, o CRAM se encontra em um lugar de referência, que precisa ser priorizado. Nesse sentido, elas apontam a condição da mulher que é atendida por esse serviço: mulheres que correm risco de morte, que precisam manter o sigilo de suas identidades e que muitas vezes, o abrigo precisa ser realizado com urgência.

As profissionais com suas trajetórias envolvendo a militância feminista, demonstram muita paixão, e refirmam que esse trabalho não pode ser feito sem a sensibilidade e esforço de cada mulher. Elas também cobram e reivindicam uma as outras um certo “padrão” de atuação, onde o “olhar geral” precisa estar bem formado que tenham disposições para priorizarem sempre as mulheres usuárias do serviço.

Além de todas as dificuldades enfrentadas frente à falta de estrutura do espaço físico, deficiências no suporte material e financeiro e impasses e machismo vivenciados na relação com os serviços das redes de atendimento; as profissionais também são submetidas a condições de desvalorização do seu trabalho: sobrecarga de demandas e baixos salários, como exemplos. Apesar dessas dificuldades, elas reivindicam muitas dessas melhorias, mas em nenhum momento buscam mudanças que atinjam a elas diretamente, como o aumento salarial. São profissionais que se encontram em rotinas 'pesadas' de trabalho, vinculadas a mais de um local e que realizam diferentes trabalhos autônomos, “bicos”, mas que parecem de certa forma, enfrentar essas condições como algo comum ao mercado de trabalho.

Essas condições são comuns em diferentes campos profissionais, mas também são mais presentes em trabalhos executados por mulheres. No CRAM Márcia Dangremond, elas não apresentam dados comparativos a cargos executados por elas e por homens. Mas têm conhecimento de que o investimento que as esferas municipal e estadual aplicam é diferente para as variadas secretarias e políticas públicas. Diana declara: “A gente sabe que eles sabem. Estão vendo a demanda, as mulheres precisando de melhores condições. E por que não fazem nada? Por que não querem, né. É uma resistência, entre eles.”, afirma Diana. Já Cláudia, também se pronuncia quanto o papel do Estado: “O CRAM deveria ter mais investimento.

São mulheres precisando de atendimento e encaminhamentos. Por que é ligado à Secretaria de Direitos Humanos? Por que não a Secretaria da Mulher. As coisas seriam diferentes”.

As profissionais que não apresentam relação com a militância, se 'encantam' ao conhecer o trabalho direcionado a mulheres vítimas de violência. Essa postura que também parece ser adotada por elas, parece incorporar a identidade profissional delas e elas atribuem um sentido maior para suas atuações. Não trabalham apenas por precisarem de sustento financeiro ou por prazer, mas trabalham pela causa.

Esses discursos podem estar relacionados a valores de permanência das mulheres nos lugares de opressão e subvalorização nos campos profissionais. Por não apresentarem boas condições de trabalho às mulheres, esses discursos viabilizam a permanência das profissionais atuando nesse serviço.

Por outro lado, podem estar relacionados a resistência das mulheres frente as desigualdades de gênero e pela oportunidade de “fazerem a diferença” no enfrentamento a violência, a partir dos seus cargos ocupacionais. Elas demonstram ressignificar suas atuações e identidades profissionais, problematizando as relações de gênero e estereótipos de comportamentos atribuídos ao masculino e feminino. Atribuo essas construções e conflitos, as dinâmicas presentes na resistência das mulheres em relação ao que é imposto pela dominação masculina e as condições no campo profissional que atuam. Esses processos ocorrem com contradições e tentativas de se distanciar das mesmas opressões que vivenciam, mas as reflexões em torno da reprodução dos valores e ao mesmo tempo da resistência, ocorrem de forma dialética.

6 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES NO COTIDIANO DO CRAM

No Centro de Referência e Atendimento à Mulher Márcia Dangremond há delimitações no perfil das pessoas atendidas. Neste, são acompanhadas apenas mulheres vítimas de violência doméstica. Essa violência pode ter sido vivenciada uma única vez ou durante muitos anos de suas vidas. Para as profissionais do CRAM, os relatos sobre as violências sofridas são algo muito importante no processo de mudança da mulher no enfrentamento a violência doméstica. Rafaela afirma “Aqui nós levamos as mulheres a sério. Se elas falam, nós escutamos. É a mulher em primeiro lugar. Quando elas chegam, esperamos o momento delas se sentirem a vontade pra falar”.

As profissionais relataram situações em que algumas mulheres procuraram o CRAM e a violência que as mesmas sofreram não se adequava ao “perfil” para atendimento. Essa afirmação “não é perfil do CRAM” geralmente era atribuída a violências que não se configuravam como violência doméstica, como exemplo, violência sexual praticada por uma pessoa desconhecida. Ao perguntar a Cláudia como as profissionais procediam nesses casos, ela pronunciou que “a gente atende, não deixamos de acolher e atender a mulher. Mas ao final, explicamos que atendemos só vítimas de violência doméstica e a encaminhamos pra rede”. Ou seja, elas são atendidas pontualmente, mas não acompanhadas pelo serviço.

O conceito de violência adotado, para uma maior discussão neste trabalho, é o de violência contra as mulheres (VCM). Saffioti (2001) diferencia os principais conceitos abordados a nos referirmos a violência e mulheres: a violência de gênero (VG), doméstica e violência contra as mulheres. A autora considera a ideia de violência de gênero mais ampla, pois abrange vítimas como mulheres, crianças e jovens, de ambos os sexos. Nesse ponto, ela aborda que no exercício de patriarca, os homens possuem a autorização para punir o que eles consideram desvio, e também aos que estão “sob seu poder” (SAFFIOTI, 2001). Assim, a violência é legitimada como auxiliar para que eles “mantenham a ordem” e as utilize quando acharem necessário.

A violência é apresentada como um exercício de poder e quando direcionada contra as mulheres, muitas vezes são praticadas como um tipo de “violência por precaução”, que defino neste trabalho. Ou seja, por motivos reais ou imaginários, padrões conscientes ou inconscientes, os homens buscam “ajustar”, “adequar” ou “cobrar” das mulheres;

comportamentos que eles esperam e desejam que sejam mantidos em relação às suas feminilidades (MOORE, 2000) ou que passem a constituir sua subjetividade, pois nem sempre a violência é praticada quando a mulher “foge” a esse comportamento desejado.

As subjetividades das mulheres também se constroem no sentido de esperarem de si e dos outros determinados comportamentos em relação a feminilidades e masculinidades. Esse fato pode acarretar conflitos, permanência da violência em suas vidas e buscas por mudanças também. Pois mulheres que sofrem ou sofreram violência de gênero podem compreender que a agressividade e a possessividade são integrantes das masculinidades, como também a fragilidade e a dependência emocional podem integrar as feminilidades, como exemplos. Isso não significa que elas deixam de problematizar e desejar outro padrão de comportamento nas suas relações, e também não as deixam em lugar de cumplicidade com a violência praticada. Mas sim em estado de conflito entre o que é posto e legitimado na maioria das relações sociais e o que se deseja e busca pra si. As dinâmicas nas relações de poder e resistência também são processos conflituosos, pois quando se resiste, se resiste aos valores de uma grande estrutura e aos seus valores pessoais.

Violência doméstica (VD) é o tipo de violência enfrentada pelo CRAM Márcia Dangremond. Por muito tempo, essa violência era empregada como sinônimo de violência familiar e, outras vezes como sinônimo de violência de gênero (SAFFIOTI, 1999). Com as definições atuais, tipificações e a Lei Maria da Penha, a divulgação em campanhas e serviços também promoveram mais esclarecimentos nos âmbitos das ciências, instituições e pessoas que buscam essas informações ou se interessam por essas discussões. A importância do se diferenciar e tipificar as violências se dá, sobretudo, para as elaborações de políticas públicas, atendimento às mulheres e suas principais queixas e demandas. Com os registros e notificações, os serviços podem analisar o número de mulheres que denunciam a violência patrimonial, por exemplo. Podem constatar que esse número vem aumentando e repassar para outras instituições, além de promoverem estratégias de intervenção e prevenção a esse tipo de conduta mantida contra as mulheres.

Saffioti (2002) colocou que a violência contra a mulher constitui um fenômeno mais amplo que o da violência doméstica. Com isso, ela não quis dizer que a violência doméstica esteja reduzida a família ou ao domicílio. É mais comum que ela ocorra no âmbito doméstico, mas também pode ocorrer fora dela. Em relação a quem pratica e sofre essa violência, ela se amplia para as pessoas que se integram a família, como empregadas/os domésticas/os, agregadas/os, entre outros vínculos.

O conceito adotado neste trabalho foi o de violência contra as mulheres; por ser um conceito abrangente da violência de gênero contra as mulheres, ser bastante utilizado quando se propõe discussões sobre relações de gênero, e como “subtipo” dessa violência, se encontra a violência doméstica.

As profissionais expõem a partir de seus relatos e definições sobre VCM e relações de gênero, seus valores e significados, ao se depararem com as mulheres que atendem. A forma como elas percebem os atos de violência, as vítimas e seus agressores, pode influir no que elas comunicarão às mulheres, como irão conduzir os atendimentos e o que consideram como pontos relevantes ao encaminharem as usuárias do serviço a outros locais das redes.

Dessa forma, neste capítulo e no próximo tópico e subtópico são abordados os conceitos de violência contra as mulheres e as tipificações da violência doméstica, a partir dos relatos e significados das profissionais.

6.1 A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO COTIDIANO DO CRAM

A discussão sobre violência contra as mulheres é realizada constantemente no “Márcia Dangremond”. Ao falarem dos “casos” acompanhados por elas no serviço, sobre notícias da imprensa, ou ainda, sobre como agem em situações de violência presenciadas na rua ou vizinhança, elas sempre buscam se posicionar em relação ao que pensam ou fariam em determinados contextos de violência. Durante as entrevistas, as profissionais também relataram algumas dessas intervenções.

Diana - Um vizinho meu, agressor, né, batendo na sua mulher e eu chamei ele pra falar. Ele só não espancou a mulher porque a gente entreviu. Eu chamei ele e falei “oh, eu trouxe a Maria da Penha pra você, quer que eu explique ou sabe ler”? E disse: “Você sabe por que eu tô dizendo isso, né?” “Não, você não tem nada a ver com minha vida não”. “Com a sua não, mas a da sua mulher eu tenho”. “Pois mesmo que ela não tenha coragem de denunciar, mas eu vou e fique ciente de que na próxima vez eu vou tomar as providências”. “O senhor sabe dos seus direitos? Tá passando por algum problema pra tá espancando a sua mulher, que você diz que ama?”. Aí ele: “Você é muito metida”. “Sou, mas eu vou fazer o meu papel de cidadã”. “E você é delegada, é?” “ Não e nem precisa. Eu sou a favor da vida”. Então assim, eu acho muito injusto uma pessoa que você diz que ama, sabe. Disse pra ele rever os seus conceitos e refletir sobre isso. Aí ele não quis mais falar comigo, depois jogou a cartilha da Maria da Penha na minha porta. Depois eu chamei a mulher dele e conversei igual com ela. Disse pra ela pra pedir ajuda, que se puder conversar, converse. E também que no início da relação é pras mulheres falar porque hoje a mulher é vista como um ser humano como qualquer outro cidadão, com os mesmos direitos, nem menos e nem mais.

(Diana, coordenadora do setor educacional)

Joice - Outro dia mesmo, minha mãe disse que a vizinha tava sendo agredida pelo filho dela. O que foi que eu fiz? Chamei ela pra cá. Ela veio e tudo, mas não quis denunciar, né. Ficou com medo e não voltou mais. Também fiquei com medo porque esse homem bebe, bate, é violento, e se souber que eu trabalho nesse serviço, né. Fiquei com medo, mas falei. Por que veja, uma senhora de idade, mãe dele e ele grita e diz coisas. Não pode isso.

(Joice, auxiliar de serviços gerais)

Ao entrevistá-las e tratar sobre a violência contra as mulheres, recorde de ter me mantido a mesma pergunta para todas: “Qual a sua definição ou conceito de violência contra as mulheres”? Preferi esse “padrão de questão” para que elas não achassem que eu me referia ao conceito de violência pela Lei Maria da Penha, por exemplo, ou para que elas não expusessem algum ou discurso que pudesse ser defendido pelo CRAM Márcia Dangremond. O que eu pretendi conhecer foram as opiniões de cada uma dessas profissionais sobre esse tema central na existência e funcionamento do CRAM e dos cargos ocupados por elas nesse serviço.

As respostas das interlocutoras deste trabalho apresentaram significados variados referentes à violência contra as mulheres. Esse tipo de violência foi relacionado a questões culturais, como as diferenças e desigualdades de gênero, e outras ainda, apontaram que a violência existia pelo fato das mulheres serem machistas.

Diana e Carmem, as duas coordenadoras do CRAM, definiram seus conceitos de violência contra as mulheres, atribuindo sua existência aos valores culturais, mantidos nos grupos sociais.

Diana – Eu acho assim, que no contexto e na cultura que a gente foi formada e até hoje, a gente ainda tá reconstruindo esse conceito né, a questão do gênero mesmo, que a gente luta tanto e já conseguiu muitos companheiros, institutos que trabalham com isso. A população em si tá em alerta, tá no olhar de identificar a violência de gênero contra a mulher. E essa violência perpassa toda a vida da mulher. A gente passa a identificar até em casa, um ato de educar não deixou de ser violência. Não passar a violência que vivemos pra os nossos filhos, né. Assim, é uma questão que eu acho que perpassa todo esse processo, tanto da nossa cultura, né.

(Diana, coordenadora do setor educacional)

Carmem - ... Pra mim, ela (a VCM) tá mais em relação ao domínio do homem a mulher, essa questão cultural mesmo, do homem achar que tem esse direito sobre a mulher. Pra mim toda mulher tem o direito de ser feliz e a violência tira isso, a felicidade, seus direitos. É uma violação dos seus direitos humanos, porque é em casa que ela mais precisa ter proteção é que ela é estuprada, privada de alimentação, por que muitos agressores não dão alimento, mas não deixam elas trabalharem, que é pra ser dependente financeiramente deles. Até a questão do isolamento, isolar as

mulheres das redes de família e apoio.
(Carmem, coordenadora geral)

A ideia da violência ser consequência da dominação masculina e da violência simbólica, está presente na afirmação de Diana “essa violência perpassa toda a vida da mulher” e na declaração de Carmem, ao pronunciar que a compreende como a intenção dos homens de dominarem as mulheres. Diana também aponta para uma reflexão em torno da reprodução dos valores relacionados ao patriarcado na educação dos filhos. Ela parece significar a violência como fruto da construção dos gêneros e diferença entre os gêneros. Já Carmem, também apresenta alguns dos “sinais” encontrados nas violências tipificadas na Lei Maria da Penha, como o estupro e a privação de alimentos.

A relação da violência contra as mulheres como um ato de covardia dos homens e também de quem não a denuncia – a violência, é relatada por Diana, Carmem e Tereza. Ao falar do seu conceito de violência, Diana problematiza que quem fica sabendo da violência que uma mulher sofre precisa denunciar, e quem não denuncia está sendo cúmplice. Ela pontua “Hoje você cala se for covarde, porque hoje tem órgãos que você não precisa se identificar pra denunciar. Por que eu acho que a vida tem que ser preservada. Se souber, tem que denunciar”. Já Carmem a aponta como uma covardia dos homens “ É principalmente um ato de crueldade e covardia. Não costumo chamar esse homem de agressor, e sim de cruel. Por que espancar, chutar a barriga de uma mulher grávida é de uma covardia”. Na fala de Tereza, ela centraliza sua definição no fato das mulheres serem machistas, mas inicia colocando que “sem dúvidas é a maior covardia de um homem, a violência contra as mulheres é uma covardia, né”.

No conceito de Ana e George há um destaque para o que é a violência contra as mulheres, mas eles parecem buscar uma certa abrangência desse conceito ao explicitarem que essa violência é especificada devido a necessidade das mulheres, por sua condição feminina, por terem menos direitos assegurados e uma maior vulnerabilidade física. No entanto, para eles, a violência é algo que afeta a todas as pessoas.

Ana – A minha ideia de violência vai *ipsis litteris* com o que tem na lei. Eu acho que todo tipo de violência que é descrito na Lei Maria da Penha é uma violência contra a mulher mesmo. Aliás, é uma violência contra qualquer pessoa. Ninguém quer apanhar, ninguém quer ser agredido verbalmente ou psicologicamente, ninguém quer ter seus objetos quebrados, suas roupas rasgadas, queimadas, sua casa destruída, ninguém, ninguém. Isso é uma agressão a qualquer pessoa, só que na mulher, ela se torna mais grave né, porque a mulher, muitas vezes, não se tem formas de se defender. Como foi o caso de Maria da Penha, que passou pelo que passou, vítima de um casamento com um monstro, que fez o que fez com ela. Então,

meu conceito é *ipsis litteris* o que diz a lei. A violência moral, física, psicológica, patrimonial, sexual, toda ela é uma forma de violência. Agora, reafirmo, contra qualquer pessoa, tanto homem quanto mulher. Agora a lei foi criada porque a mulher precisa de mais um respaldo, já que a lei do nosso código criminal não aparava a mulher de uma forma especial. Ela era muito genérica e o agressor fazia e ficava impune, né. Mas o conceito de violência pra mim é o que a lei descreve, realmente.

(Ana, advogada)

George – Bom, a violência contra a mulher, eu acho que se abrange a todo ser humano. Eu acho que nenhum ser humano merece ser tratado com violência, nem psicológica e nem física. Eu acho que todos os seres humanos deveriam respeitar o próximo. Somos diferentes, somos, mas a gente tem que olhar as pessoas e aceitar elas do jeito que elas são, entendeu? Porque existe tanto tipo de violência. Tem gente que pratica violência no trabalho, as vezes é perseguição do chefe, as vezes é a implicância de um colega, as vezes é um patrão que se acha no direito de pagar o salário quando quiser. Isso é um tipo de violência e a violência contra a mulher é uma coisa que é mais grave. Quando se trata da violência contra as mulheres, que é a doméstica, aquilo ali é uma coisa tão grave porque tem muitas mulheres que sofrem nas mãos dos agressores e não tem coragem de sair daquilo... Esse é que é o crime mais grave contra a mulher. Mulher é um ser frágil, querendo ou não ela é mais frágil, o homem tem mais força.

Pesquisadora – O homem tem mais força?

George – Fisicamente. O homem tem mais força né, porque por ele ser o macho ele é o alfa, aí a mulher sente como uma barreira, dali ela não passa. Mas as vezes isso já vem da infância da mulher, não teve a instrução de que a mulher é um ser humano, que merece a liberdade, trabalhar, ser feliz, que ela por ser mulher merece ser bem tratada. Não entendo como um homem acha que uma mulher tem que ser totalmente submissa a ele, isso pra mim não existe. Na minha concepção, isso não existe. Nenhum ser humano é pra ser submisso ao outro, é pra os seres humanos ajudarem uns aos outros, infelizmente 90% das pessoas não acham isso, principalmente nossos líderes né, políticos e até policiais acham que o ser humano é gado.

(George, vigilante)

Em sua definição, George também aponta para a construção e desigualdade entre os gêneros ao apontar que algumas vezes as mulheres não sabem dos seus direitos ao trabalho, liberdade e felicidade. Já Ana se aproxima da definição de violência doméstica presente na Lei Maria da Penha e enfatiza que todas as violências que são tipificadas nessa lei são formas de violência contra a mulher. Também se apresentaram relatos que culpabilização a mulher pela violência que sofrem ou por não saírem dessa situação.

Tereza - Eu tava pensando assim, poxa, porque hoje os homens são tão machistas? Porque tanta violência? Porque na maioria dos casos que tem aqui, a maioria é separada. Tem pessoas casadas, mas a maioria aqui são mulheres que começaram nova vida e os homens não deixam. Quando vê ela com outra pessoa vai lá, espanca, persegue, diz que gosta dela, que ama e depois com o tempo ela acredita, volta, aí ele espanca. Eu acho que é a maior covardia de um homem. Agora, nós mulheres é que temos que mudar esses homens machistas, sabe. Criar os nossos filhos, os nossos netos menos machistas. Porque somos nós que construímos esses homens, nossas mães, nossas avós. Eu saí da conferência essa semana dizendo assim, ó, eu tenho uma pizza aqui, essa aqui são as mulheres (maior parte) e esses aqui são os homens (menor parte). Por que essa aqui consegue dominar essa?

Pesquisadora – A minoria homem e a maioria mulheres, é?

Tereza– É, isso. Sabe por quê? Porque a própria mulher é machista, entendeu? Eu

não sou partidária nem nada não, porque existem mulheres excelentes. Por que a mulher não pode mudar o mundo? Pode sim. Porque essa menor parte aqui domina as mulheres? Porque o mundo ainda é machista e as mulheres também.

Aline – Inadmissível, ainda né. Por que como a gente trabalha aqui, a gente vê muitos casos e como as pessoas são capazes de fazer isso. Mas, não sei se é o machismo, não sou feminista também, mas de achar que mulher é propriedade, de querer que a mulher faça o que o homem quer. Eu vejo isso, acho que falta força nas mulheres. Mas a gente vê que começa baixando a autoestima da mulher, aí vai até chegar nesse ponto, tem o ciclo da violência. Mas não sei, sei que comigo não cola não (riso), não aceito de jeito nenhum. Tem quem aceite, né?

Por essa perspectiva, há muitas ambiguidades sobre o “lugar” ocupado pela mulher na relação que há violência. A mulher é vítima e culpada por estar nessa situação. A sua culpabilização pode, muitas vezes, influir na revitimização, a partir da relação delas com as profissionais na instituição. As mulheres são responsáveis por sofrerem violência e por precisar tomar a atitude para sair desse contexto. São as que criam os filhos, assim, são responsabilizadas pelos homens machistas e mulheres que sofrem com o machismo. As podem julgar por inúmeras questões, principalmente quando se refere a falhas e a comportamentos ditos inadequados para as mulheres.

Esses valores, referentes a dominação masculina, podem ser problematizados considerando que por mais que os lugares sejam deslocados; as leis sejam modificadas, o que precisa ser analisado são os valores atribuídos aos gêneros, de acordo com cada momento histórico e contexto das relações sociais. As mudanças sociais, econômicas e políticas ocorrem também por processos de mudanças nas relações de gênero e poder.

Dessa forma, as perspectivas de violência são construídas dinamicamente pelas profissionais do CRAM Márcia Dangremond. Elas narram a diferença dos seus conceitos antes do exercício profissional no CRAM e como os pensam atualmente. Esse processo não é estático, mas é algo que precisa ser impulsionado por fatores que provoquem essas mudanças. Para as mulheres que trabalham no “Márcia Dangremond” as diferentes histórias de vida, encontro com mulheres vítimas de violência e buscas por conhecimentos e formações, parecem ser uma dessas alavancas para o processo de mudanças nessas relações, sobretudo, entre elas e as mulheres atendidas nesse serviço.

6.1.1 A Violência Doméstica e suas Tipificações

No CRAM Márcia Dangremond, as profissionais do setor educacional costumavam

manter um “livro de registros” onde relatavam os atendimentos, demandas do plantão e encaminhamentos para os dias seguintes. As educadoras sociais realizavam suas anotações e mantinham o livro sobre a mesa desse setor. Outro tipo de registro era a “síntese dos casos mensais”. Em cada mês, era realizado um levantamento dos novos casos e preenchida uma ficha que continha os principais dados das mulheres usuárias, como o nome, idade, a principal queixa e os tipos de violência sofridos por elas. Para cada usuária, uma ficha diferente. Era uma ficha digitalizada e impressa na metade de uma folha A4. Rafaela, uma vez declarou que é uma forma prática delas recorrerem aos casos atuais e de obterem certa estatística das tipificações das violências domésticas.

O fato delas registrarem dessa forma os casos e as tipificações, me despertou o interesse em ler essas fichas e de perguntar as interlocutoras um pouco mais sobre as tipificações. Durante as entrevistas foram incluídas algumas perguntas relacionadas ao que elas atribuem como relevante sobre as violências apresentadas ao CRAM Márcia Dangremond. O objetivo de analisar as opiniões e relatos sobre a tipificação da violência foi o de observar quais valores estão envolvidos nessas tipificações e o quê nesses relatos contribui para a definição e enfrentamento à violência pelas interlocutoras.

A violência doméstica é tipificada principalmente no artigo 7, I a V da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Ela é tipificada em cinco tipos: a violência psicológica, física, sexual, patrimonial e violência moral. A violência psicológica se configura como as humilhações, xingamentos, ameaças, constrangimentos, ridicularizações, e qualquer outro comportamento que tenha como intuito diminuir o valor e legitimação da mulher. Já a violência física implica qualquer atitude que comprometa a saúde e integridade corporal da mulher, como torturas e lesões. A violência sexual se resume aos atos de constrangimento, quando a mulher é mantida ou forçada a participar de relações sexuais não desejadas; que restrinjam o exercício dos seus direitos sexuais e reprodutivos, como a exploração sexual e o estupro. A violência patrimonial consiste nas condutas em que se retenha, subtraía ou destrua, parcial ou totalmente, qualquer objeto ou bem pertencente à mulher. Por último, se apresenta também a violência moral, que são atos que se configuram como injúria, calúnia ou difamação.

Na definição de violência da educadora Nara, ela expressou seu conceito de forma bastante aproximada da definição de violência psicológica. A perspectiva dela apresentou uma dimensão da violência como um “fenômeno além da violência física”. Ou seja, ela, de certa forma, nega que a violência física seja o estopim ou auge da violência. Na fala de Rafaela essa

questão também está presente, mas de uma forma um pouco mais implícita.

Nara – Eu acho, Gabi, que violência, agressão é tudo. Acho que uma família é um elo, quando você mora em algum local, é família. Você acorda, convive com essas pessoas, tudo ali é compartilhado. E quando eu olho pra você e você diz: “você é gorda”, pra mim já é violência. Quando eu não respeito teus limites, pra mim é uma violência. Seja na maneira de falar, de vestir, no comportamento, se eu não respeito isso aí pra mim já é violência. Quando eu te olho com maus olhos, isso já é violência. Quando denigrem minha imagem, não respeitam minhas opiniões, as considerações vão embora, entendeu? Quando começo a ser um ditador, acho que violência é isso. Eu acho que o patrimonial pra mim ainda é a mais simples do que a moral e psicológica. Meus pais diziam: “seu direito termina quando começa o do seu vizinho”. Acho que se seguisse isso não teria violência não. Mas acho que 75% da sociedade ainda pensa “pode fazer tudo comigo, mas se me bater, as coisas pegam fogo”, mas não é por aí. Acho que não precisa bater pra violar nada.

(Nara, educadora social)

Rafaela – Olhe, hoje eu tenho esse conhecimento sobre violência, mas antes eu pensava que grito não era violência, né. Por que violência é vista por deixar marcas e palavras deixam marcas, e as vezes deixam sequelas mais fortes do que na pele. E eu vejo que antes eu tinha essa visão igual a essas meninas, que era só briga de casal. Porque as vezes, falando em casal, você vive com a pessoa a tantos anos, deposita confiança e vê que a pessoa usa sua fragilidade pra te atingir. Deixa marcas no corpo e na alma também, que são mais fortes.

As profissionais do CRAM demonstraram defender bastante a ideia de que a violência física é mais um dos tipos de violência. Elas costumavam divulgar para as usuárias, que é fundamental todas as mulheres permanecerem atentas aos diferentes sinais de um relacionamento que indique que a violência esteja presente. Uma das perspectivas delas é semelhante a afirmação de Rafaela “... violência é vista por deixar marcas e palavras deixam marcas, e as vezes deixam sequelas mais fortes do que na pele”. Com isso, uma das violências que elas apontaram ser uma das mais comuns ou a que está presente em todas as situações, é a violência psicológica.

Diana – Olhe, quando a gente vai caracterizar a violência, a gente identifica todos os tipos. Tem mulheres que chegam com violência física, psicológica, de patrimônio, principalmente a moral. Então assim, é raro que tenha uma mulher que sofra um tipo só de violência, uma só tipificação, é raro. Geralmente é quatro, é cinco, a gente identifica de imediato. A gente vê que essas mulheres nem se identifica como vítima de violência quando não sofre a violência física, mas psicologicamente ela já está sendo muito tempo violentada. A questão da violência moral mesmo, é o que a gente vê que é o mais absurdo. A psicológica, a moral, são as que muita gente tem o olhar como se fosse natural, mas não é. Não é normal, acho que nenhum ser humano tem que passar por isso. Mas assim, por ser uma violência tão berrante nas nossas vidas, em todos os setores, em todas classes sociais, as pessoas não identificam mais como violência, né. Mas é. Assim, uma violência silenciosa e as vezes a gente só passa a identificar com um laudo da psicóloga, né. Mas a gente identifica, mais de um tipo.

(Diana, coordenadora do setor educacional)

Além de Diana ter enfatizado que as violências mais comuns costumam ser a psicológica e moral, ela também declarou que as usuárias do serviço costumam vivenciar a maioria ou todos os tipos de violência, ao mesmo tempo. Essa opinião foi compartilhada pela maioria das profissionais. Algumas apontaram a violência psicológica e física como as mais recorrentes, mas também acrescentaram que essas podem ser as mais “marcantes” nas histórias das violências e as que sua permanência motivam mais as mulheres a denunciarem e tentarem sair dessas situações.

Rafaela - Geralmente quando elas chegam aqui, chegam com todas elas completas, né. Por que começa com as agressões, humilhações e depois vai aumentando e a mulher vai passando a mão. Depois vem os empurrões, e depois chega as vias de fato né, a violência física. Por que começa com a violência psicológica. Aqui já teve mulheres com todas as violências, completa mesmo, de você preencher todas. Uma que é abrangente, mas não é tão gritante, é a sexual. Assim, de estupro mesmo é que a menos tem. Se for ver as pastas, registros mesmo, tem a patrimonial, que é quando quer atingir os objetos, né, não conseguindo, ele atinge a mulher. A gente trabalha com a psicológica, a moral, a sexual, a física e patrimonial. A gente tem um papel que discrimina os tipos de violência.

Cláudia – A maioria delas ou até todas são as mais recorrentes. Geralmente quando a mulher chega aqui ela passou por todas, mas a que eu percebo ser a maior parte é a violência psicológica. As meninas que estavam aqui, elas não vieram por que o cara bateu nela, e sim porque eles ameaçaram, porque controlaram suas vidas, porque tinha que ser do jeito deles. Eu percebo que tem muitas violências, mas a maior é a psicológica.

Pesquisadora – E qual é a diferença entre a violência psicológica e a moral?

Cláudia – É tudo a mesma coisa, não tem separação não. Quando tá atingindo um, tá atingindo o outro também. E quando tá atingindo o corpo, também tá atingindo a alma. Então assim, é uma coisa muito interligada.

As profissionais demonstraram buscar as particularidades em cada violência relatada e como podem tipificá-las. Por outro lado, ao decidirem quais medidas e intervenções tomar, preferem abordar a violência como um fenômeno único. Isso, pelo fato de considerarem que a mulher quando é vítima de violência, não é apenas um aspecto da sua saúde, autonomia e autoestima que é atingido, e sim a sua vida por completo. As profissionais relataram que os tipos de violência precisam ser registrados e analisados, mas o que precisa de atenção é a saúde física, mental e o bem-estar da mulher. Ou seja, o que é priorizado é a mulher que sofreu os impactos dessa violência, e não as violências que foram praticadas contra ela.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A minha primeira surpresa, no decorrer deste trabalho, foi o deslocamento do meu interesse em analisar essas temáticas, a partir dos olhares das mulheres usuárias, para as perspectivas das profissionais que atuavam no CRAM Márcia Dangremond. Foi algo intrigante, que não se resolveu de um dia para outro e nem a partir de um questionamento apenas. Ocorreu no início dos seis meses de pesquisa e eu, por vezes, relutei em modificar a proposta inicial. O conflito estava presente, mas coexistiu com a ideia de mudança e, em pouco tempo, o projeto de pesquisa estava reestruturado e os objetivos e intencionalidades durante o trabalho de campo também.

A ideia de conflito permeou essa pesquisa, pois foi pretendido analisar as relações estabelecidas entre as profissionais e o CRAM, o contato com os serviços das redes de atendimento, e também a relação com os diferentes conceitos e valores que fazem parte do cotidiano delas.

Os conflitos perpassam diferentes questões e discursos apresentados. Ele se presentifica no desejo de mudanças, nas resistências e na busca de assegurar direitos. Seja nas denúncias em prol de melhorias nos serviços das redes de atendimento e a não apresentação de possíveis mudanças no próprio CRAM; ou ainda, a “boa parceria” estabelecida junto ao Estado, que ao mesmo tempo não as “ouve” nem “atende” às suas principais demandas, como a uma maior atenção a mulher vítima de violência doméstica e portadora de transtorno mental.

A partir desses processos, a atuação das profissionais no CRAM permitia que as suas concepções sobre a violência contra as mulheres se transformassem em algo para além de uma opinião, que redefinisse às suas identidades profissionais e provocassem o desejo de “militarem pela causa”. Não foram somente os conflitos que as impulsionaram a mudança, mas também, as dinâmicas das relações a partir da resistência.

A resistência, adotada neste trabalho a partir de Ortner (2007), Foucault (1982) e Saffioti (2001) é abordada como mola propulsora de mudanças nas relações de gênero e poder nesse campo de relações. Analisando a partir dela e da agência, (ORTNER, 2007) foi percebido o quanto as profissionais, que a priori trabalhavam com a violência doméstica contra as mulheres, focavam na resistência diante desses contextos. Elas investigavam as violências e seus efeitos, mas intencionavam, sobretudo, gerar mudanças e intervenções para que as mulheres vítimas se protegessem, pudessem sair do contexto de violência e buscassem

novas relações e oportunidades na vida.

Sobre as análises em torno do trabalho feminino, pôde-se observar que o perfil encontrado no trabalho de Bruschini (2007) se aproxima do perfil das mulheres que ocupam cargos no CRAM Márcia Dangremond. Elas contavam com 33 a 52 anos de idade; todas tinham filhos e, algumas delas, no total de cinco, eram as principais ou únicas provedoras do sustento de suas famílias.

A partir da decisão da coordenadora geral - principalmente a coordenadora que atuava no momento em que o trabalho de campo foi realizado - o trabalho de assistência às mulheres vítimas de violência devia ser realizado exclusivamente por profissionais mulheres. Elas atribuíram essa escolha às análises das relações de gênero e apontaram que um homem realizando atendimentos, poderia representar algo negativo para as usuárias do serviço. Ao mesmo tempo, reforçaram que somente mulheres atuando nessa instituição facilitava a “sensibilidade” e empatia com a causa e com o trabalho, que para elas, apresentavam significados aproximados.

Com todo o quadro de profissionais formado por mulheres, a *bipolaridade do trabalho feminino* pode ser pensada de forma mais abrangente, analisando os campos profissionais, e a partir desse *locus* de trabalho. Nas equipes e setores do CRAM Márcia Dangremond, há cargos que historicamente passaram e ainda passam por mudanças, como o processo de feminização da profissão, ou apenas uma maior inserção de mulheres nessas áreas. Mas também, apresenta profissões que são atribuídas ao feminino, e mais do que isso, por ser um serviço de assistência às mulheres, “carregam” o *status* de instituição voltada a atenção e cuidado, podendo, por esse motivo, as profissões serem menos valorizadas.

As profissionais do CRAM exercem seus cargos em clima de insegurança e instabilidade. Afirmaram que a qualquer momento podem ser demitidas, devido à falta de verbas ou algum motivo semelhante. Os seus salários são baixos, ao se contabilizar as horas de trabalho exercidas semanalmente, junto com a comparação da média salarial de profissionais que atuam em outros Centros de Referências, em diferentes municípios. Em sua maioria, apresentam mais de um vínculo empregatício e atribuem esse fato a necessidade de complemento à renda mensal. São profissionais que reclamam por mudanças no cenário da luta das mulheres por direitos e garantias, mas a atuação das mesmas apresenta um recorte que as “deixam de fora”. Lutam por condições de trabalho que melhore o acompanhamento às mulheres usuárias, mas não denunciam às redes de atendimento e principalmente ao Estado, as condições de trabalho que mais as prejudicam diretamente. Durante o trabalho de campo,

elas relataram algumas dessas insatisfações em relação as condições de trabalho, imposta a elas.

Ao reclamarem mudanças, as profissionais do CRAM não compreendem o local que atuam apenas como o “serviço-centro” frente à “redes de apoio”, mas sim, buscam um lugar de inclusão nessas redes, para as mulheres vítimas de violência. Negociam e lutam pela legitimidade de suas vozes, para que com isso as mulheres que elas assistem tenham visibilidade e proteção nesses espaços. Também buscam, a partir da apresentação desse serviço às redes de atendimento e pela divulgação do tema da violência doméstica contra as mulheres; conseguir prioridade às usuárias do serviço, que o sigilo da identidade das mulheres vítimas seja mantido e que haja uma desburocratização nos procedimentos de documentação e abrigo.

Ao pesquisar esse campo, mulheres que atuavam diretamente com a temática da violência contra as mulheres, expuseram suas concepções sobre esse tema, alguns dilemas e apontamentos para uma mudança nesses contextos de enfrentamento à violência. Ao ser questionado como ocorrem os abrigamentos, estruturam-se as equipes e se baseiam os atendimentos interdisciplinares, pode-se compreender melhor os valores presentes entre as pessoas e discursos, e como e quais processos ocorrem com o intuito de melhorar a qualidade desse serviço.

Uma das principais conclusões deste trabalho é que escutar essas profissionais é buscar compreender como as diferentes relações e sentidos são construídos ou reproduzidos em um campo de disputas, lutas e busca por mudanças. Esses processos apresentam como uma das consequências, uma maior problematização de como as mulheres e as relações de gênero estão sendo debatidas por diferentes perspectivas: pelas profissionais, serviços de saúde e assistência e em organizações estatais. Como essas profissionais lidam com a “luta” por seus direitos, como negociam as regras e o que será reivindicado, também revela um pouco sobre as construções de gênero e desigualdades, no cenário atual brasileiro, e, sobretudo, no campo da rede de atendimento às mulheres vítimas de violência.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Simone Q. et.al. **Grupo de apoio/suporte como estratégia de cuidado**: importância para familiares de usuários de drogas. Rev. Gaúcha Enferm, v. 33, n. 2, p. 102-8, 2012.

ALVERGA, Alex Reinecke; DIMENSTEIN, Magda. **A reforma psiquiátrica e os desafios na desinstitucionalização da loucura**. Interface-comunic., saúde, educ, v. 10, n. 20, p. 299-316, 2006.

AMARANTE, Paulo. **Novos sujeitos, novos direitos**: o debate em torno da reforma psiquiátrica. Cadernos de Saúde Pública, v. 11, n. 3, p. 491-494, 1995.

_____. **Loucos pela vida**: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Scielo-Editora FIOCRUZ, 1998.

ANDRADE, C.J.M.; FONSECA, R.M.G.S. **Considerações sobre violência doméstica, gênero e o trabalho das equipes de saúde da família**. Rev. Escola Enf USP. 42(3): 591-5, 2007.

ANGULO-TUESTA, A.J. **Gênero e violência no âmbito doméstico**: a perspectiva dos profissionais de saúde (dissertação). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 1997.

ANTUNES, Sônia M.M. de O.; QUEIROZ, Marcos de S. **A configuração da reforma psiquiátrica em contexto local no Brasil**: uma análise qualitativa. Cadernos de Saúde Pública, v. 23, n. 1, p. 207-215, 2007.

ARENDDT, Hannah. **Sobre la violencia**. Alianza editorial, 1970.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. **Renascimento do Profissionalismo**: Teoria, Profecia e Política, de Elliot Freidson. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 39, p. 186-190, 1999.

BARNES, John A. Redes sociais e processo político. **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, p. 159-194, 1987.

BOURDIEU, Pierre (org.). A demissão do Estado. In: _____ **A miséria do mundo**. 7.ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kuhner. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 160p, 2007

_____. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. **Coisas ditas**. Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BORSOI, T.S; BRANDÃO, E.R.; CAVALCANTI, M.L.T. Ações para o enfrentamento da violência contra a mulher em duas unidades de atenção primária a saúde no município do Rio de Janeiro. **Interface** cad. Saúde e educação, 13 (28), 165-74, 2009.

BRANDÃO, Elaine Reis. Renunciantes de direitos? A problemática do enfrentamento público da violência contra a mulher: o caso da delegacia da mulher. **Physis**, v. 16, n. 2, p. 207-31, 2006.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasil, 2013.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência**, 2006.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos**. Cadernos de pesquisa, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras. **Desafios da equidade**, p. 157-196, 2001.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de pesquisa**, v. 110, p. 67-104, 2000.

BRUSCHINI, Cristina. O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes. **Estudos Feministas**, p. 179, 1994.

CAPPELIN, Paola. As desigualdades impertinentes: telhado, paredes ou céu de chumbo?. **Revista Gênero**, v. 9, n. 1, 2012.

CARLOTO, Cássia Maria; CALÃO, Vanusa Ferreira. A importância e o significado da casa abrigo para mulheres em situação de violência conjugal. **Emancipação**, v. 6, n. 1, 2006.

CARVALHO FILHO, S. de A. **A masculinidade em Connell**: os mecanismos de pensamento articuladores de sua abordagem teórica. XIII Encontro de História Anpuh-Rio: Identidades, p. 1-7, 2008.

CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Estudos Feministas**, p. 507-528, 2010.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W.; FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, p. 241-282, 2013.

CORRÊA, Mariza. O sexo da dominação. **Novos estudos CEBRAP**, v. 54, p. 43-53, 1999.

CÔRTEZ, Gisele Rocha. Violência doméstica: centro de referência da mulher “Heleieth Saffioti”. **Estudos de Sociologia**, v. 17, n. 32, 2012.

COSTA, Joana Simões de Melo; BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; HIRATA, Guilherme. **Efeitos da ampliação dos direitos trabalhistas sobre a formalização, jornada de trabalho e salários das empregadas domésticas**. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pósgraduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], 2016.

COSTA, Rosemary Pereira. Interdisciplinaridade e equipes de saúde: concepções. **Mental**, v. 5, n. 8, p. 107-124, 2007.

DEMARTINI, ZBF; ANTUNES, FF. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 86, p.5-14, ago. 1993.

DE SOUZA, Viviana Monteiro Costa; CORDEIRO, Rosineide de Loudes Meira. Os desafios das redes de enfrentamento à violência doméstica no Recife. **Caderno de Graduação-Humanas e Sociais-FACIPE**, v. 1, n. 3, p. 91-109, 2014.

DINIZ, S.G; MIRIM, L.A; SILVEIRA, L.P. (org.). Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005) alcances e limites. **Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Zahar, 2000.

FAZITO, Dimitri. **A análise de redes sociais (ARS) e a migração**: mito e realidade. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, v. 13, n. 4, 2002.

FONTES, Breno Augusto Souto-Maior; EICHNER, Klaus. A formação do capital social em uma comunidade de baixa renda. *Redes. Revista hispana para el análisis de redes sociales*, v. 7, 2009.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e sociedade*, v. 14, n. 2, p. 50-59, 2005.

FONTOURA, Natália de Oliveira; GONZALEZ, Roberto. **Aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho**: mudança ou reprodução da desigualdade. 2009.

FOUCAULT, Michel. (1982). Sexo, poder e a política da identidade. *Verve*, 5: 260-277, 2004.

GALEAZZI, Irene Maria Sassi et al. **Mulheres trabalhadoras**: 10 anos de mudanças no mercado de trabalho atenuam desigualdades. *Mulher e Trabalho*, v. 3, 2011.

GADONI-COSTA, Lila Maria; ZUCATTI, Ana PN; DELL'AGLIO, Débora D. Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher. *Estudos de Psicologia*, v. 28, n. 2, p. 219-227, 2011.

GARCIA, Ivete. **Gênero e políticas públicas municipais**. *Mulher e Política: gênero e feminismo no Partido dos trabalhadores*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, p. 173-182, 1998.

GARCIA, Marilúcia Vieira et al. Caracterização dos casos de violência contra a mulher atendidos em três serviços na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 24, n. 11, p. 2551-2563, 2008.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas**: Um Estudo sobre Mulheres. *Relações Violentas e a Prática Feminista publicada na Revista Estudos Feministas*, v. 1, p. 487-9, 1993.

GROSSI, Míriam Pillar. **Masculinidades**: uma revisão teórica. *Antropologia em Primeira Mão*. N. 75. 2004. p. 1-37.

HAYECK, Cynara Marques. **Refletindo sobre a violência**. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, n. 1, 2009.

HIRDES, Alice. **A reforma psiquiátrica no Brasil**: uma (re) visão. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 1, p. 297-305, 2009.

LAVALL, Eliane; OLSCHOWSKY, Agnes; KANTORSKI, Luciane Prado. **Avaliação de família**: rede de apoio social na atenção em saúde mental. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 30, n. 2, p. 198, 2007.

LAVINAS, Lena. **Emprego feminino**: o que há de novo e o que se repete. *Dados*, v. 40, 1997.

LIMA, Marcia. Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 489, 1995.

LONGHI, Marcia R. **Viajando em seu cenário**: reconhecimento e consideração a partir de trajetórias de rapazes de grupos populares do Recife. 2008.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Crime e costume na sociedade selvagem**. Tradução: Maria Clara Corrêa Dias. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2.ed., 2008.

MARQUES, Eduardo; BICHR, Renata. **Redes de apoio social no Rio de Janeiro e em São Paulo**. *Novos Estudos-CEBRAP*, n. 90, p. 65-83, 2011.

MARTUCCI, Elisabeth Márcia. **A feminização e a profissionalização do magistério e da biblioteconomia**. *Perspectivas em ciência da informação*, v. 1, n. 2, 1996.

MATOS, Izabella Barison; TOASSI, Ramona Fernanda Ceriotti; OLIVEIRA, Maria Conceição de. Profissões e ocupações de saúde e o processo de feminização: tendências e implicações. **Athenea digital: revista de pensamento y investigación social**. Barcelona. Vol. 13, n. 2 (jul. 2013), p. 239-244, 2013.

MOORE, Henrietta L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **cadernos pagu**, v. 14, p. 13-44, 2000.

NOBRE, Maria Teresa; BARREIRA, César. Controle social e mediação de conflitos: as delegacias da mulher e a violência doméstica. **Sociologias**, v. 10, n. 20, 2008.

OLIVEIRA, L. M. A. C. et al. Grupo de suporte como estratégia para acolhimento de familiares de pacientes em Unidade de Terapia Intensiva. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, n. 2, p. 429-436, 2010.

ORNELAS, José H. Suporte social: Origens, conceitos e áreas de investigação. **Análise psicológica**, v. 12, p. 333-339, 1994.

ORTNER, Sherry. **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. 2012.

PASINATO, Wânia. Lei Maria da Penha: Novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos?. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 10, n. 2, p. 216-232, 2010.

PEGORARO, Renata Fabiana et al. Mulheres, loucura e cuidado: a condição da mulher na provisão e demanda por cuidados em saúde mental. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 82-94, 2008.

PERUCCHI, Juliana; BEIRÃO, Aline Maiochi. Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. **Psicologia Clínica**, v. 19, n. 2, p. 57-69, 2007.

PITTA, Ana Maria Fernandes. Um balanço da Reforma Psiquiátrica Brasileira: Instituições, Atores e Políticas. **An assessment of Brazilian Psychiatric Reform: Institutions, Actors and Policies**. 2011.

RIBEIRO, Kátia Suely Queiroz Silva. A relevância das redes de apoio social no processo de reabilitação. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 13, n. 2, p. 69-78, 2010.

RODRIGUES, JR. Gilson José. **Família pra quem precisa...: Estado, instituições, políticas públicas e classes populares na construção de uma moral familiar**. 2010. 185 p. (Dissertação-Antropologia). UFPE, Recife, 2010.

RODRIGUES, Marcela Abreu; SEIDL, Eliane Maria Fleury. **A importância do apoio social em pacientes coronarianos**. 2008.

ROSEMBERG, Fúlvia; AMADO, Tina. **Mulheres na escola**. Cadernos de Pesquisa, n. 80, p. 62-74, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth IB. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001.

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. **Violência contra as mulheres e violência de gênero**: notas sobre estudos feministas no Brasil. Tel Aviv. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe, Tel Aviv, v. 16, n. 1, 2005.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Microfísica da violência, uma questão social mundial. **Ciência e cultura**, v. 54, n. 1, p. 22-24, 2002.

SARTI, Cynthia A. A família como ordem moral. **Cadernos de pesquisa**, n. 91, p. 46-53, 1994.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil - para análise histórica. Tradução: Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1990.

SCOTT, Joan W.; KLANOVICZ, Józ; FUNCK, Susana Bornéo. O enigma da igualdade. **Estudos feministas**, p. 11-30, 2005.

SCOTT, Parry R. A família brasileira diante de transformações no cenário histórico global. **Revista Antropológicas**, v. 16, n. 1, 2011.

_____. **Monoparentalidade, analfabetismo e políticas de gênero e geração**. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, setembro/2004. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_709.pdf. Acesso em, v. 28, 2013.

SILVEIRA, Edilene Aparecida Araújo da et al. Suporte relacionado ao cuidado em saúde ao doente com aids: o modelo de comboio e a enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 3, p. 645-650, 2011.

SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias. Construção e validação da escala de percepção de suporte social. **Psicologia em estudo**, v. 13, n. 2, p. 381-388, 2008.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Perfil da discriminação no mercado de trabalho**: homens negros,

mulheres brancas e mulheres negras. 2000.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 36-46, 1978.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou feminilização?: apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, v. 2, n. 22, p. 271-292, 2011.

_____. **Dossiê: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**. CFEMEA-Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2002.

APÊNDICE A - APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PESQUISA

Ao Centro de Referência e Atendimento à Mulher Márcia Dangremond,

Este presente trabalho apresenta como principal objetivo o de se aproximar de locais e realidades que integram as redes de atendimento a mulheres vítimas de violência. Também é pretendido investigar as mulheres jovens em situação de violência, como elas se apresentam nos atendimentos no Centro de Referência e relacionam a violência doméstica com as relações de gênero e geração.

O projeto de pesquisa está inserido no Programa de Pós-graduação em Antropologia, o PPGA, na Universidade Federal de Pernambuco. Ele é realizado por uma estudante do mestrado, que integra a linha de estudos de gênero do departamento e tendo como professora orientadora deste trabalho a Prof^a Dr^a Marion Teodósio de Quadros.

Ao me referir a pesquisa como trabalho de campo significa relacionar a prática de pesquisa ao lugar pretendido a realizá-la. Uma das metodologias utilizadas na antropologia, ao qual é pretendida utilizar nesta pesquisa, é a observação participante. Na observação participante, a pesquisadora necessita estar presente no local de pesquisa por um tempo em que possa conhecer o cotidiano do local e chegar até aos/as interlocutores/as da pesquisa de forma mais gradual. Ou seja, está um pouco mais familiarizada com as pessoas e lugar, e as pessoas também com a pesquisadora. O objetivo é estar presente, mas que a presença não altere muito essa realidade, assim não será pretendido realizar maiores intervenções nas dinâmicas de trabalho.

Esta pesquisa também se compromete com o respeito relacionado ao sigilo e anonimato de todos/as participantes. Os registros das informações e dados do cotidiano serão sempre realizados com autorização prévia de todos /as e também e será realizada uma devolutiva do trabalho, após ser concluído.

Em seguida será apresentado um breve quadro com proposta de tempo e descrição das atividades pretendidas:

Período de tempo	Atividades pretendidas
Junho e Julho	Observação e aproximação com o CRAM Márcia Dangremond
Agosto e Setembro	Observação participante e busca de usuárias dispostas a serem interlocutoras da pesquisa. Entrevistas a serem realizadas.
Outubro e Novembro	Finalização da observação participante e das entrevistas semiestruturadas.

Por fim, acrescento que essa pesquisa também tem o intuito de contribuir com o conhecimento, divulgação e estudos em relação a violência contra as mulheres. Considerando que a relação entre universidades e estudantes e a prática no trabalho do enfrentamento à violência é fundamental para se pensar e elaborar teorias e novas políticas públicas.

Pesquisadora responsável

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - PROFISSIONAIS DO CRAM MÁRCIA DANGREMOND

Eu vou usar o gravador, lembrando que é pra registrar nossa entrevista e depois transcrevê-la melhor. Não serão identificadas com o nome real e também não será divulgada o áudio da entrevista, nem sequer a entrevista na íntegra. Primeiramente vamos realizar a leitura e assinatura do termo de consentimento para iniciarmos a entrevista. Ao final, agradeço a participação.

1. Dados de identificação

Qual o seu nome completo?

Quantos anos você tem?

Sobre alguns dados pessoais, você se identifica/ pertence a alguma raça? Qual?

E em relação a religião?

E seu estado civil?

Onde você mora?

Você trabalha em mais algum lugar, além do CRAM Márcia Dangremond? Se sim, em qual função/ cargo?

2. Sobre o CRAM e as redes de atendimento

Você trabalha em qual função aqui no CRAM?

Há quanto tempo você trabalha aqui?

Como você descreve o seu papel, sua função aqui no CRAM? O que você faz?

Como você chegou até o CRAM, e como foi o início do seu trabalho?

Como você descreve a importância da sua função, no enfrentamento a VCM?

Como tu descreves a relação na equipe que você faz parte? E entre as diferentes equipes?

Para você, qual o papel do CRAM na rede de atendimento a mulheres vítimas de violência?

O que você acha da articulação com as redes de atendimento? Com outras instituições, maternidade, delegacias..

Você sente alguma facilidade ou dificuldade com algum serviço?

Como foi tua experiência até hoje com os contatos com as delegacias da mulher?

E com as Varas de violência?

Com a polícia?

Com as casa-abrigo e república?

Há outros serviços que não mencionei?

3 . Sobre a relação com o Estado e Políticas públicas

Como você avalia o papel e trabalho do Estado?

Quando vocês acionam o Estado?

O que você considera positiva nas políticas públicas para as mulheres vítimas de violência? E os pontos negativos?

4. Sobre a relação com as usuárias

Quais os primeiros procedimentos assim que chega uma usuária no serviço?

E quando ela fica abrigada no CRAM?

Como funciona o abrigo de mulheres aqui no CRAM?

Quais as principais queixas e demandas de violência contra as mulheres que chegam no CRAM?

Há tipos de violência que são mais recorrentes, que chegam nesse serviço? Se sim, quais?

Se uma mulher chega em situação de violência e não deseja denunciar, qual o procedimento realizado pelas profissionais?

E como se dá a relação com o agressor?

Há uma predominância ou a faixa etária das mulheres que chegam ao CRAM variam? E a classe social? E a raça? Você tem uma opinião sobre isso?

5. Sobre a Violência contra as mulheres

E pra você, qual o conceito de Violência contra as mulheres?

Quando a mulher chega ao serviço e não sabe identificar se está ou não em situação de violência, qual o procedimento realizado?

Como você acha que estão se enfrentando a violência contra a mulher, hoje em dia?

E como você acha que as mulheres podem enfrentar essa violência dentro de casa, com seus companheiros ou companheiras?

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS - Resolução 466/12)**

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa: Percepções e perspectivas sobre a violência contra a mulher: uma etnografia em um Centro de Referência e Atendimento a Mulher, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Gabriela Regina Silva Cordeiro, Rua Ambrósio Machado, 240, CEP: 50670-010, Telefone da pesquisadora: (81) 999143455 e e-mail para contato: gabrielaregina88@hotmail.com e está sob a orientação de: Marion Teodósio de Quadros Telefone: (81) 998352913.

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensível, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o/a pesquisador/a responsável.

Caso não concorde, não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem qualquer penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa, gravação das entrevistas, ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora no endereço acima informado pelo período de mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).

(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo

_____(colocar o nome completo da pesquisa), como voluntário (a).

Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento).

Local e data _____

Assinatura do participante: _____

Impressão
digital
(opcional)

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:

Assinatura:

Nome:

Assinatura: